

ESPAÇO E CULTURA

A MULTICULTURALIDADE DO MARTIM MONIZ À ALMIRANTE REIS

Gabriella Campelo Felix
(Licenciada)

Dissertação de natureza científica para a obtenção do grau de
mestre em Arquitetura – Especialização em Urbanismo



Orientação Científica
Doutora Maria Teresa Salgueiro Vasconcelos e Sá

Júri
Presidente_ Doutora Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco
Vogal_ Doutor José Luís Mourato Crespo
Vogal_ Doutora Maria Teresa Salgueiro Vasconcelos e Sá

Documento Definitivo
Lisboa | Março 2018

RESUMO

A presente investigação, uma dissertação de natureza científica, centra-se na temática do espaço público e na importância da componente cultural no projeto desses espaços. Constatou-se que a diversidade cultural está cada vez mais presente nas metrópoles contemporâneas, como o caso de Lisboa, marcadas pela multiculturalidade.

Partiu-se de uma investigação teórica em torno das temáticas relacionadas com o espaço público e a componente cultural, bem como, simultaneamente, de uma investigação no terreno onde se privilegiou uma metodologia qualitativa, através da observação no local, para compreensão do objeto empírico: o espaço público compreendido entre o Martim Moniz e o eixo da Avenida Almirante Reis.

Desenvolveu-se uma reflexão acerca da problemática das definições de espaço público e cultura, tendo em conta quer os vários tipos de espaço público existentes; e a forma como as diferentes culturas vivem o espaço e se apropriam dele; como exemplos de algumas iniciativas internacionais e nacionais que propõem soluções para o espaço público tendo em conta a dimensão cultural do mesmo.

Como conclusão, sugerem-se algumas ideias que devem estar subjacentes ao projeto de um espaço público, apresentando concretamente um conjunto de propostas para o espaço público da zona estudada.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço público, Cultura, Multiculturalidade, Martim Moniz/Almirante Reis

ABSTRACT

The present research, a dissertation of scientific nature, focuses on the theme of public space and the importance of the cultural component in the design of these spaces. It can be seen that cultural diversity is increasingly present in contemporary metropolises, such as Lisbon, marked by multiculturalism.

It was based on a theoretical investigation around the themes related to the public space and the cultural component, as well as, simultaneously, an investigation in the field where a qualitative methodology was favored, through observation in the place, to understand the empirical object: the public space between Martim Moniz and the axis of Avenida Almirante Reis.

A reflection on the problem of definitions of public space and culture has been developed, taking into account both the various types of public space available; and how different cultures live the space and appropriate it; as examples of some international and national initiatives that propose solutions for the public space taking into account the cultural dimension of the same.

As a conclusion, we suggest some ideas that should underlie the design of a public space, concretely presenting a set of proposals for the public space of the area studied.

KEY WORDS: Public space, Culture, Multiculturality, Martim Moniz/Almirante Reis.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores que tive ao longo deste percurso, por todos os conhecimentos transmitidos. À professora Teresa Sá, por toda a dedicação e apoio, motivação e paciência, partilha de experiência e saber, um especial obrigada.

À minha família, por todo o apoio, por sempre acreditarem em mim e por compreenderem a minha ausência nesta etapa final. Em especial aos meus irmãos e aos meus pais, por todo o amor e carinho, principalmente nesta etapa final do curso.

Aos meus amigos de sempre, e àqueles que fiz durante este percurso, pela compreensão, companhia, alegria e apoio, e pela *família* que criámos, muito obrigada. Em particular ao Nuno, pelo apoio emocional e por *não ter saído do meu lado* em nenhum momento desta fase.

ÍNDICE

Resumo	V
<i>Abstract</i>	VII
Agradecimentos	IX
Índice geral	XI
Índice de figuras e quadros	XV
Lista de acrónimos	XXV
1. INTRODUÇÃO	1
2. COMO DEFINIR ESPAÇO PÚBLICO	11
2.1. O espaço público através do tempo	13
2.2. O que é espaço público?	17
2.3. Uma definição de espaço público	27
2.4. Tipos de espaço público	29
3. O ESPAÇO PÚBLICO: DO MARTIM MONIZ À ALMIRANTE REIS	43
3.1. Enquadramento histórico	44
3.2. Identificação e análise do espaço público	50
3.3. Tipos de espaço público presentes	63
3.4. Diagnóstico do local	76
4. CULTURA, À PROCURA DE UMA DEFINIÇÃO	81
4.1. Evolução do termo cultura	83
4.2. Diferentes visões de cultura	87
4.3. Para uma definição de cultura	90

4.4. A cultura e o espaço público	91
4.5. Diferenças culturais e interação no espaço	94
5. AS CULTURAS: DO MARTIM MONIZ À ALMIRANTE REIS	101
5.1. Enquadramento cultural e social	102
5.2. Identificação e análise das culturas	111
5.3. Diagnóstico cultural e social	124
6. A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NO PROJETO URBANO	127
6.1. Iniciativas internacionais	129
6.2. Iniciativas nacionais	132
6.3. Do Martim Moniz à Almirante Reis	136
7. COMO PROJETAR O ESPAÇO PÚBLICO?	141
7.1. Segregação ou apropriação do espaço	142
7.2. Espaços que unem, espaços que separam	149
7.3. Do Martim Moniz à Almirante Reis	152
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
Bibliografia	170
Anexos	176

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Ilustração da praça pública da Pólis Grega, Àgora. Fonte: https://ellegadodehipodamos.wordpress.com/2015/11/19/el-agora-i/	13
Figura 2. Fotografia das ruínas de um antigo Fórum Romano. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Roman_Forum#/media/File:Roman_forum_cropped.jpg	13
Figura 3. Fotografia da cidade medieval em Carcassonne, França. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Roman_Forum#/media/File:Roman_forum_cropped.jpg	13
Figura 4. Ortofotomapa de Paris, plano de Haussmann, envolvente ao <i>Arc de Triomphe</i> . Fonte: http://www.citi.io/wp-content/uploads/2015/03/paris_aerial_view.jpg	14
Figura 5. Fotografia da estátua equestre de D. José I, Terreiro do Paço em Lisboa. Fonte: http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2014/11/terreiro-do-paco-xvii.html	15
Figura 6. Fotografia de uma rua em Tokyo, onde podemos ver a forte presença dos painéis publicitários. Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/46021227413490327/	15
Figura 7. Esquema dos Elementos da Cidade de Kevin Lynch (1960) Fonte: Lynch, 1960	17
Figura 8. Fotografia do centro comercial Vasco da Gama. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vasco_da_Gama_mall.JPG	18
Figura 9. Fotografia do centro comercial Colombo. Fonte: https://www.lisbonshopping.pt/pt/pontos-de-interesse/centro-colombo/centro-colombo/	19
Figura 10. Fotografia aérea do centro comercial Colombo. Fonte: Google earth	19
Figura 11. Fotografia do jardim de Santos. Fonte: https://www.publico.pt/2017/07/11/local/noticia/jardim-de-santos-fechado-para-pequena-intervencao-enquanto-aguarda-obras-de-fundo-1778663	21
Figura 12. Fotografia do jardim da Estrela. Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=428626	21
Figura 13. Fotografia do centro comercial das Amoreiras Fonte: http://ocorvo.pt/centro-comercial-das-amoreiras-e-um-icone-na-paisagem-da-cidade-ha-30-anos/#!prettyPhoto	22
Figura 14. Fotografia da presença atual das tecnologias no uso do espaço público. Fonte: https://thewest.com.au/news/wa/112594	23
Figura 15. Fotografia do Café de Flore em Paris, França. Fonte: https://www.hostelsclub.com/article-en-1780.html	24
Figura 16. Fotografia do interior do café <i>A Brasileira</i> , Chiado, Lisboa. Fonte: http://pressroom.visitportugal.com/en/2014/03/lisbon_europes_best_historic_cafeshistoricos-da-europa/	24
Figura 17. Fotografia do interior do café <i>Starbucks</i> em Belém, Lisboa. Fonte: http://ondelisboa.com/pt/locais-onde-estudar-lisboa/	25

Figura 18. Fotografia da Praça do Martim Moniz. Fonte: Autora, 2017	28
Figura 19. Planta de Enquadramento do caso de estudo na AML. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	43
Figura 20. Planta de Lisboa antes do terramoto, de João Nunes Tinoco, 1650 Fonte: Adaptada pela autora, base disponível em http://s3cdn.observador.pt/wp-content/uploads/2015/10/planta-tinoco-xobre-lx-02_1280x720_acf_cropped.jpg	44
Figura 21. Extrato da planta do plano da Baixa Pombalina de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, desenhada por Vieira da Silva em 1755. Fonte: http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/	45
Figura 22. Fotografia da Avenida D. Amélia em 1903. Fonte: https://i.pinimg.com/originals/c5/b1/a2/c5b1a2a1fc0bb3c785402a220a93bc91.jpg	46
Figura 23. Fotografia do arco e Palácio Marquês do Alegrete antes das demolições em 1946. Fonte: http://aps-ruasdelisboacomhistoria.blogspot.pt/2008/12/o-poo-do-borratm-xii.html	46
Figura 24. Fotografia do espaço da Praça do Martim Moniz nas décadas de 60 e 70. Fonte: http://tlimtlimxabregas.blogs.sapo.pt/10007.html	47
Figura 25. Fotografia do espaço da Praça do Martim Moniz nas décadas de 60 e 70. Fonte: https://i.pinimg.com/originals/37/7b/45/377b4539396b6000eddc01ca535e233a.jpg	47
Figura 26. Render do projeto de remodelação da Praça do Martim Moniz dos arquitetos Daniela Ermano e João Bessa. Fonte: https://www.publico.pt/2012/05/10/local/noticia/martim-moniz-vai-ter-restaurantes-e-um-mercado-intercultural-1545447	48
Figura 27. Fotografia da Praça do Martim Moniz após implementação do projeto de Daniela Ermano e João Paulo Bessa. Fonte: http://upmagazine-tap.com/en/pt_artigos/24-hours-in-lisbon-in-lisbon-e28093-jose-filipe-rebelo-pinto/	49
Figura 28. Fotografia do edifício da antiga Fábrica de Azulejos Viúva Lamego Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/pt/equipamentos/equipamento/info/revestimento-azulejar-da-fachada-da-loja-da-fabrica-de-ceramica-viuva-lamego	49
Figura 29. Planta de Enquadramento- Principais pontos de referência Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	51
Figura 30. Fotografia do comércio e restauração na Avenida Almirante Reis e Rua da Palma Fonte: Autora, 2017	52
Figura 31. Fotografia do comércio e restauração na Avenida Almirante Reis e Rua da Palma Fonte: Autora, 2017	52
Figura 32. Planta de Levantamento Comercial. Fonte: Elaborado pela Autora, 2017	55

Figura 33. Planta de Tipologias de pequeno comércio. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	55
Figura 34. Planta de levantamento de restauração e cafés. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	57
Figura 35. Planta de Tipologias de restauração e cafés. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	57
Figura 36. Fotografia de edifícios devolutos e abandonados na Avenida Almirante Reis. Fonte: Autora, 2017	58
Figura 37. Fotografia de sujidade existente no envolvente da Praça do Martim Moniz. Fonte: Autora, 2017	58
Figura 38. Fotografia da Praça da Figueira- a falta de espaços para sentar. Fonte: Autora, 2017	59
Figura 39. Fotografia do Chafariz do Intendente. Fonte: Autora, 2017	59
Figura 40. Fotografia da obra <i>Kit Garden</i> de Joana Vasconcelos. Fonte: http://expressodalinha.blogspot.pt/2012/11/joana-vasconcelos-largo-do-intendente.html	59
Figura 41. Fotografia de um senhor sentado nas raízes da árvore junto à Igreja dos Anjos. Fonte: Autora, 2017	60
Figura 42. Planta de análise do espaço pedonal. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	61
Figura 43. Fotografia da Praça da Figueira. Fonte: Autora, 2017	63
Figura 44. Fotografia da Praça do Martim Moniz. Fonte: Autora, 2017	63
Figura 45. Planta da aplicação da tipologia de Bassand. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	65
Figura 46. Planta da aplicação da tipologia de Kelly e Becker. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	67
Figura 47. Planta da aplicação da tipologia de Brandão. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	68
Figura 48. Planta da aplicação da tipologia de Serdoura. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	72
Figura 49. Planta da aplicação da tipologia de Lévy. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	75
Figura 50. Fotografia da Praça do Martim Moniz. Fonte: https://nit.pt/out-of-town/back-in-town/provar-vinhos-comer-no-martim-moniz-coisas-giras-no-fim-semana?collection_id=127989	82

Figura 51. Ilustração alusiva à Revolução Industrial. Fonte: http://www.philadelphia-reflections.com/topic/98.htm	84
Figura 52. Imagem do impacto do aumento do turismo, Veneza, Itália. Fonte: http://www.italymagazine.com/featured-story/why-venice-residents-say-no-big-ships-lagoon	86
Figura 53. Imagem do impacto da globalização do património, Muralha da China. Fonte: https://tripandtravelnews.com/2012/10/12/mass-tourism-at-the-great-wall-china/	86
Figura 54. Fotografia da gastronomia presente na Praça do Martim Moniz. Fonte: https://www.visitlisboa.com/pt-pt/node/1507	91
Figura 55. Fotografia de um dos quiosques do <i>Mercado Fusão</i> na Praça do Martim Moniz. Fonte: Autora, 2017	91
Figura 56. Fotografia de exemplo do aumento de pessoas nos espaços públicos atuais. Fonte: http://www.archdaily.com.br/br/873962/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-as-pessoas-e-a-rua	92
Figura 57. Fotografia de exemplo do individualismo em espaço público. Fonte: http://corantonews.blogspot.pt/2012/03/individualismo-gera-individualismo.html	92
Figura 58. Fotografia da escadaria de Trinità dei Monti, Roma, Itália. Fonte: https://www.romelimosinetouring.com/rome-full-day-tour/	95
Figura 59. Fotografia do sistema de estruturação radiocêntrico, Paris, França. Fonte: https://free4kwallpaper.com/black-and-white-2016-paris-france-4k-wallpaper/	96
Figura 60. Fotografia do sistema de estruturação em xadrez, Londres, Inglaterra. Fonte: http://www.constructionphotography.com/Details.aspx?ID=36297&TypeID=1	96
Figura 61. Fotografia do pavilhão <i>Swiss Sound Box</i> de Peter Zumthor. Fonte: https://en.wikiarquitectura.com/building/swiss-sound-pavilion/	96
Figura 62. Fotografia da Praça Jemaa el-Fna, Marraquexe, Marrocos. Fonte: http://pt.freeimages.com/photo/jemaa-el-fna-marrakech-morocco-africa-1452084	97
Figura 63. Fotografia da ocupação de um espaço público árabe, Yemen, Síria. Fonte: https://actualidad.rt.com/actualidad/190661-ranking-paises-depresivos-mundo	97
Figura 64. Fotografia de uma casa tradicional japonesa. Fonte: https://pixabay.com/pt/corredor-casas-rurais-casas-antigas-1255827/	98
Figura 65. Fotografia da utilização da luz natural numa casa japonesa. Fonte: http://thoroughfares.blogspot.pt/2007/10/perceptions-in-space.html	98
Figura 66. Fotografia da Igreja da Sé, Lisboa. Fonte: https://www.lisbonlux.com/lisbon/se-lisboa.html	99
Figura 67. Fotografia da Praça do Martim Moniz- <i>Bollywood Holi</i> . Fonte: Autora, 2017	101

Figura 68. Fotografia da diversidade de imigrantes em Lisboa, junto à Igreja de São Domingos. Fonte: http://camarim.pt/projectos/mouraria/	102
Figura 69. Ilustração do Largo da Saúde e Rua da Mouraria no século XIX. Fonte: http://tribop.pt/ARG/Lisboa%20Velha/3v-TP00%20Lisboa.html	102
Figura 70. Fotografia do espaço que viria a ser a atual Praça do Martim Moniz, século XIX. Fonte: http://biclaranja.blogs.sapo.pt/2005/12/?page=2	103
Figura 71. Fotografia do Arco do Marquês do Alegrete e espaço onde estava o palácio homónimo, após a sua demolição, 1958. Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/278026976968773944/	103
Figura 72. Fotografia da Avenida D. Amélia em 1908- atual Almirante Reis. Fonte: http://lisboadeantigamente.blogspot.pt/2017/09/comicios-republicanos-na-avenida-d_6.html	103
Figura 73. Fotografia de imigrantes africanos em Lisboa, junto à colina de Sant'Ana. Fonte: http://www.revistadiagonal.com/v2/articles/ciutats/praca-do-rossio/	104
Figura 74. Gráfico de estrangeiros residentes em Lisboa em 2009, por nacionalidade. Fonte: FONSECA <i>et al.</i> , 2011, p. 12	105
Figura 75. Fotografia do comércio de retalho na praça do Martim Moniz nos anos 90. Fonte: https://nit.pt/out-of-town/back-in-town/lx80-criamos-4-imagens-do-livro-nos-leva-lisboa-dos-anos-80	106
Figura 76. Fotografia de homens de origem Africana na zona norte da praça Martim Moniz atualmente. Fonte: Autora, 2017	106
Figura 77. Fotografia da Avenida Almirante Reis atualmente. Fonte: Autora, 2017	106
Figura 78. Fotografia da estação de metro do Martim Moniz. Fonte: http://gracinda-candeias.blogspot.pt/2013/10/vejam-como-ficou-o-painel-do-tema.html	108
Figura 79. Fotografia do trabalho em azulejo da artista Gracinda Candeiras para a estação Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/azulejos-na-estacao-de-metro-do-martim-moniz	108
Figura 80. Fotografia do interior do Centro Comercial da Mouraria. Fonte: Autora, 2017	109
Figura 81. Fotografia do interior do Centro Comercial da Mouraria. Fonte: Autora, 2017	109
Figura 82. Fotografia do Festival TODOS no Martim Moniz. Fonte: http://camarim.pt/projectos/mouraria/	110
Figura 83. Fotografia das comemorações do ano novo Chinês na Avenida Almirante Reis. Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/servicos/noticias/detalhe-da-noticia/article/ano-novo-chines-no-martim-moniz	110

Figura 84. Fotografia de turistas à espera do elétrico 28. Fonte: Autora, 2017	110
Figura 85. Fotografia das culturas na Avenida Almirante Reis. Fonte: Autora, 2017	111
Figura 86. Fotografia das culturas na Rua do Benfornoso. Fonte: Autora, 2017	111
Figura 87. Fotografia de dançarinas indianas no festival Bollywood Holi na praça do Martim Moniz, 2017. Fonte: https://www.facebook.com/bollywoodholi/photos/a.1086307781474850.1073741836.474676365971331/1086308151474813/?type=3&theater	113
Figura 88. Fotografia de um indiano a dançar. Fonte: Autora, 2017	113
Figura 89. Fotografia das esplanadas da praça do Martim Moniz. Fonte: https://www.visitlisboa.com/pt-pt/node/1507	114
Figura 90. Fotografia das esplanadas do Largo do Intendente. Fonte: Autora, 2017	114
Figura 91. Fotografia da diversidade cultural na Rua do Benfornoso. Fonte: https://awannabejournalist.wordpress.com/2010/04/16/martim-moniz-mescla-de-povos-e-cheiros/	115
Figura 92. Fotografia da diversidade cultural na Rua Dom Duarte. Fonte: Autora, 2017	117
Figura 93. Planta da disposição das diferentes culturas no espaço. Fonte: Elaborada pela Autora, 2017	120
Figura 94. Fotografia da Rua do Benfornoso. Fonte: Autora, 2017	121
Figura 95. Fotografia da Rua e Largo do Benfornoso. Fonte: Autora, 2017	122
Figura 96. Fotografia da Igreja do Anjos. Fonte: Autora, 2017	122
Figura 97. Fotografia da Igreja do Anjos. Fonte: Autora, 2017	122
Figura 98. Fotografia da pintura na parede do Largo do Benfornoso. Fonte: Autora, 2017	124
Figura 99. Fotografia das escadinhas de São Cristóvão. Fonte: http://greentrekker.pt/agenda/mouraria-a-descoberta-de-um-bairro-com-alma/	128
Figura 100. Logotipo da 9ª edição do Festival Todos- Caminhada de culturas. Fonte: http://www.jfarroios.pt/event/festival-todos-2017/	129

- Figura 101.** Fotografia de Florença, Itália- Capital Europeia da Cultura em 1986.
Fonte: http://www.porcigliano.it/wp-content/uploads/2015/02/firenze_panoramica.jpg 130
- Figura 102.** Fotografia de Amsterdão, Holanda- Capital Europeia da cultura em 1987.
Fonte: <http://www.telegraph.co.uk/travel/destinations/europe/netherlands/amsterdam/articles/36-hours-in-amsterdam/> 131
- Figura 103.** Fotografia de Glasgow, Reino Unido. Capital Europeia da Cultura em 1990.
Fonte: <http://www.mistryriver.co.uk/aerialimages/h21F3F83A> 131
- Figura 104.** Fotografia de Coimbra, Portugal- Capital Nacional da Cultura em 2004.
Fonte: <https://www.profitela.pt/cursos-coimbra/> 132
- Figura 105.** Fotografia da fachada exterior e entrada do Sport Clube do Intendente, no Largo do Intendente.
Fonte: https://www.yelp.pt/biz_photos/sport-clube-intendente-lisboa?select=72qxDZXcfpJy76xQ8tzzcQ 136
- Figura 106.** Fotografia do interior da Casa de Amigos do Minho.
Fonte: <http://bloguedominho.blogs.sapo.pt/1106399.html> 136
- Figura 107.** Planta dos espaços culturais existentes no Eixo da Avenida Almirante Reis em 2000-2007 e 2008-2016.
Fonte: COSTA, 2017, p. 205 137
- Figura 108.** Fotografia do espaço exterior Associação Renovar a Mouraria.
Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/materias/no-coracao-de-lisboa-a-associacao-renovar-a-mouraria-tem-shows-e-atividades-gratuitos/> 139
- Figura 109.** Logotipo Associação Renovar a Mouraria.
Fonte: <https://edificiomanifesto.wordpress.com/associacao-renovar-a-mouraria/> 139
- Figura 110.** Fotografia aérea de Aracaju, Brasil, exemplo de fragmentação urbana.
Fonte: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.181/5542> 142
- Figura 111.** Fotografia da maquete do Plan Voisin de Le Corbusier.
Fonte: http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=6159&sysLanguage=en-en&itemPos=151&itemSort=en-en_sort_string1%20&itemCount=216&sysParentName=&sysParentId= 143
- Figura 112.** Fotografia da maquete do Plan Voisin de Le Corbusier, excesso de determinação.
Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/446911962994036469/> 143
- Figura 113.** Fotografia de um espaço urbano que mistura funções: passear, estar, comércio.
Fonte: <http://thecityfixbrasil.com/2016/08/15/o-planejamento-urbano-pode-garantir-ou-comprometer-a-seguranca-nas-cidades/> 145
- Figura 114.** Render do projeto de Sagrera, de Bohigas.
Fonte: http://www.pemb.cat/es/proyectos-estrategicos/la_sagrera__sant_andreu_sistema_ferroviano_y_proyecto_urbano/70/ 148

Figura 115. Fotografia da Praça do Martim Moniz, exemplo de como os muros permitem sentar. Fonte: Autora, 2017	149
Figura 116. Fotografia da Praça pública existente no interior do edifício Lever House, Nova Iorque. Fonte: https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g60763-d616501-Reviews-Lever_House-New_York_City-New_York.html	149
Figura 117. Fotografia do edifício Lever House, Nova Iorque. Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/173388654381668877/	149
Figura 118. Fotografia da relação do complexo Brunswick Center, em Londres, com o envolvente. Fonte: https://aplust.net/blog/patrick_hodgkinson__unswick_centre_hy_id_or_social_condenser/	150
Figura 119. Fotografia do espaço interior de Brunswick Center, Londres. Fonte: https://www.keim.com/en-gb/project-gallery/	150
Figura 120. Planta do projeto de requalificação da envolvente do Mosteiro de Alcobaça, de Gonçalo Byrne. Fonte: http://www.publicspace.org/en/works/d167-requalificac-o-da-zona-envolvente-ao-mosteiro-de-santa-maria-de-alcobaca	151
Figura 121. Fotografia do Mosteiro de Alcobaça antes da requalificação. Fonte: http://www.historiadeportugal.info/mosteiro-de-alcobaca/	151
Figura 122. Fotografia do Mosteiro de Alcobaça após projeto de requalificação. Fonte: https://www.cistermusica.com/2011/en/monastery-of-santa-maria-de-alcobaca	151
Figura 123. Fotografia aérea do enquadramento e proximidade do caso de estudo à Baixa Pombalina, Castelo de São Jorge e Mouraria. Fonte: Adaptada pela Autora, Fonte Google Earth Pro, 2017	153
Figura 124. Fotografia de edifício devoluto na Rua João das Chagas, que liga o Martim Moniz à Praça da Figueira. Fonte: Autora, 2017	153
Figura 125. Esboço de possíveis propostas para o Chafariz do Intendente. Fonte: Autora, 2017	159
Figura 126. Esboço de possíveis propostas para o Chafariz do Intendente. Fonte: Autora, 2017	159
Figura 127. Esboço de possíveis propostas para a Igreja dos Anjos. Fonte: Autora, 2017	161
Figura 128. Esboço de possíveis propostas para a Igreja dos Anjos. Fonte: Autora, 2017	161
Figura 129. Esboço de possível proposta para a Avenida Almirante Reis e Rua da Palma. Fonte: Autora, 2017	163
Figura 130. Esboço de possível proposta para o espaço junto à Capela da Nossa Senhora da Saúde. Fonte: Autora, 2017	163

QUADROS

Quadro 1. Tipologias de espaço público segundo Michel Bassand. Fonte: Adaptado pela autora, Fonte: CASTRO (2002)	30
Quadro 2. Tipologias de espaço público segundo Kelly e Becker. Fonte: Elaborado pela autora	31
Quadro 3. Tipologias de espaço público segundo Brandão. Fonte: Adaptado pela autora, Fonte: BRANDÃO (2008)	33
Quadro 4. Tipologias de espaço público segundo Serdoura. Fonte: Elaborado pela autora	35
Quadro 5. Tipologias de espaço público segundo Lévy. Fonte: Adaptado pela autora, Fonte: CASTRO (2002)	38
Quadro 6. Diagnóstico do espaço público em estudo. Fonte: Elaborado pela autora	76
Quadro 7. Estratégias de espaço público para a identidade urbana. Fonte: Adaptado pela autora, Fonte: BRANDÃO(2002)	146
Quadro 8. Diagnóstico SWOT. Fonte: Elaborado pela autora	152

LISTA DE ACRÓNIMOS

AML - Área Metropolitana de Lisboa

CASA - Centro de Apoio Social dos Anjos

CML - Câmara Municipal de Lisboa

EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDM - Plano Diretor Municipal

PIPARU - Plano de Investimento Prioritário nas Áreas de Reabilitação Urbana

TVI - Televisão Independente

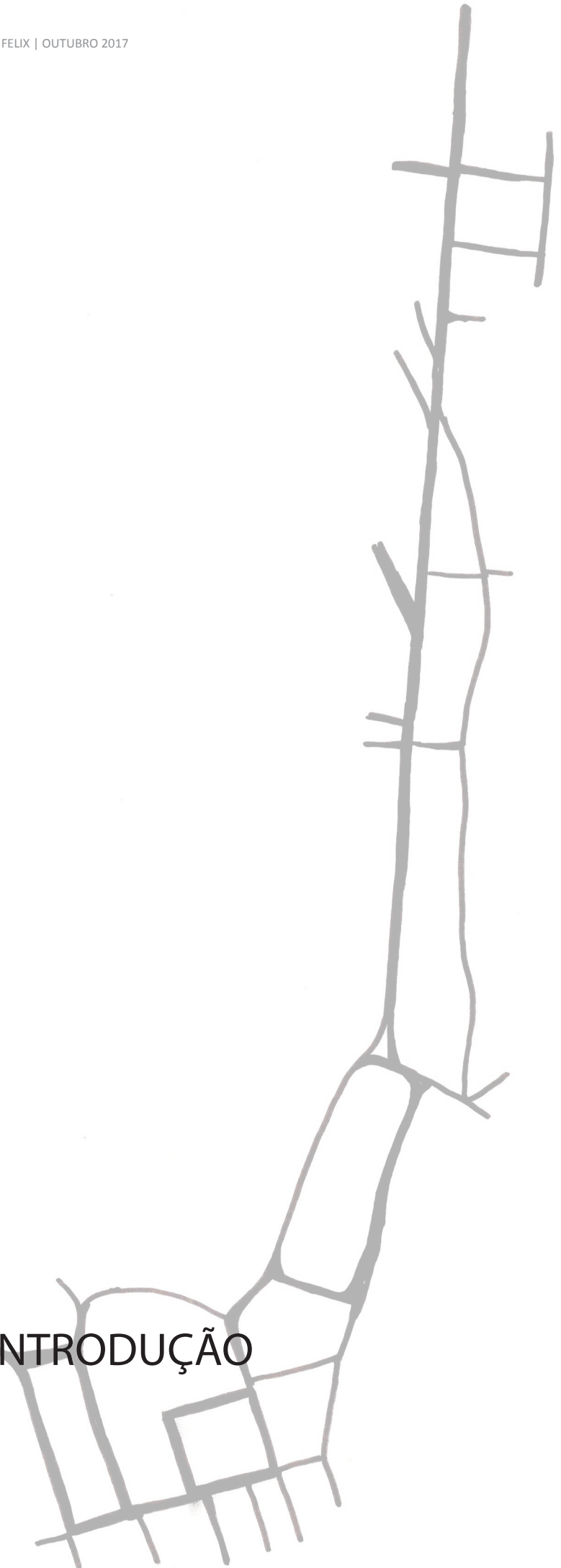
UE - União Europeia

UIT - Unidades de Intervenção Territorial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

1- INTRODUÇÃO



. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

As cidades e a sua relação com a sociedade possuem um longo e complexo processo de transformação. Neste processo, a crescente mobilidade espacial associada às novas tecnologias de informação, entre outros fatores, levaram a que as cidades atuais sejam cada vez mais marcadas pela presença de diferentes culturas, não só por parte dos visitantes, como por parte dos próprios habitantes.

Uma cidade é antes de mais um grande convívio de um conjunto heterogéneo de pessoas (...) (La Cecla, 2011, p. 90).

Ao longo desta dissertação analisaremos a forma como as diversas culturas se apropriam do espaço público. A escolha de trabalhar a relação entre a componente cultural e o espaço, prende-se com o facto de eu própria pertencer a uma cultura diferente, a brasileira. Isto fez com que, desde o momento em que cheguei a Portugal, me apercebesse de diferenças culturais, desde pequenos detalhes na forma de comunicar, à forma de pensar, viver e projetar o espaço. Ao longo do percurso académico foi sendo construída uma visão crítica acerca deste tema, ao perceber a pouca importância dada a estas diferenças, na maior parte dos casos, no processo de projeto.

Sendo vasta a investigação acerca da relação entre a cidade e a sua diversidade cultural, concentramo-nos nesta dissertação naquele que é o espaço de encontro por excelência: o espaço público. Um espaço de interação, de mediação para a construção da relação com o outro, e o espaço, onde é possível verificar a coexistência de uma multiplicidade de *pedaços* e pessoas (Magnani in Menezes, 2009).

São vários os autores que refletem sobre a importância do espaço público, não só no planeamento urbano, mas também noutras disciplinas como a história, geografia, sociologia e antropologia.

E tal como Simmel (in Sá, 2013) refere, o espaço é uma *folha em branco* onde podemos escrever, e é o que lá vivemos, e escrevemos, que o torna humano. O espaço público é aquele onde indivíduos de diversas culturas convergem e onde se relacionam, tornando necessário o estudo e compreensão destes espaços, e da sua componente humana e cultural, pois este representa a oportunidade para a *justiça urbana* (Brandão e Remesar, 2000, p. 79). Parte-se aqui de uma ideia de espaço e urbanismo, onde para além das dimensões físicas, existe outra fundamental, a dimensão humana.

Apesar do espaço público ser um espaço de sociabilidade e de diferença, não significa que o confronto com *o outro* gere necessariamente convivência e reconhecimento entre os utilizadores. Este pode, contrariamente, levar a um agravamento dos preconceitos e tensões. Isto é, em parte, consequência do desconhecimento do modo de funcionamento das diferentes culturas, e consequentemente da dificuldade em compreender o comportamento do *outro*. Perante esta incapacidade, pode surgir o sentimento de insegurança e dificuldade de coexistência entre as culturas. A miscigenação social e cultural não é suficiente para reforçar o laço social, é necessário compreender como se faz essa mistura (Castro, 2002).

Atualmente assistimos a um aumento do uso da componente cultural em estratégias de políticas urbanas, existindo documentos e iniciativas internacionais e nacionais que o incentivam. No caso de Lisboa, vemos a Praça do Martim Moniz e a sua zona envolvente serem alvo de intervenções por parte da Câmara Municipal de Lisboa e outras entidades, a diversas escalas, onde a componente multicultural da zona é evidenciada.

Deste modo, torna-se importante compreender como projetar espaço público, tendo em conta a forma como indivíduos

de diferentes culturas, cada vez mais presentes nas cidades contemporâneas, interagem uns com os outros e se relacionam com o espaço. Pretende-se assim, contribuir para uma melhor relação entre as diferentes culturas através de um espaço projetado que tenha em conta essa diferença.

. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Nesta dissertação, para além da base de investigação documental iremos explorar um caso de estudo, onde observaremos a forma como diferentes culturas se apropriam do espaço público, e como se relacionam entre si.

O caso de estudo escolhido representa o enfoque multicultural do trabalho. A sua seleção e delimitação teve como objetivo abranger espaços públicos com diferentes características, habitados por diversas culturas, permitindo o estudo e observação das várias culturas em diferentes ambientes.

Desta forma, o foco do objeto de estudo corresponde à área compreendida entre a Praça do Martim Moniz e o eixo formado pela Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis, até à Igreja dos Anjos. No entanto, para ser possível fazer a comparação de espaços e ter uma noção da relação desta área com a envolvente, incluímos na área de estudo a Rua do Benfornoso, o Largo do Intendente e a Praça da Figueira.

. OBJETIVOS E QUESTÕES DE TRABALHO

Os objetivos principais desta investigação são analisar o papel da componente cultural no acto de projetar o espaço público e compreender a melhor forma de projetar um espaço público num território marcado pela diversidade cultural.

Para tal, assumimos um conjunto de questões de trabalho que nos permitiriam atingir e clarificar os objetivos estabelecidos: compreender e clarificar o conceito de espaço público e cultura; analisar as diferenças entre culturas e como estas se refletem na apropriação do espaço público; investigar iniciativas internacionais e nacionais que reflitam a importância do uso da cultura no pensamento urbano; e propor novas formas de projetar o espaço público tendo em conta a dimensão cultural.

Partimos para esta investigação com a seguinte hipótese de trabalho: a componente cultural deveria ser uma variável importante a ter em conta na elaboração do projeto de um espaço público. Ao longo do trabalho procurámos mostrar a importância, para a elaboração de um projeto de arquitetura e urbanismo, dos aspetos referentes às vivências da população e à sua apropriação do espaço público, que diferem segundo as diversas culturas.

Por fim, reconhecemos que os conceitos que estão na base das questões abordadas neste trabalho são complexos e vastos, procurando aqui apenas iniciar a abordagem à temática da relação entre o espaço público e as diferentes culturas.

. METODOLOGIA

Para responder às questões colocadas neste trabalho e atingir os objetivos propostos, foi adotada uma metodologia de estudo de caso com abordagem qualitativa, descritiva e analítica. Foram utilizadas diversas técnicas, diretas e indiretas, como o levantamento e análise de bibliografia, cartografia e documentos estatísticos, sendo que a técnica privilegiada neste trabalho foi a observação direta, *in loco*.

Uma vez que um dos temas centrais do nosso trabalho consiste em compreender e estudar a forma como os indivíduos de diversas culturas se apropriam do espaço público, é necessário olhar de perto os diversos comportamentos dos mesmos no espaço público, e observar a regularidade com que determinadas formas de uso e apropriação do espaço se manifestam.

Para tal, investiu-se numa intensa observação do espaço físico e social em análise, quer através da recolha fotográfica do espaço e dos diversos acontecimentos diários, quer registando num diário de terreno os pormenores observados, assim como os dias e horas das visitas.

Numa primeira fase do trabalho, a partir da recolha e análise de bibliografia sobre os temas espaço público e cultura, procurase clarificar o quadro concetual deste trabalho, escolhendo uma definição de espaço público e outra de cultura, nas quais o trabalho irá assentar.

A segunda abordagem deste trabalho pretende ilustrar o conceito anteriormente definido de espaço público e aplicar a investigação ao caso de estudo: do Martim Moniz à Almirante Reis. Esta parte foi desenvolvida em simultâneo com a primeira fase, onde se realizaram visitas regulares, ao local, com o objetivo de aí identificar e caracterizar os diversos tipos de espaço público. Em seguida, a mesma abordagem foi utilizada para a discussão do conceito de cultura, onde foi analisada a diversidade cultural dos habitantes da zona de estudo, procurando descrever e compreender as diferentes maneiras como cada cultura se apropria e utiliza o espaço público.

O olhar *de perto* e *de dentro*, configurou um trabalho essencial que, entre diferentes línguas faladas, entre diferentes visões do mundo, associada a uma desconfiança face ao visitante, permitiu um melhor entendimento do local e dos temas abordados. Durante as visitas realizadas, o espaço público e os indivíduos que por ele passavam ou permaneciam, foram observados, fotografados e registados no diário de terreno. Inicialmente aquilo que parecia um conjunto de peças soltas e eventos singulares sem significado, resultado das várias visitas realizadas, foi-se tornando um panorama mais claro, sobre o local e as suas pessoas.

O desenvolvimento destas duas fases em simultâneo – a investigação teórica e as visitas ao local – permitiu que à medida que o conhecimento acerca do local se aprofundava, a investigação teórica, fosse direcionada para temas mais específicos, necessários para a melhor compreensão do objeto de estudo.

Na fase seguinte do trabalho, investigámos o modo como a cultura pode ser utilizada no projeto urbano, através da análise de documentos e iniciativas que promovem a utilização da cultura como uma ferramenta no pensamento urbano, a nível nacional e internacional. Procuramos assim constatar a importância da componente cultural no planeamento do espaço público, e de como a compreensão da mesma poderá facilitar o mesmo.

A análise destes documentos e a forma como estas ideias têm sido aplicadas ao território em estudo, tiveram como principal finalidade a procura de possíveis respostas às questões levantadas, procurando a melhor forma de pensar o espaço público. Assim, na última fase do trabalho, a partir da bibliografia recolhida e analisada em torno desta questão, e tendo em conta sempre a especificidade do espaço, procura-se aplicá-la ao

local de estudo. Realiza-se uma análise global do local, tendo como base o conhecimento adquirido sobre a dimensão física e humana do mesmo, através da identificação das potencialidades e fragilidades num diagnóstico *swot*, orientado para a temática deste trabalho. A partir do mesmo salientam-se possíveis formas de intervenção e ação na zona de trabalho.

. ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente documento encontra-se dividido em oito capítulos, de modo a garantir uma fácil leitura e a exposição adequada dos temas e questões abordados. A estrutura do trabalho, assim como a escolha dos temas a aprofundar, foram sendo ajustados e modificados ao longo do tempo, a partir do conhecimento do local e do esclarecimento dos conceitos chave.

O primeiro capítulo corresponde à introdução do trabalho, justificando o tema, apresentando os objetivos, as questões de trabalho, a metodologia utilizada e a estrutura do trabalho.

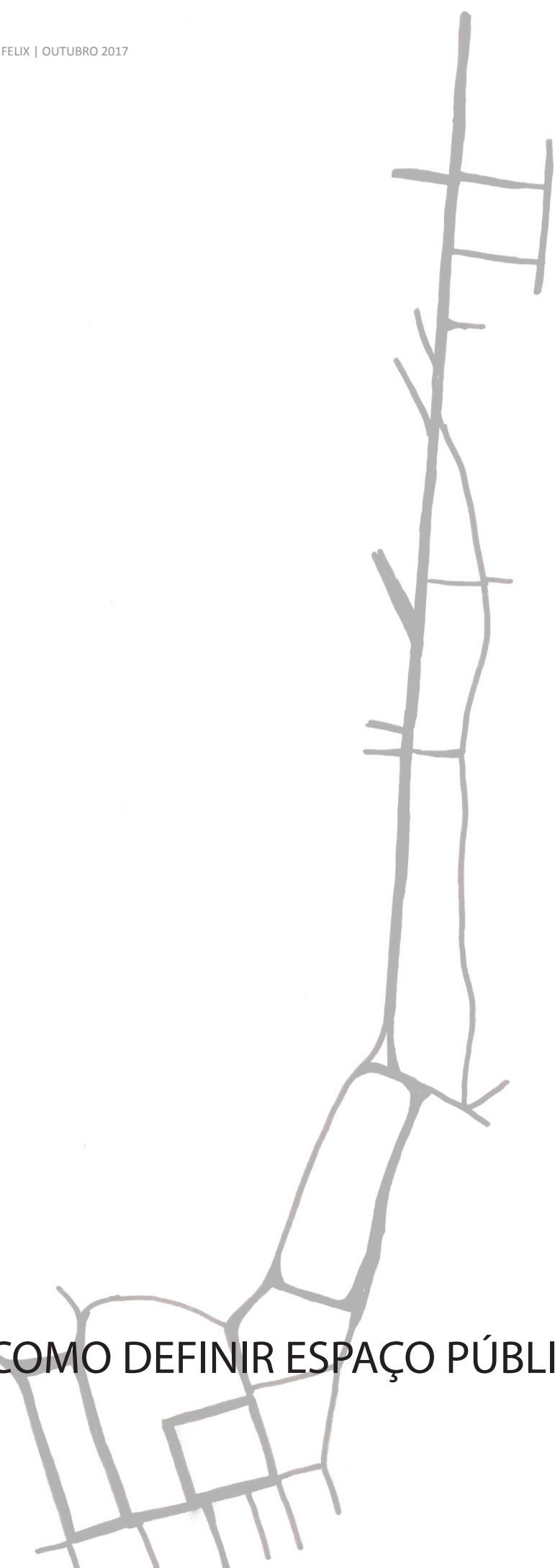
No segundo capítulo, *Como definir espaço público*, procede-se à análise e contextualização do conceito de espaço público, fornecendo a base teórica para o capítulo seguinte: *O espaço: Do Martim Moniz à Almirante Reis*. Nesse são aplicados os conhecimentos adquiridos acerca desta temática, ao espaço público em estudo, tratando-se da análise e compreensão do mesmo.

Os capítulos quatro: *Cultura, à procura de uma definição*, e cinco: *As culturas: Do Martim Moniz à Almirante Reis*, possuem como tema central o conceito de cultura e a sua relação com o espaço público. Correspondendo, respetivamente, à análise e clarificação do conceito, e em seguida à reflexão do mesmo sobre o caso de estudo.

O capítulo seis aprofunda a *Importância da cultura no projeto urbano*, passando pela análise de estratégias internacionais e nacionais, até ao estudo de como a componente cultural tem sido utilizada no projeto urbano do Martim Moniz à Almirante Reis.

O capítulo sete procura responder à questão *Como projetar o espaço público?*, através da investigação do pensamento e ideias de alguns autores acerca desta temática e da análise de bons e maus exemplos de espaços do ponto de vista da interação social. Na parte final do capítulo apresentam-se alguns exemplos de possíveis intervenções no espaço público do local em estudo.

Por fim, no capítulo oito são elaboradas as considerações finais que pretendem consolidar o argumento desta dissertação, onde se defende que a componente cultural é essencial no projeto de um espaço público, que seja propício ao convívio e à apropriação do espaço por pessoas de diferentes culturas ou estratos sociais.



2- COMO DEFINIR ESPAÇO PÚBLICO

Apesar de utilizarmos este termo com alguma frequência, nem sempre refletimos para refletir acerca dos espaços a que nos estamos a referir concretamente. Existem várias formas de encarar o mesmo termo, e o espaço público não é exceção.

O que é realmente um espaço público? O primeiro aspeto importante a ter em conta para a sua definição é perceber quando o termo começou a ser utilizado. Segundo François Ascher (1998), quando os historiadores dos séculos XVII, XVIII e XIX falam em espaços exteriores, não utilizam o termo espaço público, falam em ruas, praças, igrejas, mercados, feiras, festas e manifestações. Os primeiros grandes nomes do urbanismo também não utilizaram este termo nas suas abordagens. Georges-Eugène Haussmann por exemplo, refere ruas, arruamentos e passeios, enquanto Raymond Unwin fala em espaços livres, e Camillo Sitte, por sua vez, cita os sistemas, de praças, de edificado, de fachadas e de alamedas. Nem mesmo na *Carta de Atenas* surge o termo espaço público: esta refere instalações comunitárias, superfícies verdes e locais de lazer. A expressão espaço público, parece surgir pela primeira vez num documento administrativo em França, em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública em bairros antigos, reagrupando numa mesma categoria, os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano (Ascher, 1998).

Atualmente o espaço público, em termos jurídicos, é toda a área que está para além do espaço que é privado, ou seja, tudo para além dos limites privados, sendo esse espaço acessível a todos. No entanto, estes espaços são mais que isso, e não é suficiente definir o espaço público apenas pela sua natureza jurídica: privada ou pública. Trata-se de um conceito complexo, sendo que a sua formalização numa única categoria reduz a sua riqueza conceptual. É necessário refletir acerca da dimensão legal, física, e social destes espaços (Castro, 2002).

Quando se fala na dimensão pública destes espaços, não se quer limitar o espaço público, como referido anteriormente, unicamente à natureza jurídica dos mesmos. O termo privado remete para um espaço cujo acesso é controlado por um indivíduo ou grupo, enquanto o termo público remete-nos à noção de acessibilidade total, por qualquer pessoa e a qualquer momento. Aí podem-se realizar atividades não especificamente determinadas, embora sempre mediadas pela lei. Trata-se de um espaço onde o homem tem liberdade de circulação e onde é possível a interação livre e não controlada entre indivíduos supostamente autónomos.

Alexandra Castro (2002) refere que alguns autores, entre eles Michel Toussaint, propõem a substituição da noção de espaço público para *espaço do público*, colocando assim a questão do estatuto de espaço comum. O espaço público é uma determinação político-jurídica, mas mais que isso é um produto do uso social. Ou seja, existem espaços públicos inacessíveis ou pouco utilizados, como algumas praças e jardins quase sem utilização, e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo intenso, como os cafés. *A noção de público não é, pois, uma qualidade intrínseca a um espaço, mas sim uma construção social e política (...)* (Castro, 2002, p. 54).

Tendo em conta a diversidade de sentidos que a noção de espaço público pode conter, neste capítulo iremos apresentar e analisar várias definições de espaço público, procurando chegar a uma que nos servirá de ponto de partida neste trabalho, e por último explorar as diferentes tipologias de espaços existentes.

2.1. O ESPAÇO PÚBLICO ATRAVÉS DO TEMPO



Fig. 1. Ilustração da praça pública da Pólis Grega, Àgora.



Fig. 2. Fotografia das ruínas de um antigo Fórum Romano.



Fig. 3. Fotografia da cidade medieval em Carcassonne, França.

O objetivo desta dissertação não é analisar os vários tipos de espaço público que foram acompanhando as cidades ao longo do tempo, no entanto, pareceu-nos importante apresentar uma breve análise do mesmo, com o intuito de compreender as suas transformações.

O espaço público foi o local onde se realizaram grande parte das revoluções e manifestações que mudaram o rumo da história, por isso a história do espaço público está relacionada com a história da cidade (Borja e Muxí, 2000).

Na história do espaço público, uma das primeiras referências que temos é a Àgora, a praça pública da Pólis Grega. Este espaço marcado pela desordem física e diversidade social, era o local mais importante da cidade, onde o comércio e a vida em sociedade aconteciam, rodeada por edifícios de funções administrativas e jurídicas.

Posteriormente, nas cidades do império romano, surge pela primeira vez a preocupação com a regulamentação urbanística. Caracterizadas por serem regulares, estas cidades possuíam dois eixos principais (Cardus e Decumanus Maximus), que as cruzavam de uma ponta à outra, onde na interseção das mesmas se encontrava o centro da cidade: o Fórum e o mercado, e à volta destes, os templos. Com a intensidade de trocas comerciais e a força do trabalho escravo, verificou-se um forte desenvolvimento urbano. Isto levou a uma alteração do significado da Àgora e consequentemente do espaço público, passando a ser destinado mais aos tempos livres de lazer e descontração (Lamas, 2000).

Com a queda do império romano, a cidade entrou em retrocesso. Surge uma tendência para a auto-suficiência, levando a uma diminuição do ritmo das trocas comerciais. Nesse momento pouco seguro, surgem as cidades medievais refugiadas atrás de muralhas.

Com um espaço público caracterizado por um labirinto de ruas estreitas, estas cidades eram organizadas em torno da praça do mercado, das atalaias e dos campanários (Ascher, 2008).

No século XVIII, a cidade começa a ser mais planeada e projetada, deixando de ser fruto do crescimento orgânico e natural. Estas intervenções e os seus projetos começam a olhar para a cidade como um conjunto de sistemas ou redes, ou seja, os diversos problemas urbanos passam a ser ponderados de forma integrada, relacionando-os entre si. Com o aparecimento de grandes vias de circulação, o desenvolvimento dos transportes, entre outros fatores, descobrem-se novos tipos de movimentação e observação dentro da própria cidade. A partir desse momento a cidade é pensada e articulada, na Europa, como *cidade visível*, onde os espaços públicos como praças, ou grandes alamedas e ruas importantes, são apresentados pela arquitetura e escultura monumentais para maior visibilidade (Miles e De Lecea in Brandão e Remesar, 2000).

No século XIX foram levados a cabo grandes processos de transformação e renovação urbana, em várias cidades europeias, afirmando-se a relevância do desenho dos espaços públicos na definição da paisagem urbana. A contribuição de A. Alphand para a proposta de urbanização de Paris de Haussmann é um bom exemplo desta nova atitude unificadora da cidade. O engenheiro estudou secções padrão para os diferentes tipos de vias e projetou materiais de pavimentação e elementos de mobiliário urbano uniformes para toda a cidade, incluindo os bairros considerados periféricos na época (De Lecea in Brandão e Remesar, 2000).

A escultura desempenha um papel importante nesta nova visão do espaço público. Utilizada para caracterizar ou singularizar um espaço, e ainda como instrumento de propaganda dos novos regimes, dos seus heróis e seus feitos.

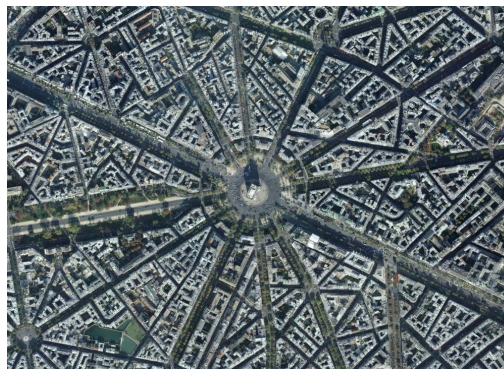


Fig. 4. Ortofotomapa de Paris, plano de Haussmann, envolvente ao Arc de Triomphe.



Fig. 5. Fotografia da estátua equestre de D. José I, Terreiro do Paço em Lisboa - Exemplo do uso da escultura no espaço público.



Fig. 6. Fotografia de uma rua em Tokyo, onde podemos ver a forte presença dos painéis publicitários.

São elementos que mantêm a memória coletiva e ao mesmo tempo assumem a função de pontos de referência urbana, acrescentando ao espaço a dimensão temporal, o tempo da memória. Atualmente a utilização da escultura na cidade é muitas vezes considerada um obstáculo ao tráfego urbano, sendo agora a publicidade um elemento omnipresente nas imagens urbanas. É quase impossível encontrar uma fotografia de uma cidade, principalmente europeia ou americana, da segunda metade do século XX na qual não apareçam mensagens publicitárias (De Lecea in Brandão e Remesar, 2000).

No século XX, o exponencial aumento de carros a circular nas cidades produziu acentuados desequilíbrios, perturbando a desejável compatibilização entre as funções urbanas. A forma urbana passou a resultar principalmente da ocupação funcionalista do solo, e o espaço para o peão a limitar-se ao espaço deixado vago pelo automóvel (Lecea in Brandão, 2002). Os espaços urbanos nos finais dos anos 60 ofereciam pouca qualidade para serem lugares de sociabilidade devido à sua monofuncionalidade, ao seu uso fragmentado e forma rígida.¹ Contudo, a partir dos anos 80 uma série de fenómenos, entre eles a promoção e *marketing* das cidades numa lógica de competitividade, levaram a um retorno dos espaços públicos como elementos centrais do projeto urbano e por outro lado como instrumento importante de coesão social (Castro, 2002).

No entanto, o aumento das velocidades de deslocação, o caos urbano e a vida agitada das grandes metrópoles modernas, criaram um novo ambiente urbano, muito menos favorável para a vida comunitária nos lugares públicos (Ascher, 1998).

¹ Este século foi ainda marcado pelo Movimento Moderno. Com o seu foco na estética e funcionalidade do edificado, e o aparecimento de novos lugares centrados no espetáculo e entretenimento, o espaço público foi de certo modo negligenciado.

Tudo isto aumentou a tendência de interiorização da vida, com o surgimento de lugares que se voltam para si e menos para a cidade, espaços que artificializam os lugares públicos ao tentarem transportá-los para um ambiente interior (Ascher, 2008).

O arquiteto Miguel Silva Graça (2012) considera que atualmente o espaço público está diferente porque a nossa relação com a cidade também mudou. A contínua expansão da cidade, muito além dos seus limites iniciais, gerou um território marcado por uma forte descontinuidade física. Isto levou a um conseqüente afastamento das relações sociais, tornando esta descontinuidade numa realidade social.

Também as condições de vida se alteraram, as famílias deixaram de comer sempre a mesma refeição, de vestirem-se de modo semelhante e possuem um número restrito de objetos (inferior a uma centena) (Ascher, 1998). Os trabalhos que temos à disposição são diversos, e conseqüentemente os horários de trabalho também. Devido aos horários flexíveis, desenvolvimento das telecomunicações, automóvel, etc., cada indivíduo pode quase fabricar o seu próprio modo de vida. Todas estas alterações na vida quotidiana geram transformações no espaço público (Ascher, 1998). E a desumanização das cidades e a alteração de escala das mesmas levaram a uma perda da sua condição inicial de espaço de encontro e intercâmbio. O espaço público de reunião que nos era familiar tem-se diluído em avenidas de trânsito intenso ou espaços ligados ao aumento gradual do consumo. Então qual é o papel destes espaços no dia-a-dia e na cidade? E como defini-los atualmente?

2.2. O QUE É ESPAÇO PÚBLICO?

Um dos aspetos mais importantes para a identificação e definição do espaço público é a sua função. Saber qual a finalidade e quais as atividades que decorrem nestes espaços pode ser uma ferramenta útil na identificação e compreensão dos mesmos.

Os espaços públicos são elementos estruturantes da forma urbana, e independentemente da sua natureza jurídica e das formas de gestão desenvolvidas, é necessário compreender o papel integrador destes espaços, ou seja, a função de gerar e consolidar os laços sociais (Castro, 2002).

Segundo os autores Borja e Muxí (2000) trata-se de um espaço de uso coletivo devido à contínua apropriação por parte da população. Como vimos, ao longo do tempo estes espaços sempre tiveram um papel importante na dinâmica social, sendo neles que a sociedade se torna visível e onde as relações sociais se materializam, e não apenas um local onde nos deslocamos com um propósito específico. Trata-se do principal património comum dos habitantes de uma cidade (Campos in Brandão, 2008).

Como referido, para além do seu papel na dinâmica social, estes espaços são estruturantes da forma urbana. Tal como Lynch (1960) refere, os elementos que constituem a imagem da cidade são as vias, os limites, os bairros, os nós e os elementos marcantes, ou seja, espaço público. Formam o elemento principal da organização do *mapa mental* que cada pessoa faz para reconhecer uma cidade e orientar-se na mesma (Campos in Brandão, 2008). São indicadores da qualidade urbana de uma cidade e um instrumento privilegiado da política urbanística.

O espaço público possui, entre outras, duas funções importantes para solucionar alguns problemas urbanos, sendo elas dar forma e sentido ao conjunto da cidade, e organizar as relações entre os diversos elementos da mesma.

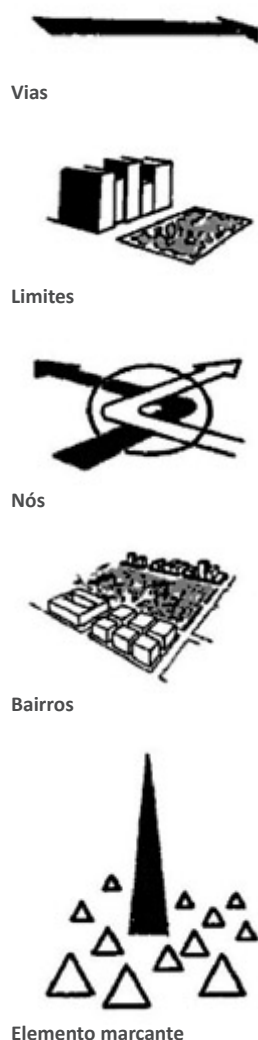


Fig. 7. Esquema dos *Elementos da Cidade* de Kevin Lynch (1960). **Vias:** canais pelos quais as pessoas se movem, como ruas e passeios; **Limites:** Elementos lineares formados por duas zonas diferentes, podem causar rupturas na continuidade, como linhas férreas, viadutos e rios; **Nós:** pontos estratégicos da cidade, como praças, cruzamentos e esquinas; **Bairros:** Área relativamente homogênea quando comparada com o restante da cidade; **Elemento marcante:** elementos pontuais e simbólicos de referência na cidade, como esculturas, torres ou edifícios.

Esta visão revela a importância destes espaços no desenho consciente da cidade, uma vez que são elementos determinantes da sua forma, organizadores do urbanismo e da própria malha urbana. Pode-se então dizer que são os espaços principais do urbanismo (Borja e Muxí, 2000).

Apesar do seu importante papel na construção da cidade e nas relações sociais, João Pedro Nunes (2012), sociólogo, alerta para o facto de existirem dinâmicas que tendem a transformar o uso destes espaços: por um lado, as ações levadas a cabo por residentes e agentes empresariais ao tentar incluir ou excluir certos usos e condutas no espaço, como por exemplo a proibição de jogar à bola ou de pisar o espaço relvado; e por outro lado, a forma como são distribuídos os direitos e oportunidades de acesso entre diferentes grupos sociais, por exemplo com o maior investimento em espaços públicos de qualidade e diversidade em locais habitados por população mais enriquecida.

. CENTRO COMERCIAL E CAFÉS COMO ESPAÇO PÚBLICO?

Se assumirmos que um espaço público é aquele que juridicamente é propriedade pública, excluimos alguns espaços interiores, que como referimos anteriormente possuem um uso coletivo intenso, como por exemplo os centros comerciais e os cafés.

No centro comercial temos acesso ao mesmo tipo de atividades que teríamos no centro urbano, como passear, comer, descansar ou fazer compras. Este espaço tem vindo a ganhar cada vez mais público devido às vantagens que apresenta. No centro comercial existem diversos serviços com o intuito de facilitar a vida dos utilizadores, como os espaços infantis controlados e protegidos, casas de banho, bancos, estacionamento, restauração, entre muitos outros.



Fig. 8. Fotografia do centro comercial Vasco da Gama - corredores e pontes de acesso.



Fig. 9. Fotografia do centro comercial Colombo- área de espera e descanso, denominada Praça Central.



Fig. 10. Fotografia aérea do centro comercial Colombo- dimensão e impacto visual face aos edifícios envolventes.

Aí a temperatura é controlada e estamos protegidos de qualquer alteração climática exterior (Graça Dias). Em caso de chuva, por exemplo, num centro urbano, somos obrigados a regressar a casa ou procurar um local abrigado, enquanto no centro comercial não precisamos de alterar de maneira nenhuma os nossos planos ou preocuparmo-nos com essa questão.

Segundo o arquiteto Miguel Silva Graça, a proliferação dos centros comerciais deve-se em grande parte pelas comodidades e facilidades, referidas anteriormente, e pelo crescente uso do automóvel. Pois os centros comerciais proporcionam aos utilizadores comércio, lazer e serviços, numa única paragem de carro, com lugar de estacionamento seguro e garantido, ao contrário dos centros urbanos.

Estes espaços possuem, cada vez mais, um papel importante na vida da população e nas relações sociais, uma vez que o desenvolvimento da sociedade de consumo fez do comércio um setor decisivo das dinâmicas urbanas, tornando estes locais uma realidade incontornável da nossa paisagem urbana atual, devido, entre outras razões já assinaladas, à sua visibilidade física assinalável.

Foi realizado um inquérito a nível europeu, denominado *Where People Shop* (Graça Dias), por uma empresa consultora de centros comerciais em 2005, onde foi possível perceber que a maior parte das pessoas gosta de passear em centros comerciais no seu tempo livre e que apenas 25% das vezes aí se deslocam para comprar algo em específico. Isto mostra-nos como os centros comerciais vão além da necessidade de consumo, tornando-se novos espaços de convívio e lazer na cidade.

Por outro lado Machado Pais (in Sá, 2014b), faz uma analogia interessante e arrojada entre o centro comercial e um manicómio, mostrando-nos semelhanças entre dois edifícios à partida tão diferentes um do outro.

O centro comercial, como o manicómio, é um local onde facilmente perdemos a noção do espaço e do tempo, a temperatura é sempre igual, a luminosidade também, e não há relógios. As pessoas percorrem o espaço habitualmente sozinhas ou aos pares, existe uma vigilância apertada sobre os consumidores, é fácil entrar e difícil sair, como no manicómio.

No seguimento desta breve reflexão acerca do centro comercial, e tendo em conta estes *são uma realidade incontornável da nossa paisagem urbana contemporânea* (Monteiro, 2003, p. 9) a questão que se nos coloca é a de saber se este é ou não um espaço público.

Encontramos diferentes respostas a esta pergunta: há quem a refute por completo, quem tenha as suas reservas, e quem o aceite como espaço público. Vamos analisar seguidamente a discussão à volta da definição de espaço público, concretamente acerca da questão do centro comercial, tendo como texto central o artigo *Cidades, centros comerciais e praças públicas* (2012), da revista *Imprópria*, onde Miguel Silva Graça e Manuel Graça Dias (arquitetos), e João Pedro Nunes (sociólogo) debatem esta problemática.

O sociólogo João Pedro Nunes opõe-se à ideia do centro comercial como um espaço público. No seu entender, um dos critérios mais importantes para definir um espaço como público são o horário livre e a acessibilidade a todos. Uma vez que o centro comercial possui um horário de funcionamento e não é acessível a todos, já que os animais e pessoas consideradas marginais ao espaço não podem entrar, a seu ver este não deve ser considerado um espaço público.

Por sua vez Miguel Silva Graça apresenta dúvidas quanto à classificação deste espaço, defendendo que está entre o domínio do público e do privado.

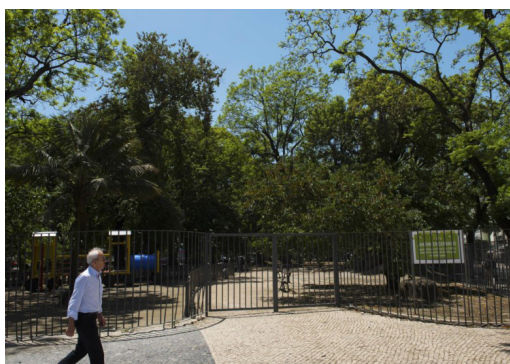


Fig. 11. Fotografia do Jardim de Santos - após intervenção passou a fechar à noite.



Fig. 12. Fotografia do Jardim da Estrela, entrada junto à Basílica da Estrela - outro exemplo de um espaço público com horário de abertura e fecho.

Em resposta à premissa da acessibilidade expressa por João Pedro Nunes, alega que atualmente o espaço público é cada vez menos público, pois possuímos jardins que fecham à noite e espaços que não podem ser acedidos por todos, apesar de juridicamente públicos.

O arquiteto Manuel Graça Dias também não descarta por completo a ideia deste espaço como espaço público, mas ao mesmo tempo admite as suas dúvidas. Defende que este espaço é pobre no que toca às relações sociais, uma vez que cada pessoa pode aí divertir-se numa espécie de redoma fechada. Sendo os *retail parks* ainda mais pobres em termos de relações sociais, uma vez que são espaços apenas funcionais e não possuem a preocupação de encenar praças e ruas, como acontece nos centros comerciais. Mas apesar de as possuir, as *ruas* do centro comercial perdem em relação às ruas urbanas, por não possuírem a sobreposição de situações, que são a sua qualidade principal. Esta sobreposição é garantida pela existência de diversos elementos para além das pessoas, como por exemplo carros e bicicletas, incompatíveis com um centro comercial (Graça Dias).

Por sua vez Pedro Monteiro (2003), analisando concretamente o centro comercial das Amoreiras, defende uma posição diferente daquelas aqui apresentadas anteriormente, uma vez que aceita a classificação do mesmo como espaço público.

Privados, para todos os efeitos, estes espaços só podem ser correctamente compreendidos se começarmos por lhes reconhecer uma funcionalidade pública (Monteiro, 2003, p. 10).

Monteiro (2003) analisa o centro comercial sobre um novo ponto de vista, refletindo se este é um *lugar*, conforme o define Marc Augé (1992). O autor considera que os centros comerciais são espaços identitários, relacionais e históricos, ou seja *lugares antropológicos* segundo Marc Augé.

No entanto, o mesmo autor, Augé (1992) tem uma posição contrária ao defender que os centros comerciais, são *não-lugares*: diretamente associados aos espaços de circulação, comunicação e consumo, cuja extensão caracteriza a globalização atual. Espaços marcados pela ausência de interação social, de laço social, onde o indivíduo permanece solitário, isolado. São espaços da *sobremodernidade*, onde a presença de um *sujeito enunciator* dita o modo de usar o espaço. O antropólogo condiciona ainda o *lugar antropológico* à história, porém Pedro Monteiro discorda, dizendo não achar necessário uma duração, ou existência mínima, ou a memória, para considerarmos determinado espaço um *lugar antropológico*. Argumenta que não valorizamos apenas a memória e o património, atualmente valorizamos quase de igual modo o que é contemporâneo. Da mesma forma que os textos usam citações, os *não-lugares*, tal como os centros comerciais, usam referências históricas e simbolismos.

O centro comercial vive na dependência simbólica da cidade. O cartaz exterior das Amoreiras, há alguns anos, intitulava o centro comercial como *centro histórico*. Isto, segundo o autor, reflete um pouco a perda histórica do centro tradicional da cidade para outros lugares, e a estratégia de sucesso dos centros comerciais, que passam a ser um polo de atração para além do consumo.² Os centros comerciais estão entre a busca de uma identidade com raízes, abertura ao exterior e à modernidade, e o culto da novidade comercial (Monteiro, 2003).

A translocalidade, a vivência em trânsito e a falta de raízes atual criam problemas de identidade, levando a uma perda do *lugar*. Com as novas tecnologias de informação, e a possibilidade que temos de estar virtualmente em qualquer lugar, leva-nos, ao

² O autor analisa ainda a forma como sinalizamos estes espaços, dizendo que da mesma forma que identificamos, com placas e indicações, a localização dos correios ou do tribunal, também o fazemos com os centros comerciais.



Fig. 13. Fotografia do Centro Comercial das Amoreiras - corredor de acesso.



Fig. 14. Fotografia da presença atual das tecnologias no uso do espaço público.

mesmo tempo, a não estar em lugar nenhum. Foi instaurado um espaço público de *visibilidade social* (Rodrigues in Monteiro, 2003).

É devido a estas mudanças e à nova maneira de viver o espaço público que Pedro Monteiro considera o centro comercial como um *lugar antropológico*, e como um espaço público. O espaço público fez-se ocupar em grande parte pelo lazer e consequentemente pelo consumo. Estes espaços têm vindo a redefinir-se pelo crescente isolamento humano e pelas novas formas de mobilidade, e o centro comercial acaba por surgir como uma compensação e um novo tipo de espaço público (Monteiro, 2003).

Como vimos anteriormente, o espaço público alterou-se e acompanhou as transformações da cidade, da sociedade, e as suas necessidades, por isso não podemos considerá-lo como um conceito fixo e imutável. Posto isto, acreditamos, tal como referiu Pedro Monteiro (2003), que o centro comercial pode ser um novo tipo de espaço de espaço público, que responde às necessidades da sociedade atual. Estes espaços são, muitas vezes, palco de mais interações sociais e com um uso coletivo mais intenso que o espaço exterior de propriedade pública. Defendemos esta posição com base não só na investigação apresentada até ao momento, mas também no caso de estudo deste trabalho, que iremos explorar com mais detalhe nos capítulos seguintes.

Outro tipo de espaços de intenso uso coletivo, também de natureza privada, são os cafés. George Steiner afirma que *a Europa é feita de cafetarias e de cafés. Estes vão da cafetaria preferida de Pessoa, em Lisboa, aos cafés de Odessa frequentados pelos gangsters de Isaac Babel. Vão dos cafés de Copenhaga, onde Kierkegaard passava nos seus passeios concentrados, aos balcões de Palermo. [...] Desenhe-se o mapa das cafetarias e obter-se-á um dos marcadores essenciais da ideia de Europa* (Steiner in Rodrigues, 2013, p. 109).

Os cafés são ao mesmo tempo o lugar do coletivo e do individual, onde se discute, se encontra e onde se observa: (...) *simultaneamente palco e plateia das relações sociais de uma comunidade* (Steiner in Rodrigues, 2003, p. 109).

Inicialmente, como o nome diz, os cafés eram os locais onde se podia beber café, sendo que só desde o século XV passaram a funcionar como locais para fumar, ler, ouvir música ou jogar xadrez, convidando a uma permanência cada vez mais prolongada (Rodrigues, 2003).

Os cafés são um espelho de vários hábitos e tradições. *Em Portugal é comum ficar em pé ao balcão, na Áustria sentamos pacientemente com um jornal e um copo de água fria, em França ocupa-se o passeio com cadeiras de verga e um copo de vinho Beaujolais* (Steiner in Rodrigues, 2003, p. 110). São lugares de referência na cultura de uma zona e de um povo. Muitas vezes cada pequena cidade ou aldeia tem o seu *Café central* e noutra escala, o *Café do bairro*, onde encontramos a ideia de encontro e centralidade. Por exemplo em Verneda San Marti, bairro dos anos 60 em Barcelona, a sociabilidade baseia-se numa hierarquia de bares e cafés (La Cecla, 2011).



Fig. 15. Fotografia do Café de Flore em Paris, França.



Fig. 16. Fotografia do interior do café A Brasileira, Chiado, Lisboa.

É interessante indicar qual a posição desses cafés na cidade. O *Café central* normalmente localiza-se no largo mais emblemático, e quando assim não o é, localiza-se na rua principal, quase sempre numa esquina. Mas o que é aliciante nos cafés é talvez o intenso estímulo dos sentidos. Desde o sabor do café quente, aos diferentes cheiros e diferentes sons. Aquilo que anima estes espaços, ou o que os caracteriza, são os diferentes usos que ali podemos encontrar. *É deixar juntar as cadeiras e conversar sob o teto de uma sala grande ou, em silêncio, dar a vista do mar no fundo da janela. É também, de forma deliberada, desenhar o suporte para que as coisas por si se criem* (Steiner in Rodrigues, 2013, p. 111).



Fig. 17. Fotografia do interior do café *Starbucks* em Belém, Lisboa.

Mas atualmente, com as modernas cadeias de cafés, estes espaços assentam numa lógica de lucro, onde o espaço rege-se, algumas vezes, pela quantidade e não pela qualidade. No entanto nem todas as cadeias de café organizam os seus espaços segundo essa lógica. Nesses casos, o que se verifica são espaços agradáveis e acolhedores, onde nos sentimos confortáveis, por exemplo, com um computador portátil para trabalhar, mas onde uma pessoa com menor capacidade económica parece de algum modo deslocada, como por exemplo a cadeia *Starbucks*. Criam-se assim locais atípicos, iguais entre si, onde independentemente do ponto na cidade onde se localizam, todas as salas e produtos são iguais.

Independentemente da sua lógica, tal como o centro comercial, o café é um marco na sociedade atual e um espaço de intenso uso coletivo, respondendo às necessidades atuais da sociedade. O que reforça a questão: se poderão espaços como estes, de domínio e gestão privada, serem considerados espaços públicos. Neste trabalho defendemos que sim, que tal como foi dito anteriormente face aos centros comerciais, também os cafés possam ser um novo tipo de espaço público.

Encarar estes espaços como espaço público não é fácil, mas é necessário compreender e reconhecer o seu papel atual, pois utilizamo-los como pontos de referência quando explicamos um percurso ou uma localização - elemento marcante segundo a classificação de Lynch (1960) - e marcamos encontros nos mesmos. Em situações onde o espaço público por excelência (o espaço exterior como as ruas e praças) não conceda as melhores condições à permanência ou ao convívio, somos obrigados a recorrer a espaços de natureza privada como os cafés e os centros comerciais.

2.3. UMA DEFINIÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

Após esta pesquisa e reflexão, onde se procurou analisar várias ideias associadas à noção de espaço público, apresentaremos agora uma definição daquilo que será considerado espaço público no decorrer do trabalho. Como vimos, esta definição traz consigo diversas questões. Um espaço privado como um centro comercial ou um café, pode ser um espaço público? Os espaços públicos são hoje sobretudo locais de consumo? Os espaços públicos são locais de sociabilidade ou de isolamento? O espaço público é um lugar de homogeneidade ou heterogeneidade social?

Trata-se de saber o que se torna mais importante na definição de um espaço público, se a sua natureza jurídica, a gestão e as condições físicas do mesmo, ou o seu papel na vida dos utilizadores.

Para construir a definição de espaço público que utilizaremos nesta dissertação, tivemos sobretudo em conta duas ideias de espaço público: a de Pedro Brandão e a de Manuel Graça Dias.

Segundo Brandão e Remesar (2000), o espaço público é a manifestação de vida urbana entre edifícios, constituída por uma diversidade de contactos em que se manifesta. O autor defende que a vivência do espaço público é a verdadeira matéria prima do mesmo, e a maior atração da cidade. É o espaço fundador da forma urbana que configura o domínio da sociabilização e vivência em comum, podendo, segundo o autor, ser ou não propriedade pública (Brandão, 2008).

Manuel Graça Dias (2012) ao apresentar uma definição desejável de espaço público defende que é o espaço onde estão pessoas de várias idades, estratos sociais e género, que por serem postas em confronto e em público, geram a diversidade que reconhecemos ao organismo que é a cidade.

Ambas as definições realçam a vertente humana, vivencial e de relação social do espaço público, mostrando que este é um aspeto fundamental na definição do mesmo, como defendemos neste trabalho e como referimos a propósito dos centros comerciais e cafés. No entanto, enquanto Graças Dias olha para estes apenas através das pessoas e da função social destes espaços, Brandão vai mais além, aprofundando a sua investigação e expondo que apesar de terem o seu uso coletivo como principal aspeto, são espaços complexos e interdisciplinares.

A partir destas duas definições, e tendo em conta as restantes posições apresentadas, definimos, um espaço público como um espaço multifuncional, com ou sem função específica previamente estipulada, de uso coletivo, que proporciona interação entre os utilizadores. Um palco de interações sociais, onde pessoas de várias idades, estratos sociais, culturas e género se possam encontrar. O espaço público, elemento organizador do urbanismo, gera a diversidade na cidade dando forma e sentido ao conjunto, organizando e auxiliando a relação entre os restantes elementos. Podendo em última análise, ser ou não propriedade pública.

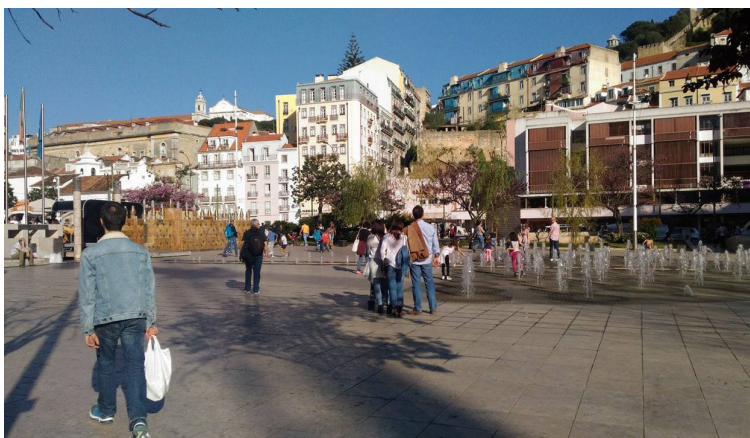


Fig. 18. Fotografia da Praça do Martim Moniz, Lisboa.

2.4. TIPOS DE ESPAÇO PÚBLICO

Ao aceitarmos que o espaço público pode ou não ser propriedade pública, incluímos nesta categoria espaços como centros comerciais ou cafés. No entanto, estes espaços não são todos iguais e conseqüentemente não possuem as mesmas funções e impactos. Desta forma, procura-se aqui distinguir alguns tipos de espaço público importantes para este trabalho, tendo em conta algumas variáveis relevantes para a compreensão dos mesmos.

2.4.1. QUANTO AO CONTEXTO E ESCALA

São diversos os fatores sobre os quais podemos diferenciar o espaço público, sendo o contexto e a escala em que se inserem, um dos aspetos que iremos abordar.

Um grupo de investigadores, liderados por Michel Bassand, comparou e diferenciou o espaço público consoante o contexto urbano em que se insere. Foram analisadas algumas dimensões dos diferentes espaços, com o intuito de compreender como estes funcionam, quem são os seus utilizadores, como acedem ao mesmo, e de onde vêm. Os resultados, apresentados no quadro nº1, permitem-nos caracterizar três tipos de espaço público diferentes (Bassand in Castro, 2002).

O espaço público do centro da cidade é um local de natureza pública e exterior, cujos utilizadores habitam tanto próximo como longe desse espaço. São espaços com um bom acesso multimodal, sendo de livre acesso a todos sem um horário de funcionamento. Têm algum potencial de miscigenação, uma vez que os utilizadores possuem origens múltiplas. Os atores destes espaços são cidadãos do centro do município e comerciantes, mas não existem atores considerados ilegítimos. Estes espaços possuem diversos usos possíveis, como circulação, cultural, político e consumo diverso.

O *espaço público de bairro* é também um local de natureza pública e exterior, mas onde os utilizadores vêm de áreas mais próximas. Possui um bom acesso para peões, sendo um espaço de livre acesso a todos e sem um horário de funcionamento. A miscigenação possível nestes espaços é apenas a existente na proximidade, uma vez que os atores são os habitantes do bairro e os comerciantes próximos. Os utilizadores que não sejam do bairro são vistos como atores ilegítimos. Estes espaços são utilizados para circulação, cultura e consumo alimentar.

Por último, os *espaços comerciais das periferias* são locais de natureza privada e interiores, onde os utilizadores vêm de toda a metrópole, da cidade e da proximidade, possuindo um bom acesso automóvel. No entanto, trata-se de um espaço controlado, onde os utilizadores considerados indesejáveis são excluídos. Estes espaços têm um horário de funcionamento diário, e dias em que se encontram encerrados.

	Centro da Cidade	Bairro	Espaços Comerciais das Periferias
Estatuto	Público	Público	Privado
Morfologia	Exterior	Exterior	Interior
Acessibilidade			
- Origem dos utilizadores	Metrópole, cidade, proximidade	Proximidade	Metrópole, cidade, proximidade
- Controlo de acesso	Livre a todos, acesso a toda hora	Livre a todos, acesso a toda hora	Indesejáveis excluídos, dias/horas de encerramento
- Transportes	Bom acesso multimodal	Bom acesso peões	Bom acesso automóvel
Miscigenação Potencial	Origens Múltiplas	Proximidade	Origens Múltiplas
Usos Possíveis	Circulação, cultura, político, consumo diverso	Circulação, cultura, consumo alimentar	Consumo, alimentação, cultura
Atores Legítimos	Cidadãos do centro do município, comerciantes	Habitantes do bairro, comerciantes	Clientes e comerciantes
Atores Ilegítimos	Nenhum	Utilizadores não habitantes do bairro	Excluídos em geral

Quadro 1. Tipologias de espaço público segundo Michel Bassand, 2001.

Apesar destas condicionantes, o potencial de miscigenação destes espaços é superior aos *espaços públicos de bairro*, uma vez que os utilizadores são de múltiplas origens sociais e espaciais. Nos *espaços comerciais das periferias* os atores são clientes e comerciantes, sendo que todos os excluídos em geral são vistos como atores ilegítimos. O uso destes espaços passa pelo consumo, alimentação e cultura.

Kelly e Becker (2000) apresentam outra classificação de espaços públicos consoante a escala dos mesmos, proposta pela *National Recreation and Park Association*, mas simplificada e adaptada pelos autores (Quadro nº2). Dividem o espaço público em três categorias, onde encontramos os *espaços municipais*, que podemos considerar uma escala próxima ao *espaço público do centro da cidade* na classificação anterior; os *espaços públicos de bairro*, categoria semelhante em ambas as classificações; e por último uma escala mais aproximada, não existente na classificação anterior, os *espaços públicos de vizinhança*.

Começando pela menor escala, denominada *espaços públicos de vizinhança*, estes são espaços de pequena dimensão, que abrangem um pequeno conjunto de quarteirões e lotes. Funcionam como unidade básica no sistema de espaços públicos e abrigam especialmente atividades relacionadas ao convívio e ao lazer quotidianos.

	Vizinhança	Bairro	Municipais
Dimensão	Pequena	Média	Grande
Área de Influência	Conjunto de quarteirões e lotes	Bairro	Município
Atividades	Convívio e lazer quotidiano	Atividades de interesse comunitário, recreação, outros	Atividades diversas, lazer esporádico

Quadro 2. Tipologias de espaço público segundo Kelly e Becker, 2000.

Em seguida temos os *espaços públicos de bairro*, que correspondem a espaços de média dimensão. São espaços que atendem a uma maior diversidade de atividades, incluindo aquelas de interesse comunitário, recreação, entre outras.

Por último nesta classificação, temos os *espaços públicos municipais*, que são aqueles de maior dimensão. A sua área de influência corresponde a todo o município, podendo conter uma grande diversidade de atividades, especialmente aquelas relacionadas ao lazer esporádico, como eventos municipais ou concertos públicos, como vemos acontecer, por exemplo na Praça do Comércio.

2.4.2. QUANTO À FUNÇÃO E FORMA

Como vimos, a escala e o contexto permitem-nos diferenciar alguns tipos de espaço público. Mas, dentro de cada uma das categorias enunciadas acima, existem ainda várias diferenças entre os vários espaços. Iremos agora explorar as tipologias de espaços públicos tendo em conta a sua própria função e forma.

Pedro Brandão e Remesar (2000) analisam de uma forma aprofundada a diferenciação destes espaços a partir da sua função, apresentando uma classificação que considera dinâmica, uma vez que estão sempre a ser acrescentados novos tipos de espaços, consequentes de transformações estruturais na cidade.

Encontramos a tabela no Quadro nº3, com uma grande quantidade de espaços, no entanto o autor vai definir com mais detalhe apenas os três primeiros tipos de espaço.

Entre eles estão os *espaços de traçado*, que o autor vai distinguir entre *espaços de encontro* e *espaços de circulação*. Os *espaços de encontro* são espaços livres que podem ter formas e

dimensões diversas, normalmente abarcáveis com a vista, com a maior parte do seu contorno delimitado por edifícios.

Dentro desta categoria encontramos as praças, largos e pracetas, que o arquiteto relata como lugares de forte centralidade, sendo maior no caso das praças. Nesta categoria temos ainda os terreiros e recintos multifuncionais, espaços públicos singulares, tanto do ponto de vista dimensional como funcional. Normalmente constituídos por grandes plataformas destinadas a determinadas funções, inseridas em locais vazios como estacionamentos, que periodicamente acolhem actividades públicas, como feiras, festas, mercados ao ar livre, entre outras.

Espaços de Traçado	Encontro	Largos, Praças, Pracetas, Terreiros, Recintos multiculturais
	Circulação	Ruas, Avenidas
Espaços de Paisagem	Lazer, Natureza	Jardins, Parques, Áreas ajardinadas de enquadramento
	Contemplação	Miradouros, Panoramas
Espaços de Deslocação	Transporte	Estações, Paragens, Interfaces
	Canal	Vias-férreas, Auto-estradas
	Estacionamento	<i>Parking</i> , Silos
Espaços de Memória	Saudade	Cemitérios
	Arqueologia	Industrial, Agrícola, Serviços
	Memoriais	Espaços monumentais
Espaços Comerciais	Semi-interiores	Mercados, Centros comerciais, Arcadas
	Semi-exteiores	Mercado levante, Quiosques, Toldos
Espaços Gerados	Por Edifícios	Adro, Passagem, Galeria, Pátio
	Por Equipamentos	Culturais, Desportivos, Religiosos, Infantis
	Por Sistemas	Iluminação, Mobiliário, Comunicação, Arte

Quadro 3. Tipologias de espaço público segundo Brandão, 2000.

Mas por outro lado, os *espaços de traçado de circulação* constituem um conjunto de espaços lineares destinados fundamentalmente à circulação e permanência de pessoas, e à circulação e estacionamento de veículos. Destinam-se ao uso misto, distinguindo-se entre si, por exemplo pela dimensão da sua secção transversal e pelo tráfego, entre outros atributos.

Dentro dos *espaços públicos de paisagem*, o autor distingue os de *lazer e natureza*, dos de *contemplação*. Nos primeiros inclui os parques urbanos como espaços livres, de superfície considerável, normalmente não abarcáveis com o olhar. Constituídos principalmente por áreas ajardinadas, entre as quais se intercalam passeios, e áreas com outras funções. Estes parques servem alguns bairros ou toda a cidade, oferecendo atividades de interesse para várias faixas etárias. Ainda na mesma categoria, os jardins públicos são espaços livres, de dimensão e composição muito variadas, geralmente abarcáveis com a vista e por vezes vedados. Constituídos por áreas pedonais fragmentadas por áreas ajardinadas normalmente extensas e ainda áreas com outras funções, são espaços que possuem uma área de influência ao nível do bairro. Por último nesta categoria temos as áreas ajardinadas de enquadramento, que são espaços residuais promotores da integração de infra-estruturas, equipamentos, edifícios ou vias no tecido urbano, constituídas fundamentalmente por zonas verdes ornamentais sem uso definido.

Por último, define os *espaços públicos de deslocação*, onde distingue os *espaços de transporte, de canal e de estacionamento*. Aprofunda apenas *espaços de canal*, espaços dedicados a infra-estruturas que ligam pontos distantes, possuem um efeito de barreira física, mais ou menos condicionante dos espaços envolventes. Destinam-se à circulação exclusiva e prioritária de automóveis, sendo que não possuem cruzamentos de nível, e

os seus acessos são condicionados. A circulação intensa que estas vias normalmente suportam é incompatível com o caráter urbano das suas margens, que por consequência possuem normalmente funções de proteção.

Apesar da classificação proposta ser bastante completa, o próprio autor relembra ser necessário compreender que existem ainda diferenças entre os vários espaços, acrescentando diversidade às tipologias anteriores. Dois espaços pertencentes à mesma categoria, como duas praças, serão diferentes devido à sua morfologia (forma, altura dos edifícios envolventes, entre outros) e serão por isso utilizadas de maneiras distintas.

Assim, o arquiteto Francisco Serdoura (2007) realizou uma investigação acerca das dimensões do espaço público, tendo em atenção a relação entre a configuração urbana e a vida que as pessoas desenvolvem no espaço público. Nesta pesquisa o arquiteto explora a temática tipológica destes espaços, afirmando que os diferentes tipos surgem e distinguem-se devido às características intrínsecas dos espaços, e pelas relações que as pessoas estabelecem com os mesmos.

	Lineares	Não-lineares
Função Principal	Circulação e distribuição	Atividades de sociabilização
Tipos	Ruas	Praças e Largos
	Avenidas	Parques Urbanos e Regionais
		Parques Lineares

Quadro 4. Tipologias de espaço público segundo Serdoura, 2007.

A classificação proposta (Quadro nº4) divide os espaços públicos em *espaços lineares* e *espaços não lineares*. Tem como base a ideia de que a matriz do desenho urbano pode ser definida por espaços vazios, onde as ruas, praças e outros espaços públicos não construídos, tornam-se responsáveis pela orientação da implantação do edificado, e não consequência do espaço vazio deixado pelos mesmos (Krier in Serdoura, 2007).

Os *espaços públicos lineares* são aqueles que, como o próprio nome sugere, possuem uma forma linear, ruas e avenidas, funcionando maioritariamente, mas não exclusivamente, como espaços de circulação e distribuição. Dentro desta categoria temos a rua, que para o urbanista norueguês Harald Hals (in Serdoura, 2007), é o elemento determinante da configuração e dinâmica da cidade. Defende que, as ruas devem fazer parte de um amplo espaço linear central, a parte destinada à circulação automóvel, ladeado por dois troços, os passeios, que permitam também o encontro e permanência das pessoas.

Por oposição, os *espaços públicos não lineares* são os locais onde decorrem as *atividades de sociabilização* da população. De modo a complementar a caracterização destes espaços, e os diferentes tipos existentes dentro da própria categoria, recuperam-se as ideias de Lynch (1960). Para o autor, os espaços públicos não lineares estão organizados em seis tipos diferentes, dos quais destacaremos apenas três: as praças e largos, os parques urbanos e os parques lineares.

As praças e largos, espaços de encontro e lazer, são locais de fuga ao contexto urbano, onde proporcionar bem-estar aos utilizadores é o principal objetivo. Assim, o mobiliário e equipamentos urbanos, como bancos, iluminação, fontes, vegetação, e sombreamento são indispensáveis para atraírem a população e garantirem o seu conforto.

Dentro da categoria dos parques encontramos os parques regionais e os urbanos, sendo os primeiros de maior dimensão e localizados normalmente nas periferias dos grandes centros. Os parques urbanos, de menores dimensões que os anteriores, destinam-se a atividades de recreio e lazer, como andar, correr, sentar, descansar, jogar, entre outras, e localizam-se dentro, e de forma integrada no tecido urbano.

Por último, os parques lineares são espaços relacionados com o movimento e passeio em meios de características mais rurais. Nestes espaços pode ser integrada a deslocação tanto pedonal, como de bicicleta.

2.4.3. QUANTO AO TIPO DE SOCIABILIDADE QUE PERMITE

Para além das questões formais e funcionais dos espaços, é necessário reconhecer a diferença entre o espaço construído e o espaço vivido. Assim, mesmo que duas praças estejam na mesma categoria em qualquer uma das tipologias anteriormente apresentadas, não são vividas da mesma forma, se localizadas em contextos sociais diferentes. Ou seja, podemos também distinguir o espaço público segundo a sociabilidade que gera. Não nos sentimos da mesma forma em todos os espaços públicos, ou seja, segundo as relações e sensações que proporcionam, estes espaços não são todos iguais.

Lévy (in Castro, 2002), realizou uma pesquisa de critérios que permitem uma abordagem tipológica do espaço público, colocando em evidência diferentes modos de existência nestes espaços. Considera que existem duas grandes categorias que parecem estruturar o espaço público e a sua sociabilidade.

A primeira categoria refere-se ao tipo de sociedade, e divide-se entre a *sociedade de interconhecimento* e a *sociedade de anonimato*, correspondendo respetivamente à sociedade da pequena e da grande cidade. A segunda categoria, que trata de um âmbito mais individual, é dividida entre a *transparência* e a *opacidade* das relações, dando conta dos tipos, procedimentos e conteúdos das interações entre os utilizadores.

O autor define sociabilidade como *uma performance que corresponde a pôr em prática o código de civilidade, é uma actualização da competência pela execução de regras de conduta em determinada situação particular* (Lévy in Castro, 2002, p. 60).

Lévy cruza estas duas categorias, de modo a obter quatro tipos de espaço público com sociabilidades particulares (Quadro nº5). Admite, embora, que possam existir excepções e graus intermédios, e que possam ainda coexistir diferentes tipos de sociabilidade no mesmo espaço.

Para chegar à definição tipológica analisa duas esferas de ação, tendo em conta as relações inter-individuais e as relações inter-comunitárias. A primeira, refere-se à forma como o sujeito está em público e os vários papéis que pode assumir, e a segunda, às atitudes que as várias comunidades desenvolvem entre si em público. A importância da segunda esfera deve-se à relevância da questão étnica e cultural nas relações em público. De uma forma esquemática e resumida, apresentam-se as principais características dos quatro tipos de espaço público.

	Anonimato	Interconhecimento
Opacidade	Sociabilidade Fria	Sociabilidade Quente
Transparência	Crise de Sociabilidade	Crise de Sociabilidade

Quadro 5. Tipologias de espaço público segundo Lévy, 1997.

Quando uma *sociedade de anonimato*, possui relações marcadas pela *opacidade*, encontramos o espaço público da grande cidade, com uma sociabilidade fria. Neste espaços, as relações inter-individuais são caracterizadas por uma reserva, mútua estranheza, indiferença e até repulsa partilhada. Por outro lado, verifica-se o contrário relativamente às relações intercomunitárias. Aí, há uma abertura entre grupos, aceitam-se as normas que regulam a convivência e existe uma dissolução de algumas especificidades de cada grupo com um reconhecimento dos valores comuns.

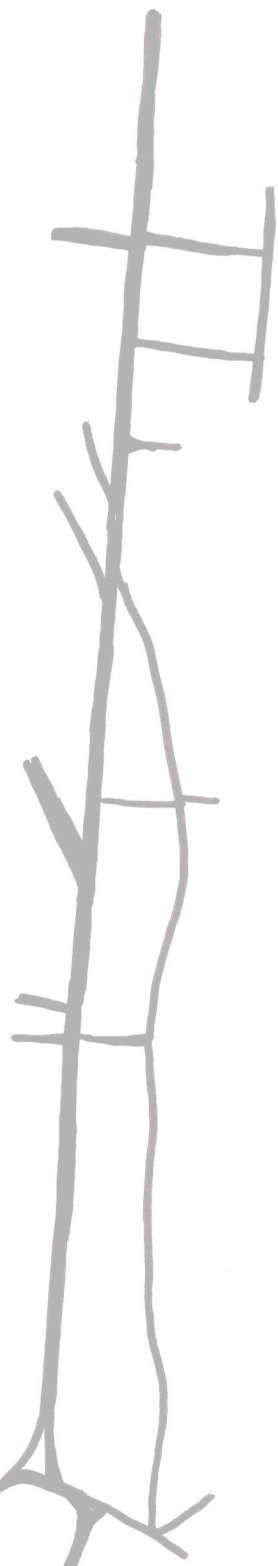
Uma *sociedade de interconhecimento*, caracterizada por *opacidade* nas relações, corresponde ao espaço público da pequena cidade e de alguns bairros populares das grandes cidades, onde os indivíduos conhecem-se relativamente bem, criando uma *sociabilidade quente*. Nestes espaços evita-se a mútua estranheza, mas sem existir uma total transparência, tudo é exercido através da conveniência, tornando-se impossível não aplicar as convenções coletivas. Aqui as relações intercomunitárias caracterizaram-se por uma permeabilidade das fronteiras entre os grupos, permitindo o equilíbrio entre os contactos necessários e a preservação das minorias e das identidades. Defende-se assim o multiculturalismo.

Nos dois tipos restantes, quando tanto a *sociedade de anonimato*, como a *sociedade de interconhecimento*, possuem uma total transparência nas relações sociais, verifica-se uma crise do espaço público. Desaparecendo as mediações simbólicas, os ritos e rituais, responsáveis pela regulação das interações sociais. As relações inter-individuais são caracterizadas por uma exibição da personalidade, onde o conteúdo da comunicação é feito de emoções, levando ao desaparecimento da distância e mediação impessoal.

No caso das relações inter-comunitárias verifica-se um grupo que afirma de forma arrogante a sua identidade comunitária, o que leva ao desenvolvimento de comportamentos etnocêntricos e de auto-centramento. Cada grupo procura impor as suas particularidades, a partir de uma ideia de autenticidade cultural, negando todo o espaço público comum.

Reconhecemos que existem muitas outras formas de classificar o espaço público, mas são estas que serão utilizadas como ferramenta de auxílio ao estudo e compreensão do espaço público em análise neste trabalho. As tipologias apresentadas mostram a complexidade do espaço público, a forma como organiza a cidade e proporciona, ou não, interações entre os indivíduos.

Como vimos, é necessário explorar as várias dimensões de um espaço público para compreendê-lo melhor. Um *espaço público de bairro*, na classificação de Bassand ou de Kelly e Becker, pode ainda assim pertencer a qualquer uma das categorias da classificação de Brandão ou de Serdoura, podendo ainda possuir qualquer um dos tipos de sociabilidade demonstrados por Lévy. Procuraremos neste trabalho cruzar as diversas tipologias, tendo em conta o contexto e escala, a sua função e forma, e ainda o tipo de sociabilidade.



3- O ESPAÇO PÚBLICO: DO MARTIM MONIZ À ALMIRANTE REIS



O objeto empírico da nossa investigação, como referido inicialmente, parte da Praça do Martim Moniz seguindo o seu eixo de ligação principal - a Rua da Palma e a sua extensão, a Avenida Almirante Reis - até à Igreja dos Anjos. Este eixo é caracterizado por um elevado contraste, sendo a Praça do Chile o momento de divisão entre dois mundos diversos, com uma população de uma classe social mais elevada a Norte, e uma população mais carenciada e culturalmente diversificada a Sul. Trata-se de um território intersticial, entre o antigo e o novo, o *rico* e o *pobre*. Este espaço a sul, por vezes considerado parte da Mouraria, outras vezes parte da Baixa Pombalina, pertencente a mais que uma freguesia, acaba por ser afetado e transformado por intervenções e acontecimentos de diferentes partes da cidade (Caldas, 2014).

Para caracterizar este espaço, iremos primeiro compreender o enquadramento histórico deste local, analisando os principais fatores que o transformaram naquilo que é atualmente. Em seguida, identificaremos e analisaremos o espaço público desta área, tendo como base a definição estabelecida anteriormente (Ver ponto 2.3.). Por último, aplicamos a este espaço a pesquisa realizada acerca das tipologias de espaço público para compreendermos as suas escalas, contextos, funções, formas e tipos de sociabilidade.

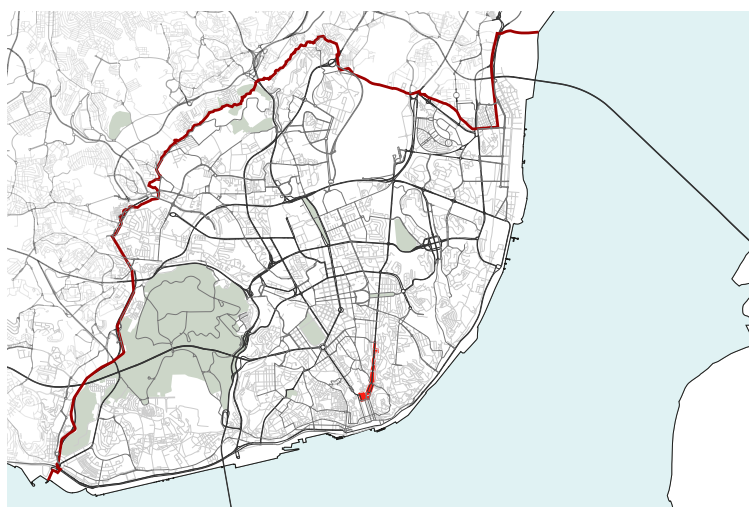


Fig. 19. Planta de enquadramento do caso de estudo na AML.

3.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Após a conquista da cidade de Lisboa em 1147, é criado o bairro da Mouraria, na encosta do Castelo de São Jorge, com a função de albergar os muçulmanos que escolheram permanecer no território conquistado. Considerado um gueto, foi consolidado em 1170 quando um foral colocava esta comunidade sob proteção régia, obrigando-a, por outro lado, a pagar tributos ao rei (Caldas, 2014).

Na primeira planta geral da cidade de Lisboa, elaborada por João Nunes Tinoco em 1650 (Fig. 20), vemos que Lisboa, limitada ainda pela cerca fernandina, estendia-se a partir do castelo, visivelmente para poente, com um tecido denso onde as únicas grandes aberturas eram as duas praças: o Terreiro do Paço, centro da vida da corte, e o Rossio, centro da vida popular e comercial (França, 1997).



Fig. 20. Planta de Lisboa antes do terramoto, João Nunes Tinoco, 1650 - Praça do Rossio e Terreiro do Paço realçados.

Nos anos seguintes a cidade desenvolveu-se e expandiu os seus limites, porém, a maior parte das ruas mantiveram a sua definição medieval. No entanto, algumas ruas foram sofrendo alterações relativamente à sua configuração medieval, entre elas, a Rua Nova da Palma com o seu desdobramento para benefício do trânsito em 1673. Esta zona da cidade teria como um dos seus elementos marcantes o Palácio do Marquês de Alegrete, com construção iniciada em 1694, localizado *na embocadura do vale da Rua da Palma ou da Mouraria*, no lugar da atual praça do Martim Moniz (Silva in França, 1997).



Fig. 21. Extrato da planta do plano da Baixa Pombalina de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, desenhada por Vieira da Silva em 1755.

Após o terremoto de 1755, surge o plano de reconstrução da baixa da cidade, obra de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.³ Sem transformações pombalinas, e sem ter sido afetada pelo terramoto, a Mouraria chega ao século XIX sobrelotada, sendo o destino para intensos fluxos migratórios, sobretudo provenientes de zonas rurais.

Este, juntamente com outros bairros da cidade, era considerado um bairro problemático, devido à insalubridade, pobreza e marginalidade das populações que aí habitavam. O princípio da solução desenhada para estes bairros era a existência de uma relação estreita entre o desenho urbano e as práticas sociais, estimando que encontrar uma solução espacial permitiria ultrapassar as questões sociais. É nesta altura que surge o Largo do Intendente, com a sua origem marcada pela construção da Fábrica de Azulejos Viúva Lamego em 1849 (Caldas, 2014).

Nesta altura, segundo José Lamas, desenhavam-se novas utopias socio-urbanas caracterizadas pela valorização de grandes avenidas, espaços abertos e monumentos isolados. Assim, em 1878, Lisboa sofreu uma operação urbanística de enormes consequências, a construção da Avenida da Liberdade, concluída e inaugurada em 1888 (França, 1997; Brito e Camarinhas, 2007).

Nesta lógica de pensamento, ao mesmo tempo que o projeto das Avenidas Novas era realizado ao longo de um dos grandes vales de Lisboa, outro vale se desenvolvia, aquele onde se insere a zona em estudo: da Baixa a Arroios, passando pelos Anjos e Santa Bárbara. Atrás do Rossio, esboçava-se assim um modesto prolongamento na Rua Nova da Palma, logo interrompida no labirinto do Socorro.

³ Com este plano, nascem as três ruas nobres, Áurea, Augusta e Bela da Rainha (atual Rua da Prata), das quais as duas primeiras terminavam no Rossio, e a outra, numa praça paralela, onde foi instalado, primeiro de forma provisória e depois definitivamente, o mercado da Figueira (França, 1997).

A circulação e desafogo da cidade eram dois elementos fundamentais no pensamento da época (final do século XIX), por isso existia a intenção de criar um traçado que entre o Socorro e o Desterro cortasse a direito melhorando o acesso, e foi a Rua da Palma que o conseguiu, regularizando a Rua Direita dos Anjos até ao Desterro. Dessa parte para Sul, passando pelo Intendente, seguiu como uma nova avenida, chamada Avenida D. Amélia, inaugurada oficialmente em 20 de Julho de 1903, e depois de 1910 denominada Avenida Almirante Reis (França, 1997).

Em 1938 é apresentado um relatório sobre a cidade de Lisboa intitulado *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa*, elaborado pelo engenheiro António Emídio Abrantes. Este documento descrevia pormenorizadamente a cidade, caracterizando a circulação viária, principalmente na zona da Baixa, como caótica, devido maioritariamente aos traçados da rede de eléctricos. O mesmo documento refere ainda que a Rua do Arco do Marquês de Alegrete, que albergava o palácio com o mesmo nome, sob o qual estava o arco, tinha apenas um sentido e o seu descongestionamento era impossível, devido à largura reduzida da mesma. A Rua da Palma, por ser a única artéria de ligação à Baixa, sofria de um congestionamento elevado, devido ao elevado número de carroças que abasteciam o mercado da Praça da Figueira (Brito e Camarinhas, 2007).

O arquiteto João Faria da Costa, discípulo de Étienne de Gröer, responsável pela definição das grandes linhas orientadoras do *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa* concluído em 1948, projetou sucessivos planos de renovação da baixa, marcados por diversas demolições, intervenções de grande dimensão e pela importância dada à circulação viária com o intuito de modernizar a cidade. Na sequência destes planos e ideias, é demolido o Palácio do Marquês de Alegrete em 1946, abrindo o espaço que viria a ser o Largo do Martim Moniz (Caldas, 2014).

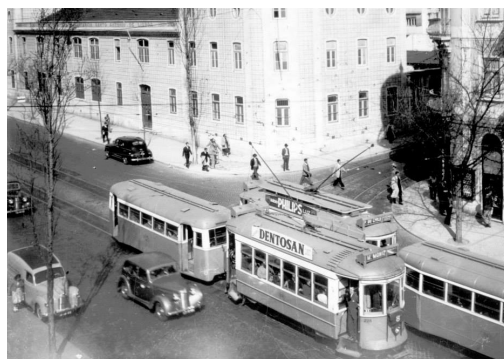


Fig. 22. Fotografia da Avenida D. Amélia em 1903- Avenida Almirante Reis.



Fig. 23. Fotografia do Arco e Palácio do Marquês de Alegrete antes das demolições em 1946.



Fig. 24. Fotografia do espaço da Praça do Martim Moniz nas décadas de 60 e 70 - utilizada como parque de estacionamento.



Fig. 25. Fotografia do espaço da Praça do Martim Moniz nas décadas de 60 e 70 - ocupada por vendedores ambulantes.

O objetivo era transformar o Largo do Martim Moniz numa praça que fosse o epicentro dos principais eixos de circulação desta zona da cidade, mas que sendo ao mesmo tempo dinamizada por novos espaços de comércio e de escritórios, pudesse resolver tanto os problemas de trânsito como de insalubridade física e moral. Assim surgiram o Hotel Mundial, em 1958, projetado por Pardal Monteiro e inicialmente pensado para sede de escritórios, e a estação de metropolitano do Socorro, em 1966, correspondente à atual estação do Martim Moniz (Caldas, 2014). Com o mesmo intuito, o de abrir espaço para a circulação viária, foi demolido em 1949 o Mercado da Ribeira, transferindo-se os comerciantes para pavilhões instalados provisoriamente no Largo do Martim Moniz.⁴

Embora em 1967 tenha sido desenvolvido um novo Plano Geral de Urbanização coordenado por Meyer-Heines, publicado em 1977, dando seguimento a propostas para o Largo do Martim Moniz, as linhas orientadoras que estavam na base do plano de 1948 foram mantidas, especialmente as grandes obras para melhoria da circulação viária. As décadas de 60 e 70 caracterizaram-se por inúmeros planos que ficam pelo caminho.

Em todo este processo, na ligação entre o núcleo histórico e a cidade moderna, o Martim Moniz transformou-se num espaço obsoleto e rodeado de ruínas que resultavam das demolições constantes por parte dos diversos planos, vindo a ser conhecido como *prega* ou *buraco de Lisboa* (França, 1997; Caldas, 2014). Os anos 70, sobretudo após a revolução do 25 de Abril, foram marcados por uma mudança de perspetiva acerca da cidade, onde passou a ser realçada a importância do património, da manutenção dos vestígios históricos e da consideração urbanística do passado (Caldas, 2014).

⁴ No entanto, os mesmos permaneceram ali até aos anos 90, altura em que viriam a ser transferidos para a Praça de Espanha (Caldas, 2014).

Nos anos 80, depois do insucesso de diversos planos, como aquele desenhado por Faria da Costa nos anos 40, Meyer Heine nos anos 60 e Filipe Lopes nos anos 70, é lançado pela Câmara Municipal de Lisboa um concurso para a renovação do Largo do Martim Moniz. São apresentadas três propostas, sendo vencedora a de José Lamas e Carlos Duarte, tendo como foco a tentativa de abordar o Largo do Martim Moniz enquanto zona central da cidade, sem esquecer a relação com o casco histórico e os espaços de tradição.

Neste projeto, os autores trabalham o espaço de uma forma integrada, onde a noção de praça assume o papel central e tratada como espaço de confluência entre diferentes áreas urbanas, nomeadamente a zona histórica da Mouraria, a baixa pombalina, e ainda o norte da cidade ligado através da Avenida Almirante Reis. No entanto, trata-se de mais um plano que não foi cumprido na totalidade. Os resultados deste projecto ficaram resumidos no acentuar do fecho e circunscrição do largo, embora a ligação com a Avenida Almirante Reis tivesse sido deixada em aberto; na ampliação do Hotel Mundial; na reconstrução do Palácio dos Aboim; e na construção dos dois centros comerciais: o Centro Comercial da Mouraria e o Centro Comercial do Martim Moniz (Caldas, 2014).

Em 1997 são levadas a cabo novas obras no Largo, constituindo-o então como praça. A remodelação do espaço foi desenhada pelos arquitectos Daniela Ermano e João Paulo Bessa, e o projeto paisagista pelo arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, incluindo a construção de fontes, zonas ajardinadas, um parque de estacionamento, áreas comerciais, empreendimentos de habitação e ainda a área a Sul com tema alusivo à muralha medieval.



Fig. 26. Render do projeto de remodelação da Praça do Martim Moniz, dos arquitectos Daniela Ermano e João Bessa.



Fig. 27. Fotografia da Praça do Martim Moniz após implementação do projeto de Daniela Ermano e João Paulo Bessa.

Um pouco mais tarde, para dinamizar o espaço, foram colocados quiosques no centro da praça, no entanto, por abandono dos colecionadores e alfarrabistas que os ocupavam, foram encerrados no ano seguinte, sendo a exploração dos mesmos entregue a uma empresa privada. Logo em seguida, em 2000 é projetado o complexo de habitação e comércio da EPUL, concluído em 2013. Nesta altura é feita uma tentativa de reanimar os quiosques implementados nos anos 90, mas uma vez não conseguido, opta-se por manter apenas 13, dos 44 quiosques iniciais (Caldas, 2014).

Em 2008, numa reportagem realizada acerca da Avenida Almirante Reis (Pires, 2008), um dos entrevistados salienta o pior lado desta Avenida, desde a prostituição no Intendente à *sopa dos pobres* nos Anjos, mostrando como esta é uma zona evitada pelos Lisboaetas. O edifício referido como *sopa dos pobres* fica em frente à Igreja dos Anjos, no entanto o seu verdadeiro nome é Centro de Apoio Social dos Anjos (CASA), um equipamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, onde centenas de pessoas carenciadas vão comer todos os dias. Este equipamento, o único em Lisboa, atrai a esta zona pessoas pobres de toda a cidade, criando um ambiente desconfortável para grande parte da população.



Fig. 28. Fotografia do edifício da antiga Fábrica de Azulejos Viúva Lamego.

Em 2011, o então presidente da câmara, António Costa, integra o seu gabinete no edifício da antiga Fábrica de Azulejos Viúva Lamego no Intendente (atualmente ocupado por comércio), e dá início ao plano de revitalização da Mouraria, sendo o Largo do Intendente o primeiro ponto de intervenção. Assim, a Praça do Martim Moniz, a Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis acabaram por se tornar espaços perdidos entre os diversos territórios que as rodeiam. Entre a *cidade moderna* e a *cidade tradicional*, refletem a indefinição da própria cidade e as suas diferentes identidades, ligando realidades bastante distintas.

3.2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO

Concentramo-nos agora na análise do espaço público em estudo, que tal como referido anteriormente, está compreendido entre a praça do Martim Moniz e o seu eixo principal, a Rua da Palma e a sua extensão, a Avenida Almirante Reis, até à Igreja dos Anjos. No entanto, e para haver algum contexto e confronto na análise dos espaços, incluímos a Praça da Figueira, por fazer a ligação entre a Baixa Pombalina e a Praça do Martim Moniz; o início da praça do Rossio, uma das principais e mais antigas praças da cidade, contígua com a Praça da Figueira; e o início da Colina de Sant'Ana, por ser um ponto de encontro e paragem nesta área; e a Rua do Benfornoso, via com a mesma orientação que a Avenida Almirante Reis, localizada a Este da mesma, pelo forte carácter multicultural.

Iremos dividir a análise desta área pelos tipos de espaço público predominantes e mais marcantes no dia-a-dia da mesma: pequeno comércio; restauração e cafés; e ruas e praças. Assim, através da informação recolhida nas visitas realizadas ao local, e abordando uma reportagem realizada pela TVI, já referida anteriormente- onde foram entrevistados comerciantes da zona - pretendemos conhecer e caracterizar o espaço público em estudo.



Fig. 29. Planta de Enquadramento- Principais pontos de referência.



. PEQUENO COMÉRCIO

Começamos por analisar aquela que é uma das principais características da área, o comércio: o pequeno comércio e os centros comerciais de bairro. Apesar destes espaços serem juridicamente privados, enquadram-se na definição de espaço público estabelecida inicialmente, por serem um dos principais palcos de interação entre os que habitam, trabalham ou visitam a área (ver ponto 2.3.).

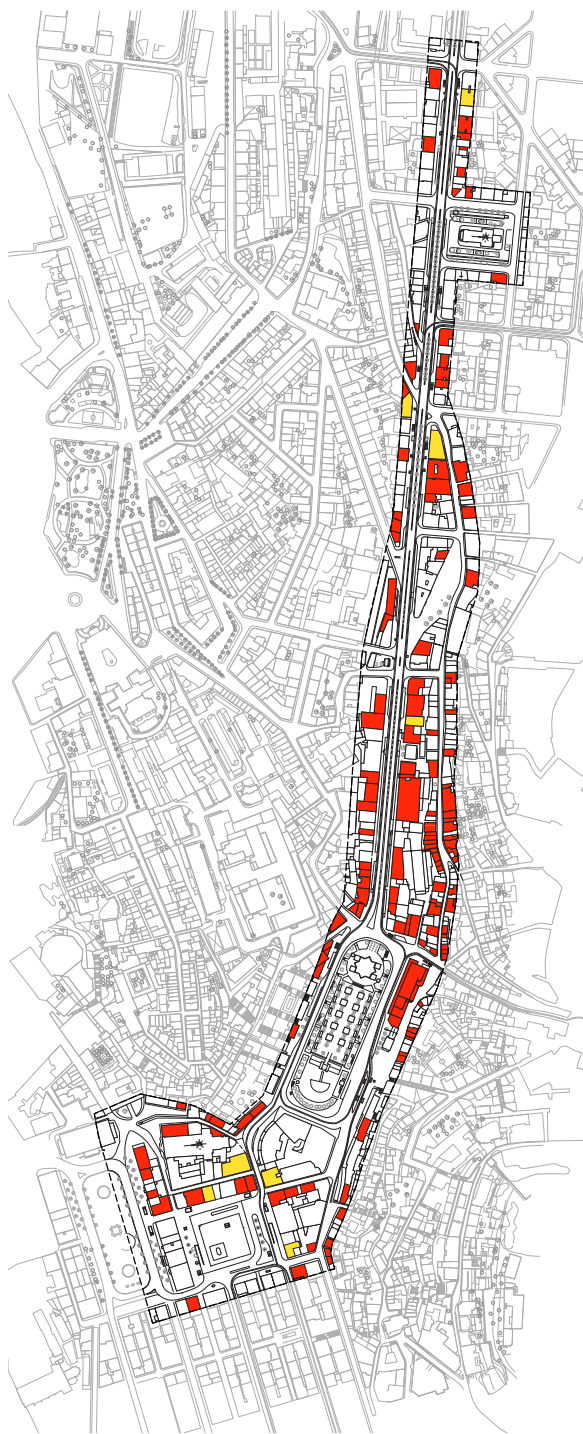
A forte presença comercial em toda esta área é clara, porém, ao longo dos últimos cinquenta anos, o tipo de comércio mudou, e continua a mudar. A Avenida Almirante Reis e a Rua da Palma antigamente eram conhecidas por grandes lojas de móveis, armazéns de revenda e pensões, enquanto atualmente são dominadas por comércio e restauração estrangeiros (Pires, 2008). Encontrámos diversas *lojas de chineses*, sendo que mesmo algumas lojas às quais, à partida, não atribuímos esse carácter, possuem no seu interior apenas trabalhadores chineses, aparentemente donos dessas lojas, tornando-se assim um diferente tipo de comércio, mas ainda assim, *chinês*. Para além destas lojas, encontrámos na zona analisada vários minimercados e lojas de telemóveis indianas. Relativamente ao comércio, estas são as duas presenças mais fortes, mas não as únicas. À medida que subimos a Avenida Almirante Reis, o tipo de comércio também muda, deixando de ser marcado por lojas chinesas ou indianas e começando a assemelhar-se mais ao comércio variado e nacional de rua a que estamos habituados, aumentando também a quantidade de lojas de grande comércio, como por exemplo a cadeia *Calçado Guimarães*.

Fig. 30. e 31. Fotografias do comércio e restauração na Avenida Almirante Reis e Rua da Palma.

Enquanto isso na Rua do Benfornoso, encontramos um comércio muito mais acolhedor. Nesta rua sobretudo de pequeno comércio, marcado também por uma forte presença multicultural, não existem lojas pertencentes a grandes cadeias nacionais, nem serviços. Aqui predominam as mercearias, com bancas de verduras e frutas que se estendem para o passeio e reúnem pessoas em seu redor.

No Largo do Intendente, fruto de transformações recentes, encontramos um espaço renovado e com um comércio diferente, dirigido a uma população com um nível socio-económico mais elevado, que atrai turistas e uma população artística e criativa. No edifício da antiga Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego, a loja *Vida Portuguesa*, caracteriza bem este novo comércio, onde é possível comprar todo tipo de artigos antigos genuinamente portugueses.

Para além do pequeno comércio de rua é necessário referir os centros comerciais existentes no Martim Moniz. Ambos refletem o tipo de comércio multicultural existente na zona, todavia o *Centro Comercial Martim Moniz* assemelha-se um pouco mais aos típicos centros comerciais de bairro, localizados no piso térreo de um edifício de habitação ou serviço, que encontramos em outras partes da cidade. Enquanto o *Centro Comercial Mouraria* possui uma vida única, não devido ao tipo de comércio em si, pois este comércio multicultural também se encontra no outro centro comercial, mas devido à forma como as lojas e as pessoas se dispõem no espaço. Estas parecem não ter limites, o que nos leva a questionar por momentos se não estaremos perante uma única grande loja com vários pisos. Neste espaço os comerciantes convivem entre si e estendem a exposição dos seus produtos para além das lojas, havendo até produtos pendurados nas escadas de acesso do centro comercial.



Comércio:
■ Pequeno Comércio
■ Grande Comércio



Fig. 32. Planta de Levantamento Comercial.



Pequeno Comércio:
■ Comércio nacional
■ Comércio estrangeiro



Fig. 33. Planta de Tipologias de Pequeno Comércio.

. RESTAURAÇÃO E CAFÉS

A restauração e os cafés são um tipo de pequeno comércio muito importante para a caracterização deste espaço. A própria Praça do Martim Moniz tem como ponto mais atrativo e conhecido o *Mercado Fusão*. Trata-se de um projeto dinamizador do espaço, desenvolvido em volta dos dez quiosques de comida e bebida da praça. Os quiosques trazem comida de todo o mundo, reforçando o caráter multicultural da praça. A empresa responsável (NCS) descreve o projeto e o espaço salientando que *Na Praça do Martim Moniz provam-se sabores do Mundo e respira-se cultura. A premissa de partida é que este seja um espaço dinâmico, ponto e ponte de contacto através da gastronomia, intervenções artísticas, instalações, cinema, exposições, workshops, música, feira e muita animação* (NCS, 2014). A Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis, possuem vários cafés e restaurantes, que, à semelhança do que acontece com o outro comércio, são marcados pela diversidade cultural da zona. Neste eixo existem múltiplos restaurantes, e por vezes mesmo cafés, indianos e chineses⁵, mas também portugueses, embora em minoria. Estes estabelecimentos têm um papel de grande importância na vida destas ruas, sendo os principais pontos de encontro e convívio. No caso da Rua do Benfornoso, os pequenos restaurantes, em maior parte indianos, dão vida e cheiro à rua. Grande parte destes estabelecimentos estão localizados ao nível do primeiro ou mesmo do segundo piso do edifício, conhecidos como restaurantes clandestinos, muitas vezes sem qualquer sinalização. No Largo do Intendente encontramos atualmente um cenário oposto. Aqui os restaurantes e cafés, tal como o comércio que referimos, destinam-se a um público alvo bastante diferente. Não se tratam de restaurantes indianos, ou chineses, mas sim de alimentação mais elaborada e *gourmet*.

⁵ Existem restaurantes de muitas outras nacionalidades, como nepaleses por exemplo, no entanto estes são os predominantes.



Restauração e cafés:

- Locais
- Franchising



Fig. 34. Planta de Levantamento de restauração e cafés.



Restauração e cafés locais:

- Nacional
- Estrangeiro



Fig. 35. Planta de Tipologias de restauração e cafés locais.

. RUAS E PRAÇAS

Por último, mas não menos importante, focamo-nos naqueles que são os espaços públicos principais, as ruas e praças. Como pudemos ver na evolução histórica, existiram vários planos projetados para esta zona mas poucos foram implementados por completo, sem por isso resolver os principais problemas desta zona, que continua a ser uma zona fragmentada e pouco cuidada.

Sob o aspeto urbanístico, esta falta de cuidado é bastante visível no aspeto do edificado, maioritariamente antigo e sujo, existindo muitos edifícios devolutos e/ou abandonados na área. Este espaço físico degradado, infelizmente, reflete-se no espaço público. A calçada na Avenida Almirante Reis, na Rua da Palma e nas ruas circundantes à Praça do Martim Moniz, encontra-se bastante escurecida e com restos de lixo em todos os cantos e recantos. Naturalmente, um espaço público com estas características, por mais atividades e interesses que possua, não convida muito à permanência. Por sua vez a Rua do Benfornoso não se encontra tão suja, talvez por possuir um menor fluxo de passagem pedonal, sendo sobretudo usada por moradores e comerciantes da zona, que zelam mais pelo seu espaço. Por oposição, o Largo do Intendente, conseguiu fugir a esta imagem e tornar-se num espaço limpo e revigorado. Para além da emblemática fachada da atual loja *Vida Portuguesa*, o largo tem edifícios restaurados, esplanadas dos cafés e restaurantes, e uma instalação artística: um banco com canteiro, da artista Joana Vasconcelos, que dá mais cor e vida ao espaço.

Por outro lado, a Praça do Martim Moniz possui uma qualidade cada vez mais difícil de encontrar na cidade de Lisboa: lugares onde sentar, para além das esplanadas dos estabelecimentos privados. Nas várias visitas realizadas ao local, ou em simples passeios pelo centro da cidade da Lisboa, verificou-se uma



Fig. 36. Fotografia de edifícios devolutos e abandonados na Avenida Almirante Reis.

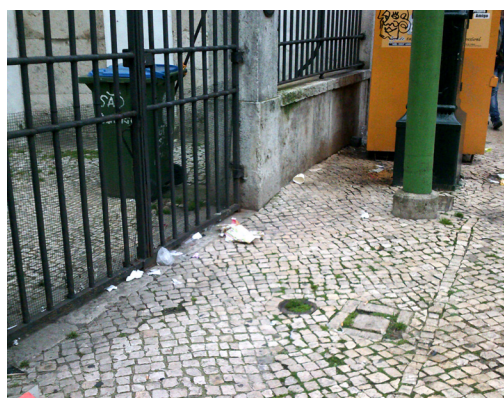


Fig. 37. Fotografia de sujidade existente no envolvente da Praça do Martim Moniz.



Fig. 38. Fotografia da Praça da Figueira - a falta de espaços para sentar.



Fig. 39. Fotografia do Chafariz do Intendente.



Fig. 40. Fotografia da obra *Kit Garden* de Joana Vasconcelos.

enorme dificuldade em encontrar um local onde seja possível ao pedestre parar e sentar-se.

Começamos pela Praça da Figueira, o espaço interior da praça em si não possui um único banco, somente num dos seus limites, o mais próximo do Rossio, à frente dos edifícios, encontramos uma fila de bancos virados alternadamente para a praça. Por sua vez a Praça do Rossio possui uma quantidade maior de bancos, vários dispostos na praça em si, e mais alguns nos passeios a Este e Oeste. No entanto, apenas os bancos junto ao edifício estão à sombra, tornando os restantes bancos, desconfortáveis, e quase impossíveis de utilizar quando está calor.

Mas, como referido anteriormente, a Praça em estudo difere bastante dos casos relatados. No Martim Moniz encontramos vários bancos, ou mesmo muros de canteiros, dispostos de diversas formas ao longo da praça, permitindo-nos escolher onde sentar, à sombra ou ao sol.

Ao subirmos a Rua da Palma, o primeiro espaço de desafogo e abertura que encontramos é o Chafariz do Intendente (Fig. 39). Este chafariz originalmente encontrava-se no Largo do Intendente junto à Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego, porém por questões de trânsito foi transferido para a sua localização atual. Não exercendo mais a sua função de chafariz, este imóvel de interesse público acaba por criar ao seu redor um espaço, um pequeno largo, que poderia ser um ponto de paragem e reunião neste eixo, no entanto à volta do mesmo só existe calçada, uma pequena escada e nada acontece.

Imediatamente a seguir, do lado oposto da estrada, está o Largo do Intendente, espaço com vida durante o dia e durante a noite. Mas, para além do banco desenhado por Joana Vasconcelos (Fig. 40) e as esplanadas dos cafés e restaurantes, o largo possui apenas mais alguns bancos, sem encosto: estes são esteticamente agradáveis mas pouco confortáveis.

Por último, após percorrermos a Avenida Almirante Reis, chegamos ao largo da Igreja dos Anjos. Aqui, para além das escadas de entrada da igreja, apenas é possível repousar sobre as raízes de uma árvore centenária localizada atrás da mesma (Fig. 41); sobre um respirador do metro que fornece um pequeno muro; ou sobre os pilares baixos que impedem os carros de acederem ao envolvente da Igreja. Isto, e o facto do espaço em torno da igreja não possuir nenhuma função ou atividade, torna-o pouco confortável à permanência, transmitindo uma intenção apenas de passagem ou contemplação.

No caso da Rua do Benfornoso o único local de paragem e descanso é o Largo homónimo à rua, espaço pequeno, com a dimensão de um edifício em falta na rua, onde encontramos dois bancos e uma árvore, envoltos por paredes pintadas por artistas e associações da zona, recriando a multiculturalidade existente na zona.



Fig. 41. Fotografia de um senhor sentado nas raízes da árvore junto à Igreja dos Anjos.



Legenda:

- Bancos
- Permitem sentar
- Árvores
- Espaço público pedonal
- Presença de água



Fig. 42. Planta de análise do espaço pedonal.

3.3. TIPOS DE ESPAÇO PÚBLICO PRESENTES

Após a compreensão e reconhecimento do local em estudo, e uma vez que as visitas ao local foram feitas em simultâneo com a investigação e elaboração da parte teórica deste capítulo, procuramos agora relacionar os aspetos teóricos acerca dos diferentes tipos de espaço apresentados (Ver ponto 2.4.), com as características do espaço em análise.

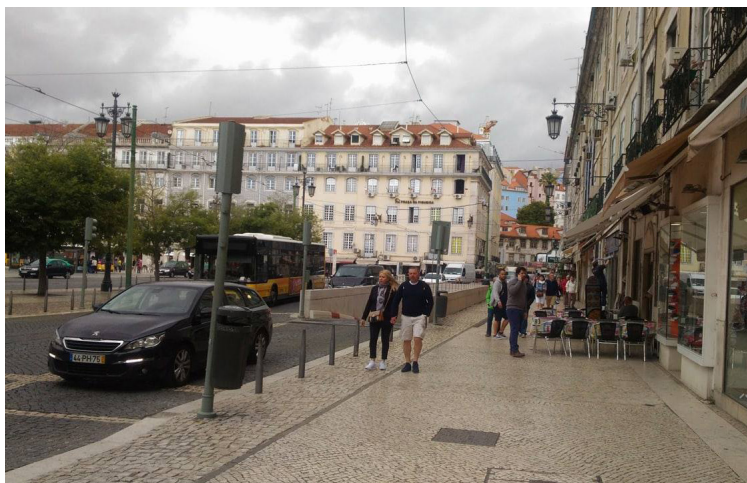


Fig. 43. Fotografia da Praça da Figueira.

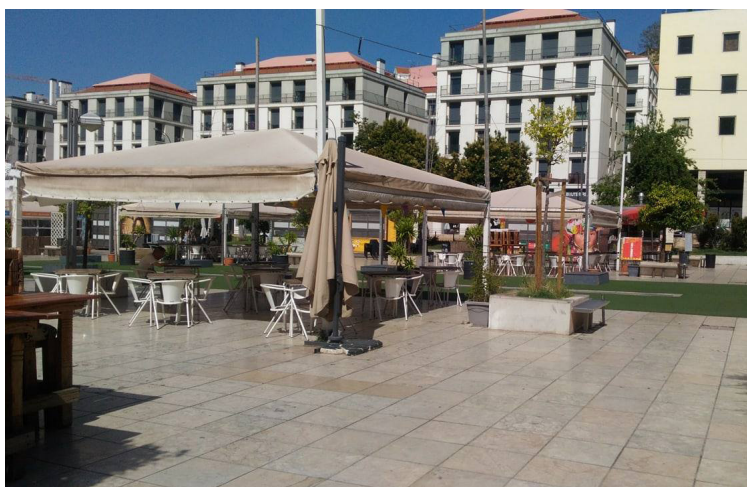


Fig. 44. Fotografia da Praça do Martim Moniz.

. QUANTO AO CONTEXTO E ESCALA

Ao aplicarmos a classificação tipológica de Bassand (ver quadro nº1), o resultado é aquele apresentado na planta da figura 45. Como podemos observar, a tipologia predominante é de *centro da cidade*. Tratando-se de uma zona adjacente ao centro turístico da cidade é natural que assim seja, uma vez que estes, segundo Bassand, são os espaços utilizados por habitantes de toda a cidade, sem restrições de horário. Estes são os espaços conhecidos por todos, habitantes e visitantes, onde diariamente várias pessoas passam, mas não permanecem por muito tempo, como a Praça da Figueira, Rossio, Martim Moniz e Intendente⁶. Fáceis de identificar pela forte presença do turismo, pela diversidade de atividades que abrigam e pela existência de vários meios de transporte público, tornando fácil a sua acessibilidade.

À medida que nos aproximamos do Bairro da Mouraria e da Colina de Sant'Ana, e da Rua do Benfornoso, o espaço começa a tornar-se cada vez mais intimista, aproximando-se mais da tipologia denominada por Bassand como *espaço público de bairro*. A grande diferença entre estes espaços e aqueles pertencentes à tipologia anterior, são os seus utilizadores. No caso do espaço público *de bairro* as pessoas habitam, ou muitas vezes trabalham, nas proximidades do mesmo, criando aos desconhecidos um certo desconforto (Bassand in Castro, 2002). São espaços com melhor acesso pedonal que automóvel, e com uma menor diversidade de atividades, sendo predominante o pequeno comércio, aquele onde grande parte dos utilizadores são frequentes e já conhecem os trabalhadores daquele espaço. Como uma variante desta categoria, e apesar de ir contra o critério de controlo de funcionamento estabelecido por Bassand, incluímos os centros comerciais existentes no Martim Moniz e o pequeno comércio e restauração da zona, uma vez que, à exceção do critério descrito anteriormente, estes espaços fornecem as mesmas sensações dos restantes espaços desta categoria.

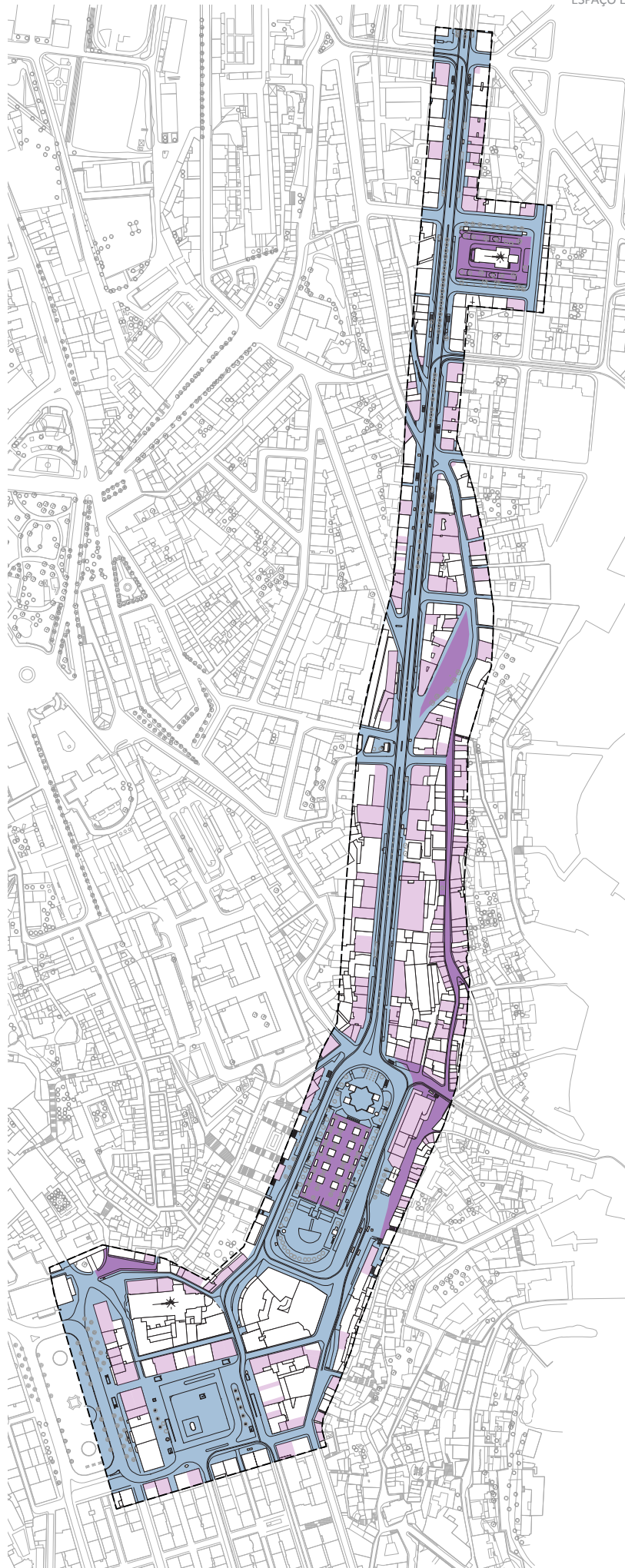
⁶ Recordamos que este último, como referido anteriormente, resulta de uma requalificação urbana recente, estando ainda a ser alvo de várias intervenções.

Legenda:

- Espaço Público Centro da Cidade
- Espaço Público Bairro
- Pequeno Comércio e Restauração



Fig. 45. Planta da aplicação da tipologia de Bassand.



Continuando a aplicar as tipologias já apresentadas relativamente à escala do espaço público, referimos agora a classificação de Kelly e Becker (2000) (Ver quadro nº2).

Apesar desta classificação possuir três categorias de espaço público - *vizinhança, bairro e municipais* - nesta área reconhecemos a existência de apenas duas⁷, nomeadamente *de bairro* e *municipal* (Fig.46). Os espaços que na classificação anterior estavam enquadrados na tipologia de *centro da cidade*, correspondem, neste caso, à tipologia de *espaços públicos municipais*. Estes são os espaços de maior dimensão, possuindo uma área de influência que abrange todo o município e cidade, e uma grande diversidade de atividades (Kelly e Becker, 2000).

A segunda tipologia, também coincidente com uma categoria na classificação anterior, é referente aos *espaços públicos de bairro*. Com uma dimensão inferior aos espaços *municipais*, estes possuem ainda alguma diversidade de atividades. Tal como na classificação anterior, incluímos os centros comerciais e o pequeno comércio e restauração como uma variante desta categoria devido à sua área de influência e restantes características semelhantes aos *espaços públicos de bairro*.

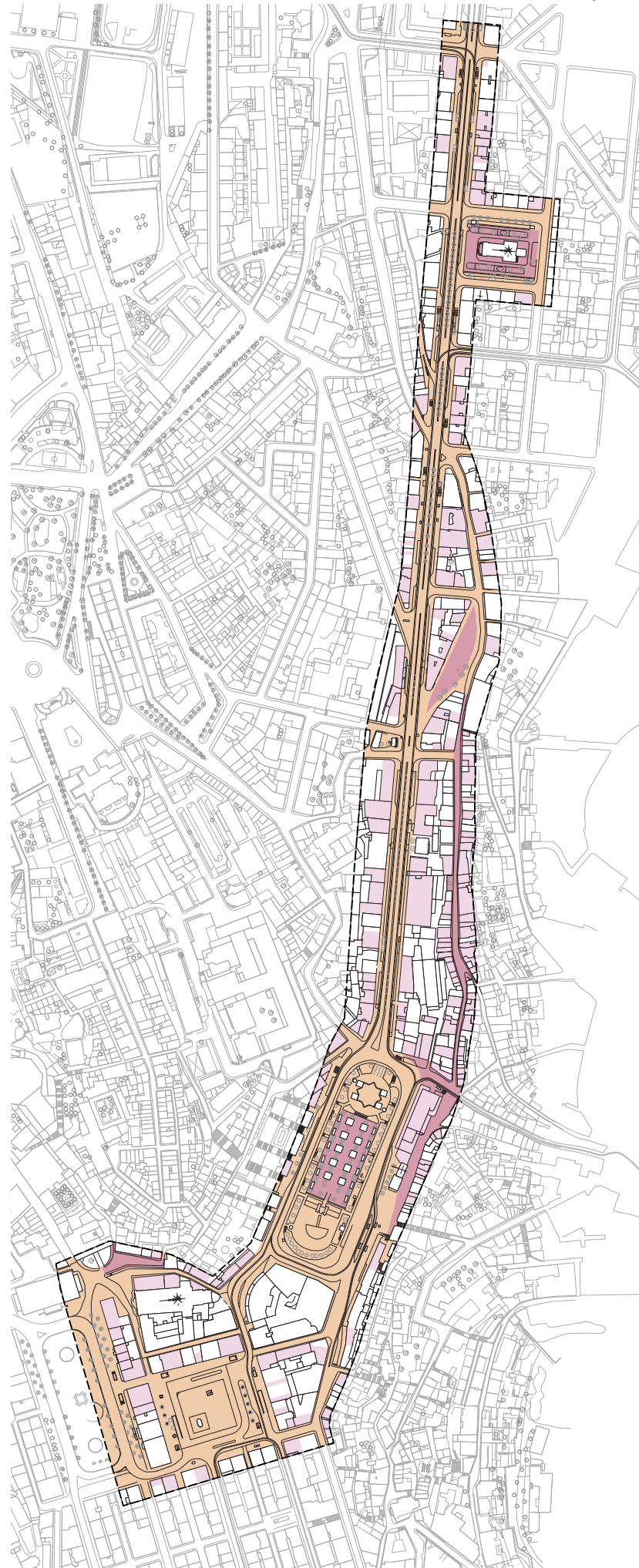
⁷ A categoria de espaços de vizinhança seria encontrada, por exemplo, no interior da Mouraria ou na Colina de Sant'Ana, espaços com uma área de influência inferior, abrangendo poucos quarteirões ou lotes, caracterizados pelo convívio e lazer quotidianos. Mas uma vez que os locais referidos se localizam fora da área de análise, não encontramos esta categoria.

Legenda:

- Espaço Público Municipal
- Espaço Público de Bairro
- Pequeno Comércio e Restauração



Fig. 46. Planta da aplicação da tipologia de Kelly e Becker.



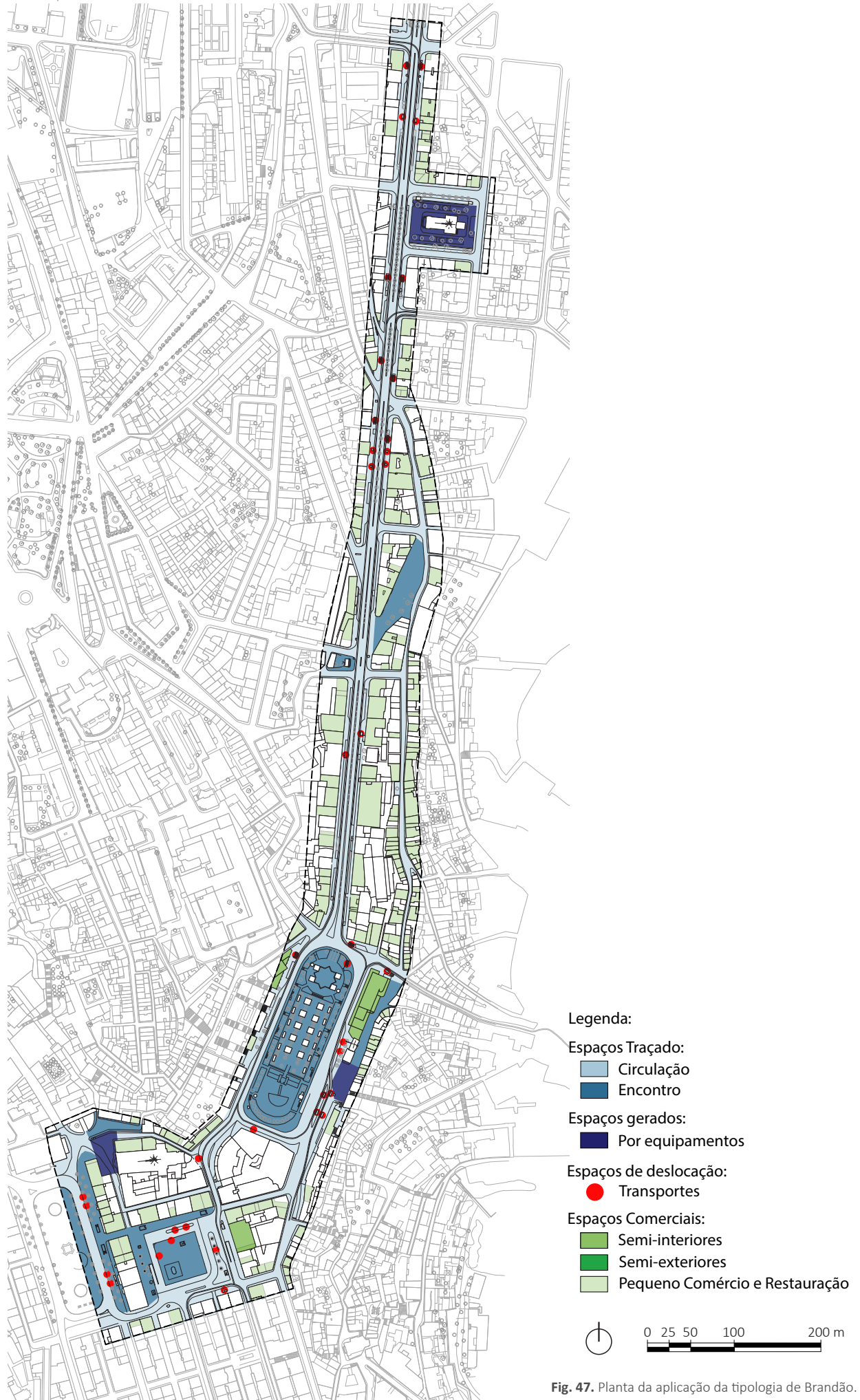


Fig. 47. Planta da aplicação da tipologia de Brandão.

. QUANTO À FUNÇÃO E FORMA

Dentro das tipologias anteriores existem diferenças entre os espaços, pois nem todos os *espaços municipais* por exemplo, possuem a mesma função. Por isso, aplicamos também a classificação tipológica de Pedro Brandão (2000) (Ver quadro nº3).

Esta divisão de espaços é bastante mais específica e complexa que as restantes. Na mesma, Brandão procura, de uma forma aprofundada, a diferenciação dos espaços públicos pela sua função, chegando a uma classificação completa, rica, e dinâmica, uma vez que podem surgir novos tipos de espaços, consequentes de transformações na cidade (Brandão, 2000).

Naturalmente, não encontramos todos os tipos de espaço da tabela de Brandão nesta área (Fig. 47). Sendo os tipos de espaço mais frequentes aqueles dentro da categoria *traçado*, onde o autor distingue os espaços de *encontro* e os de *circulação*. Nos *espaços de encontro* temos os largos e as praças, descritos pelo autor como espaços de forte centralidade. A centralidade das praças e largos presentes nesta área é maior naquelas mais próximas da Baixa, nomeadamente no Rossio e na Praça da Figueira, e vai diminuindo à medida que subimos a Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis e nos afastamos da área da Baixa de Lisboa, ponto mais turístico. Os *espaços de circulação*, ruas e avenidas, são fundamentais à circulação das pessoas e veículos. Também estes possuem importâncias diferentes, consoante a secção transversal e atividades que apresentam. Neste caso, as ruas que circundam as praças do Rossio, da Figueira e do Martim Moniz, e o eixo formado pela Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis, são aquelas de maior importância, e consequentemente as que detêm maior tráfego, tanto pedonal como viário.

O largo da Igreja dos Anjos, que nas classificações anteriores não se distinguia dos restantes espaços, nesta perspetiva possui uma classificação diferente. Este espaço não possui as mesmas funções que as restantes praças e largos na área, enquadrando-se assim na categoria de *espaços públicos gerados por equipamentos*, neste caso *religiosos*. O que confere importância a este espaço, é o equipamento em si, neste caso a igreja, pois na verdade é o próprio equipamento que gera um espaço público ao seu redor. O mesmo acontece junto à Igreja da Nossa Senhora da Saúde, no Martim Moniz, e à Igreja de São Domingos, próximo ao início da colina de Sant'Ana.

A identificação dos *espaços de deslocação*, como estações e paragens, permite-nos compreender melhor a mobilidade nesta área e os locais com melhor acessibilidade. Esta distribuição reforça a questão da centralidade e importância das praças e vias referidas anteriormente, uma vez que são os locais onde confluem a maior parte dos transportes públicos.

Encontramos por último os *espaços comerciais, semi-exteiores e semi-interiores*. Os primeiros, referentes aos quiosques e toldos que caracterizam a Praça do Martim Moniz, e os segundos aos centros comerciais e arcadas comerciais que circundam a mesma e o Mercado da Figueira. Evidencia-se aqui a componente comercial que distingue esta praça das restantes envolventes, uma vez que o espaço semi-exterior assinalado no interior da Praça da Figueira corresponde a um espaço variante, utilizado maioritariamente para pequenas feiras e mercados, mas nem sempre se encontra ali.

Por último, como uma variante destes espaços comerciais, incluímos o pequeno comércio e restauração existentes um pouco por toda parte, mas com menor presença nas praças com centralidade mais forte: Rossio e Praça da Figueira.

Tendo ainda como critério a função e forma dos espaços, aplicaremos agora ao nosso caso de estudo a classificação do arquiteto Francisco Serdoura (2007) (Ver quadro nº4).

Aqui (Fig. 48) podemos ver quais os espaços públicos onde acontecem as *atividades de sociabilização* da população, *espaços públicos não lineares*, e aqueles responsáveis pela circulação e distribuição, *espaços públicos lineares*. Segundo o autor, os *espaços públicos lineares*, ruas e avenidas, deveriam permitir também o encontro e a permanência das pessoas, algo que não verificamos com frequência dentro desta área. O maior *espaço linear*, o eixo formado pela Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis, é um espaço de correria e circulação, onde muitas pessoas passam, mas poucas permanecem. Porém, este eixo é o responsável pela ligação entre os vários *espaços não lineares* da zona.

Dentro dos espaços *não lineares* encontramos as praças e largos. No entanto, e uma vez que esta classificação tipologicamente tem como foco os espaços onde a sociabilização acontece, incluímos a Rua do Benfornoso e o seu largo, os centros comerciais e o pequeno comércio na categoria de espaços *não lineares*. Serdoura (2007) defende que estes espaços devem proporcionar bem-estar aos seus utilizadores, salientando que o mobiliário urbano, como bancos e a vegetação, são indispensáveis para tal. Infelizmente como foi referido anteriormente, nem todos estes espaços possuem estes elementos, não oferecendo um espaço de fuga e repouso como deveriam.

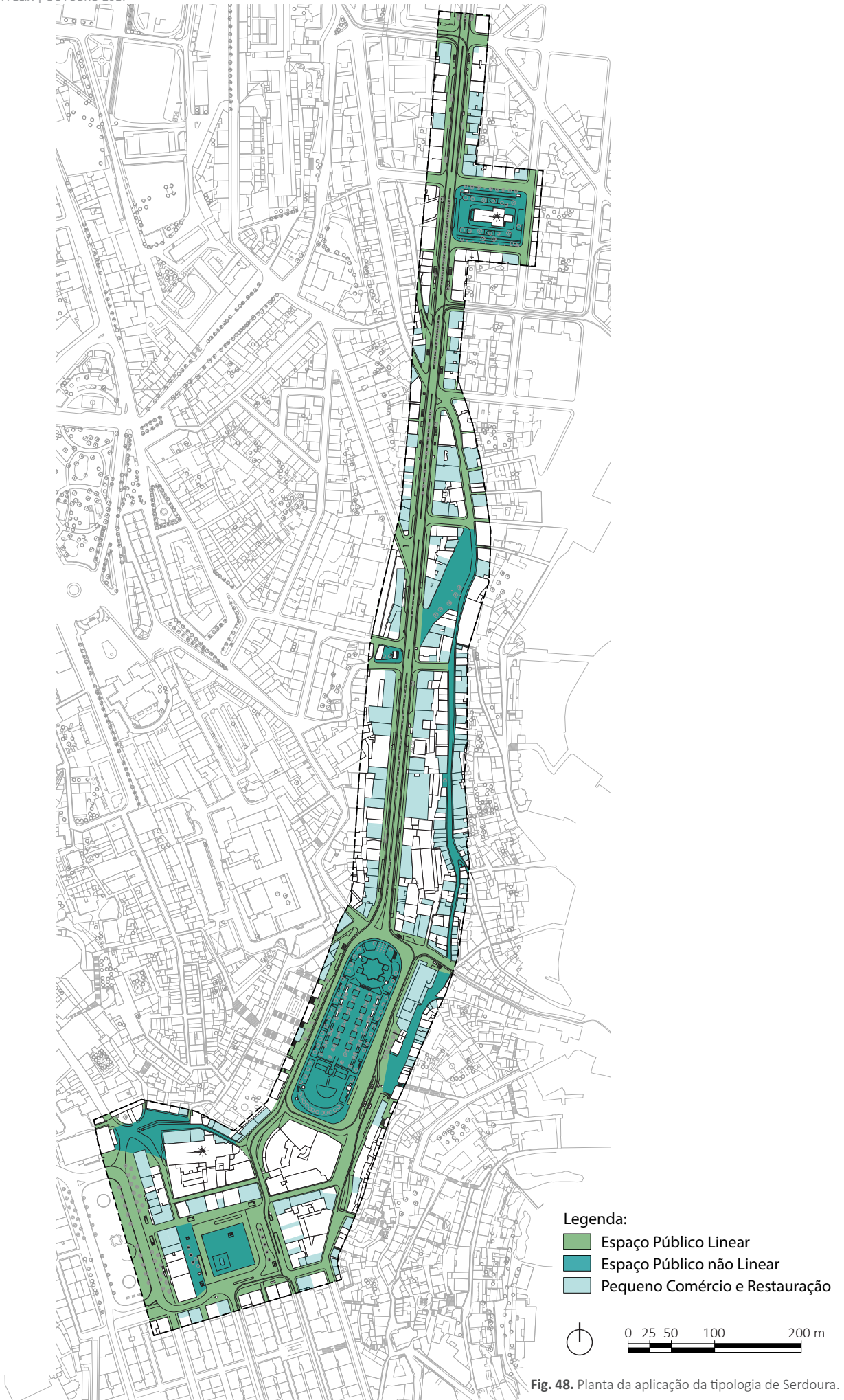


Fig. 48. Planta da aplicação da tipologia de Serdoura.

. QUANTO AO TIPO DE SOCIABILIDADE QUE PERMITE

Não só a forma, função, contexto e escala definem um espaço público, a maneira como as pessoas se relacionam no mesmo também nos permite dividi-los em tipologias.




Ao aplicarmos a classificação de Lévy (in Castro, 2002) (Ver quadro nº5) vemos que a maior parte dos espaços existentes na área em estudo proporcionam uma *sociabilidade fria* (Fig. 34), correspondendo aqueles que, na tipologia de Bassand pertenciam à categoria de *centro da cidade*. Estes espaços, como dito anteriormente, permitem relações caracterizadas por uma reserva e mútua estranheza. São espaços que Simmel (in Sá, 2013) descreveria como vazios, uma vez que o autor faz uma distinção clara entre o espaço físico e aquele socialmente construído, classificando espaços como estes, com relações sociais frias, como espaços reduzidos apenas à sua própria forma. É necessário recordar que um dos principais atores nestes espaços é o turista, com interesse em conhecer o local, ou seja a forma e imagem do mesmo e da cidade, mas não necessariamente em conhecer ou se relacionar com os seus habitantes. Na Praça da Figueira ou no Rossio não esperamos encontrar sempre as mesmas pessoas ou vê-las todas a interagir entre si. Pelo contrário, o que encontramos nestes espaços são pessoas de passagem, e aquelas que permanecem por algum tempo não interagem, e não querem interagir, com os restantes utilizadores. Consideramos estranho se alguém que não conhecemos nos aborda num destes espaços.

Os restantes espaços são marcados por uma *sociabilidade quente*, aqueles que Simmel (in Sá, 2013) consideraria socialmente construídos. Estes coincidem com os *espaços públicos de bairro*, na classificação de Bassand, e são espaços onde se pratica uma relação de conhecimento entre os utilizadores.

Não existe uma total transparência, pois nem todos se conhecem, evitando a crise de sociabilidade descrita pelo autor, no entanto evita-se um completo desconhecimento e grande parte dos utilizadores interagem entre si. Quando estamos nestes espaços, por exemplo junto à colina de Sant'Ana ou a entrar na Mouraria, já achamos mais provável alguém nos abordar ou querer conversar, uma vez que é normal as pessoas relacionarem-se e permanecerem nestes espaços.

Neste caso, incluímos o pequeno comércio e restauração como uma variante do *espaço público com sociabilidade quente*, pois nestes locais as pessoas têm o hábito de se relacionarem umas com as outras, e grande parte das pessoas frequenta regularmente os mesmos espaços, chegando a conhecer os funcionários e os restantes utilizadores.

Legenda:

-  Sociabilidade Fria
-  Sociabilidade quente
-  Pequeno Comércio e Restauração

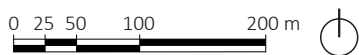
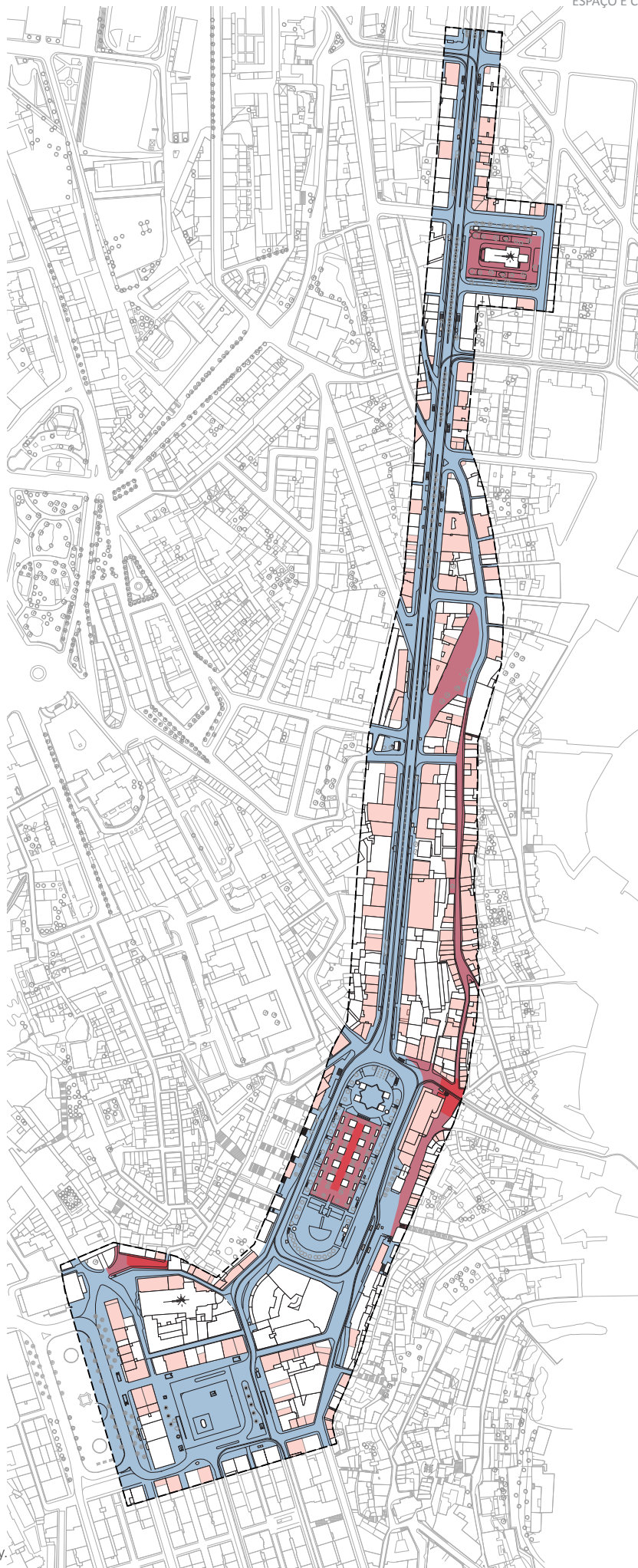


Fig. 49. Planta da aplicação da tipologia de Lévy.



3.4. DIAGNÓSTICO DO LOCAL

Para concluir esta análise, e com o intuito de compreender o melhor possível o espaço em estudo, apresentamos uma breve síntese onde caracterizamos os principais espaços públicos analisados, cruzando toda a informação recolhida e tendo em conta as diferentes tipologias de cada um.

	Quanto ao contexto e escala	Quanto à função e forma	Quanto ao tipo de socialibilidade que permite
Praça da Figueira	Espaço do centro da cidade e municipal	Espaços de encontro Espaços de circulação Espaços de transporte Espaços de comércio semi-exterior Espaço linear na envolvente Espaço não linear na praça	Sociabilidade fria
Início da Colina de Sant'Ana	Espaço de bairro	Espaço de encontro gerado por equipamento religioso Não linear	Sociabilidade quente
Martim Moniz	Interior da Praça Espaço de bairro	Espaços de encontro Espaços de comércio semi-exterior Não linear	Sociabilidade quente
	Envolve Espaço de centro da cidade e municipal	Espaços de circulação Espaço de encontro gerado por equipamento religioso Espaços de transporte Linear	Sociabilidade fria
Rua da Palma e Av. Almirante Reis	Espaço de centro da cidade e municipal	Espaços de circulação Espaços de transporte Linear	Sociabilidade fria
Rua do Benfornoso	Espaço de bairro	Espaços de circulação Não linear	Sociabilidade quente
Largo do Intendente	Espaço de centro da cidade e municipal	Espaços de encontro Não linear	Sociabilidade quente
Envolve da Igreja dos Anjos	Espaço de bairro	Espaço gerado por equipamento religioso Não linear	Sociabilidade quente

Quadro 6. Diagnóstico do espaço público em estudo.

Faremos esta análise no sentido Sul-Norte, resumindo as diferentes classificações tipológicas que atribuímos a cada espaço, começando pela Praça da Figueira. Esta praça, classificada quanto ao seu contexto e escala como *espaço público do centro da cidade e municipal*, tem um bom acesso multimodal, e é de livre acesso a todos sem limitação horária. Com uma área de influência grande, tendo como utilizadores pessoas de toda a cidade e município, e também muitos turistas, possui diversos usos possíveis. Quanto à sua função e forma, é um espaço complexo, composto por *espaços públicos de encontro, de circulação, de transportes e de comércio semi-exterior*⁸, sendo ainda um *espaço linear* no que diz respeito às ruas que circundam a praça, e *não linear* no espaço da praça em si. Ou seja, trata-se de uma praça onde as pessoas podem cultivar a sociabilidade, mas também apenas circular e passar para chegar a outros locais. Tudo isto, e principalmente se tivermos em conta os seus utilizadores, a área de influência e a falta de locais para sentar e permanecer na mesma, leva a que em termos de sociabilidade, esta seja classificada como possuindo uma *sociabilidade fria*.

Por outro lado, o início da Colina de Sant'Ana é, quanto ao seu contexto e escala, um *espaço público de bairro*. Possuindo um número de atividades inferior à Praça da Figueira, e com uma área de influência bastante mais reduzida, os utilizadores deste espaço são maioritariamente os habitantes do bairro e comerciantes da zona. Trata-se, quanto à função e forma, de um *espaço público de encontro, e gerado por um equipamento religioso*, neste caso a Igreja de São Domingos. O facto de não encontrarmos *espaços de circulação*, contribui para que este seja um *espaço público não linear*, uma vez que contribui para o encontro e sociabilização. Sendo assim, um espaço de *sociabilidade quente*, devido à própria configuração do mesmo, e à proximidade dos seus utilizadores.

⁸ O espaço público de comércio semi-exterior corresponde, segundo a classificação de Brandão (2000), a toldos ou quiosques de feiras e mercados temporários, como encontramos na praça mencionada.

A praça do Martim Moniz possui duas classificações e ambientes diferentes, o interior da praça em si, e a sua parte mais exterior e ruas envolventes. Enquanto o seu interior é considerado, quanto ao seu contexto e escala, um *espaço de bairro*, o seu contorno assemelha-se à Praça da Figueira, como *espaço de centro da cidade e municipal*. Isto deve-se ao facto das pessoas que vêm de toda a cidade, município, e principalmente turistas, apenas circularem pela praça, utilizarem o bom acesso multimodal que existe em torno da mesma, e pararem ali apenas para ver a sua imagem, e não para viver o seu interior e o espaço em si. Por oposição, os utilizadores que habitam mais próximo e os comerciantes deste espaço, ao utilizarem o espaço interior da praça, fazem com que este, em torno dos quiosques existentes possua uma área de influência inferior e um carácter *de bairro*. Quanto à sua função e forma, esta praça possui *espaços de circulação e transportes* ao seu redor, e no interior *espaços de encontro e comércio semi-exterior*. Temos assim um *espaço não linear* e com uma *sociabilidade quente* no interior da praça, e um *espaço linear de sociabilidade fria* na envolvente.

O eixo formado pela Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis é um *espaço público de centro da cidade e municipal*, no que diz respeito ao seu contexto e escala. Isto deve-se, não tanto ao facto de ser um espaço muito percorrido por turistas, mas principalmente por ser um dos eixos de ligação mais direto entre a Baixa e a zona das Avenidas Novas. Quanto à função e forma, este *espaço público linear* é composto por *espaços públicos de circulação* e de *transportes*. Com diversas estações de metro e paragens de autocarro, este é um local de passagem para muitas pessoas, mas de permanência para muito poucas, tornando-o um espaço de *sociabilidade fria*. No entanto, no mesmo eixo, os espaços de pequeno comércio e restauração, apesar de se tratarem de uma variante dos *espaços de comércio semi-interiores* quanto à sua função, possuem uma maior semelhança ao contexto *de bairro*.

Estes espaços, ao contrário da rua em si, são pontos de encontro e reunião das pessoas da zona, levando-os a serem classificados como variantes de *espaços não-lineares* com *sociabilidade quente*.

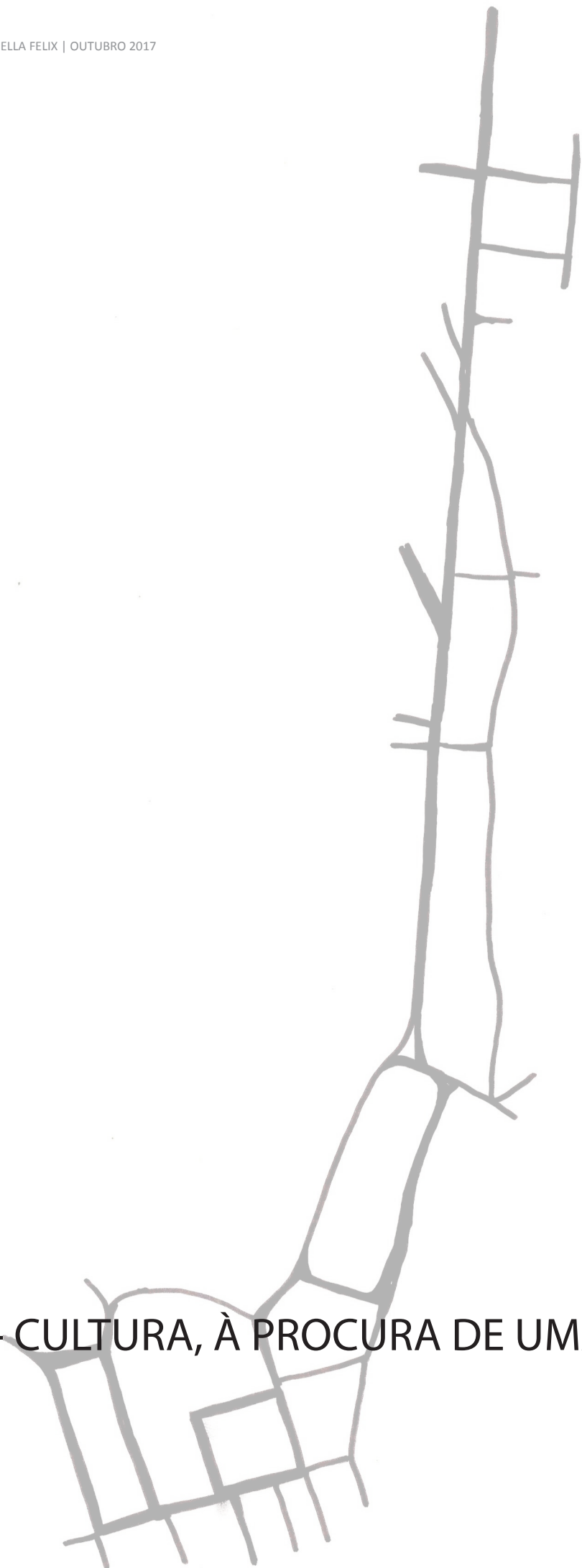
Por oposição, a rua paralela a este eixo, a Rua do Benfornoso, corresponde a um *espaço de bairro, não-linear* e com uma *sociabilidade quente*. Esta rua, apesar de também ter a função de *espaço de circulação*, é um local onde podemos encontrar as pessoas, maioritariamente moradores do Bairro da Mouraria ou comerciantes da zona, a conviverem, principalmente no Largo do Benfornoso, único *espaço de encontro* presente na mesma, ou nos passeios em frente aos estabelecimentos de pequeno comércio e restauração, ou no interior dos mesmos.

O Largo do Intendente, antigamente teria uma classificação mais próxima ao interior da praça do Martim Moniz, no entanto, e com as várias intervenções feitas no espaço, trata-se cada vez mais de um *espaço do centro da cidade e municipal*. Esta praça, com um espaço revitalizado e renovado, está repleta de esplanadas de restaurantes e cafés, tornando-o um *espaço de encontro e não-linear*, conferindo a este espaço uma *sociabilidade quente*.⁹

Por último, o espaço em torno da Igreja dos Anjos possui um contexto e escala *de bairro*, sendo um *espaço gerado por um equipamento religioso. Não-linear* e com uma *sociabilidade quente*, este espaço, apesar de não fornecer as melhores condições para tal, reúne várias pessoas que procuram um ponto de descanso e sombra neste longo eixo.

Conseguimos assim, ter uma imagem geral do espaço público da área em estudo. No entanto falta-nos conhecer a componente humana, social e cultural desta área, pois só assim será possível falarmos sobre um espaço não só construído mas *vivido*.

⁹ Este espaço, a sua transformação e as consequências, são um exemplo do processo de gentrificação em Lisboa. Um vez que a valorização económica do mesmo tem obrigado a deslocação dos habitantes e comerciantes com menos poder económico.



4- CULTURA, À PROCURA DE UMA DEFINIÇÃO

O termo cultura pode ser aplicado em diversos contextos, desde a cultura à qual pertencemos e que interiorizamos através do processo de socialização, a um equipamento cultural, como por exemplo um museu. Para além disso, atualmente encontramos várias referências à importância da cultura, sendo um exemplo atual a referência que o presidente da república Marcelo Rebelo de Sousa fez num seminário, onde defendeu que a cultura *é a chave do progresso das sociedades* (Romeira, 2017). Mas o que é realmente cultura? Ao que nos referimos exatamente quando utilizamos o termo? e como defini-lo?

O termo, cultura, como o conhecemos, tem origem na palavra latina *cultura*, que significava os cuidados com os campos ou com o gado, sendo mais tarde, nos finais do século XII, utilizado para designar uma parte de terra cultivada (Cucho, 1999). Como veremos, da mesma forma que a sociedade urbana e rural se foi transformando ao longo do tempo, a utilização e os significados do termo cultura também sofreram alterações.

Atualmente, a definição de cultura que podemos encontrar no dicionário reflete as suas diferentes dimensões e a sua complexidade: *conjunto de técnicas necessárias para obter do solo produtos vegetais; agricultura; cultivo de células ou tecidos vivos em condições propícias à sobrevivência; conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança de um povo ou de uma comunidade; desenvolvimento de certas faculdades através da aquisição de conhecimentos; desenvolvimento dos conhecimentos e das capacidades em domínios considerados de interesse geral* (Dicionário da Língua Portuguesa, 2009, p. 230).

A evolução do termo, desde a sua associação à terra e ao seu cultivo, para a complexidade refletida na definição atual, deve-se a diversos fatores que iremos analisar seguidamente.

Segundo Arjun Appadurai (in Fortuna, 1997) uma das principais causas da evolução deste conceito foi o aumento de fluxos culturais, através do crescimento do fluxo de indivíduos, tecnologia, imagens e informações transmitidas através dos meios de comunicação, e a conseqüente partilha de ideologias e visões do mundo. Para o antropólogo, tudo isto tem como conseqüência uma incoerência dos fluxos culturais, e a criação de problemas relacionados com a comunicação intercultural.

Neste capítulo iremos, primeiramente analisar a origem e evolução do termo cultura, procurando por um lado, estabelecer uma definição de cultura, que utilizaremos neste trabalho, por outro compreender a relação do mesmo com o espaço público, e por último analisar como se manifestam as diferenças culturais nestes espaços.



Fig. 50. Fotografia da Praça do Martim Moniz - Mercado e decoração alusiva à multiculturalidade presente nesta área.

4.1. EVOLUÇÃO DO TERMO CULTURA

Não iremos neste capítulo desenvolver de forma exaustiva os vários sentidos que o termo cultura teve ao longo do tempo. Procuraremos apenas clarificar de forma breve os seus vários significados, tendo em conta a dimensão tempo e os diversos contextos em que a palavra foi empregue.

Segundo Denys Cuche (1999), a evolução decisiva do termo foi produzida na língua francesa antes de ser expandida para as restantes línguas. Assim, no início do século XVI, o termo deixa de significar um terreno cultivado, e passa a referir-se à ação de cultivar. No entanto, apenas em meados do mesmo século, *culture* ganha um sentido figurado, podendo então designar a cultura de uma faculdade, ou seja, o esforço para o desenvolvimento de uma capacidade. Porém, este sentido permanece na altura pouco utilizado (Cuche, 1999).

É no século XVIII que este novo significado da palavra se começa a estabelecer. Surgindo porém, muitas vezes acompanhado por um segundo termo que o define, como por exemplo *cultura das artes*, *cultura das letras ou cultura das ciências*. Gradualmente a palavra começa a ser utilizada isoladamente, para designar a educação e formação do espírito. E em seguida, passa-se da cultura como a ação de instruir, para cultura como o estado de espírito cultivado do indivíduo *que tem cultura*, que é instruído (Cuche, 1999).

Até ao século XVIII o termo é utilizado apenas no singular, refletindo um caráter universal e humano: (...) *a cultura é própria do Homem (com maiúscula), para lá de qualquer distinção de povos ou classes* (Cuche, 1999, p. 32). A cultura é considerada a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, estando o termo associado às ideias de progresso, evolução e educação, como reflexo do otimismo da época, e a confiança na ideia do ser humano perfeito (Cuche, 1999).

É neste momento que encontramos a segunda revolução cultural¹⁰ enumerada por Choay (1999), mais especificamente a revolução industrial, onde a técnica e as máquinas são os principais elementos. As rápidas e significativas transformações provocadas pela revolução industrial geraram um sentimento de nostalgia, que levou alguns países europeus a institucionalizar a conservação de antiguidades, e promover as mesmas a *monumentos históricos* (Sá, 2014a).

O século XIX torna-se o “século da história”, que se desenvolve no quadro dos nacionalismos europeus (Choay, 1999, p. 27). O turismo expande-se entre as classes europeias mais privilegiadas, originando o aparecimento dos primeiros guias turísticos, no século XIX, que tinham como foco os monumentos antigos e os museus. Como consequência desta procura turística, manifestou-se pela primeira vez a preocupação com a gestão e conservação destes monumentos, iniciada em Itália e Inglaterra (Choay in Sá, 2014a).

Surgem novas disciplinas como a sociologia, etnologia, história de arte e arqueologia, para as quais a cultura é uma palavra chave, entre essas, a etnologia assume grande importância. Esta disciplina vai procurar uma resposta direta à questão da diversidade humana, e os seus fundadores, desenvolvendo um conteúdo puramente descritivo, utilizam o termo cultura para descrever as sociedades. Não se trata, ao contrário da intenção dos filósofos, de explicar o que deve ser a cultura, mas apenas descrevê-la como é.

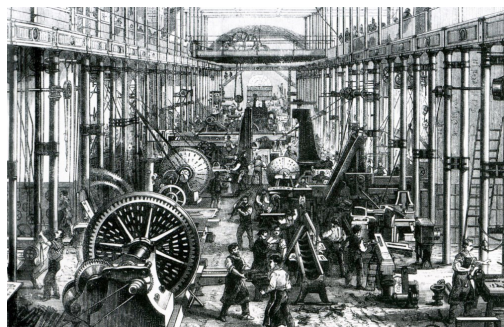


Fig. 51. Ilustração alusiva à Revolução Industrial.

10 A primeira revolução cultural, segundo Françoise Choay (1999), ocorreu devido ao início do estudo de vestígios da antiguidade clássica: em edifícios, objetos, língua, etc., primeiramente em Itália, e depois do século XVI nos outros países europeus. Trata-se de um momento importante no desenvolvimento cultural, por ser o início da valorização e do interesse pelo património antigo.

A disciplina surgirá de diferentes formas em cada país, não havendo ainda um acordo sobre como utilizar o conceito: no singular- a cultura- ou no plural- as culturas (Cuche, 1999).

Edward Burnett Tylor, antropólogo britânico, surge em 1877 com a primeira definição etnológica de cultura, dizendo que esta é a expressão da totalidade da vida social do homem, caracterizada pela sua dimensão coletiva, sendo adquirida e não inata ao ser humano (Sá, 2014a). Tylor defendia ainda a existência de uma continuidade entre culturas primitivas e culturas mais avançadas, defendendo a teoria do evolucionismo, mas não excluindo um certo sentido de relatividade cultural.

Os sociólogos da Escola de Chicago, durante os anos 20, foram os que mais trabalharam este conceito no âmbito da sociologia urbana. Estabeleceram a distinção entre cultura dominante e as culturas de certos grupos sociais (diferentes classes sociais, grupos étnicos, delinquentes, homossexuais, etc.), denominadas, sub-culturas (Sá, 2014a).

Na sequência deste novo interesse científico, social e político, pela palavra cultura, em 1952, a UNESCO publica o livro *Raça e História* de Lévi-Strauss. Nesse livro o autor parte de uma constatação: não é possível provar cientificamente a existência de raças superiores a outras. Defendendo a importância da diversidade de culturas existentes no mundo, Lévi-Strauss afirma que a ideia de civilização implica a coexistência de várias culturas oferecendo entre si a máxima diversidade.

Surge assim a luta contra a ideia de *etnocentrismo*, que sobrealoriza uma cultura face a outra. Deste modo, a antropologia vai também defender a ideia da existência de culturas diferentes e não de culturas superiores e culturas inferiores (Sá, 2014a).

Nos anos 50 do século XX, surgem um conjunto de transformações na sociedade, que vão originar a terceira revolução cultural enunciada por Choay (1999) – a revolução telemática associada à globalização do património e ao aumento do turismo.

Neste período verificou-se um aumento da preocupação com o património e a cultura, e por consequência, a criação de várias cartas, recomendações e convenções internacionais com o intuito de proteger os mesmos. São exemplos, a Carta de Veneza de 1964; a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1972 para tratar da proteção do património mundial, cultural e natural; a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001; e a Convenção da UNESCO de 2003 sobre a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial (Moreira, 2013).

Chegamos assim aos dias de hoje, onde a noção de cultura tem vindo a conhecer um sucesso crescente. A polissemia do termo permite diversas utilizações, levando a que qualquer grupo social possa, atualmente, reivindicar uma cultura própria.

Como vimos, a ideia de cultura foi-se transformando bastante, e de maneira diferente em cada país. É, ainda hoje, um termo complexo e com diversas aplicações. Qualquer forma de expressão coletiva pode ser facilmente descrita como cultura, surgindo termos como a *cultura do hip hop*, ou a *cultura futebolística* (Cuche, 1999). Mas o que é realmente cultura?



Fig. 52. Fotografia do impacto do aumento do turismo, Veneza, Itália.



Fig. 53. Fotografia do impacto da globalização do património, Muralha da China.

4.2. DIFERENTES VISÕES DE CULTURA

Pretendemos neste ponto do trabalho abordar algumas definições de cultura, e termos relacionados, de maneira a clarificarmos a definição de cultura que iremos utilizar no decorrer do trabalho.

Como referimos anteriormente, Edward Burnett Tylor estabelece a primeira definição objetiva de cultura. Tylor, na sua conceção universalista de cultura, define-a como sendo *o todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade* (Tylor in Cuche, 1999, p. 41).

O antropólogo rompe assim com definições restritivas ou individualistas, salientando, como dito anteriormente, que a cultura é a expressão da totalidade da vida social do homem. Tylor nega ainda que a cultura seja biologicamente hereditária, dizendo que esta é adquirida, e que a sua origem, e caráter são em grande parte inconscientes (Cuche, 1999).

Guy Rocher desenvolve a ideia de cultura de Tylor definindo-a como *um conjunto ligado de formas de pensar, agir e sentir, mais ou menos formalizadas, que servem, de forma simbólica e objetiva, para dispor as pessoas que partilhem desse conjunto, numa colectividade particular e distinta* (Sá, 2014a). Esta contribuição torna-se importante por introduzir claramente que a cultura não está só relacionada com os conhecimentos científicos ou artísticos adquiridos, mas também com uma certa forma de viver ou de sentir a *pertença* a uma certa sociedade.

Por outro lado, Franz Boas, no princípio do século XX, vai defender uma conceção particularista de cultura, tendo como objeto de estudo *as culturas*, mais do que *a cultura*.

Durante o seu trabalho, empenhou-se na desconstrução da noção de *raça*, pois para si a diferença essencial entre os grupos humanos é cultural e não racial.

Para tal, Boas realizou um estudo sobre parte da população imigrante nos Estados Unidos, demonstrando a rapidez da alteração dos traços morfológicos sob a pressão de um novo meio ambiente. Na sua opinião as raças não são estáveis, e não existem características raciais imutáveis. Adota por isso o conceito de cultura, considerando-o mais apropriado para dar conta da diversidade humana, tornando-se um dos primeiros a abandonar o conceito de raça na explicação dos comportamentos humanos (Cuche, 1999).

Segundo Boas, a cultura representa uma totalidade singular, e o seu esforço consistiu em compreender e encontrar aquilo que forma a sua unidade. Cada cultura é única, específica e possui um estilo particular, expresso através da língua, crenças, costumes, artes, etc., atuando tudo isto sobre o comportamento das pessoas. O antropólogo defende ainda que cada cultura exprime uma *forma única de se ser homem*, tendo o direito a ser estimada e protegida em caso de ameaça (Cuche, 1999).

Por sua vez, Claude Lévi-Strauss descreve cultura como um conjunto de sistemas simbólicos, nos quais em primeiro lugar figuram a linguagem, as regras matrimoniais, relações económicas, arte, ciência e religião. Segundo o autor estes sistemas pretendem exprimir aspetos da realidade física e da realidade social, as relações que estas duas realidades mantêm entre si, e ainda que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros (Mendes, 2012).

De acordo com Lévi-Strauss, se procurarmos determinar diferenças significativas entre a América do Norte e a Europa, iremos tratá-las como culturas diferentes, mas se o interesse for a diferença entre Paris e Marselha, estas tornar-se-iam provisoriamente unidades culturais. Diz-nos ainda que o mesmo indivíduo revela simultaneamente pertença a vários sistemas culturais: nacional, regional, familiar, profissional, política, etc (Mendes,2012).

Por último, também a UNESCO enuncia a existência de vários sistemas culturais, considerando cultura como o conjunto de características distintas, espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam um grupo social ou sociedade. Englobando as artes, os modos de vida, sistemas de valores, tradições e crenças (Moreira, 2013).

4.3. PARA UMA DEFINIÇÃO DE CULTURA

Procuramos agora estabelecer a definição de cultura que iremos adotar no decorrer do trabalho, tendo como base a pesquisa e análise realizada.

Partimos principalmente das definições de Tylor, Rocher e Lévi-Strauss, definindo assim cultura como: o conjunto complexo de formas de pensar, agir e *sentir*. Neste conjunto inclui-se o conhecimento, arte, crenças, lei, moral, costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridas pelo homem. É o conjunto etnográfico que apresenta diferenças significativas relativamente a outros, influenciado pelo contexto e escala em que está inserido, uma vez que o mesmo indivíduo pertence a mais que um sistema cultural.

Uma vez estabelecido o conceito de cultura, parece-nos importante clarificar brevemente um outro termo, diretamente relacionado com este, o de multiculturalismo, conceito também fundamental para a análise do nosso objeto de estudo. Segundo Steinberger (in Mendes, 2012) o multiculturalismo, refere-se à justaposição espacial de pessoas de sistemas culturais distintos, que pode construir ou reconstruir um território comum e criar uma cultura única, ou uma nova identidade multicultural.

Este termo aparece muitas vezes como um equivalente à diversidade, existindo uma tendência para a sobrevalorização e exagero das diferenças (Essed in Mendes, 2012). Por isso, o autor Steven Vertovec procura superar as limitações associadas ao uso da etnicidade como principal fator explicativo da diversidade. Alerta para o aumento de pessoas em migração de diversos lugares, dizendo que isto torna necessário reavaliar conceitos e medidas políticas em torno desta diversidade, para ultrapassarmos uma compreensão focada nas etnias e adotarmos uma abordagem multidimensional, tendo em conta o país de origem, as línguas, a religião, a inserção no local, entre outros fatores (Mendes, 2012).

4.4. A CULTURA E O ESPAÇO PÚBLICO



Fig. 54. Fotografia da gastronomia presente na Praça do Martim Moniz.

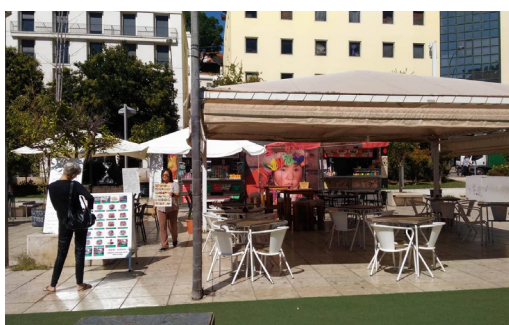


Fig. 55. Fotografia de um dos quiosques do Mercado Fusão na Praça do Martim Moniz.

A multiculturalidade presente atualmente no espaço público, resulta do aumento dos fluxos culturais que expandem e ultrapassam fronteiras. Tudo isto levou ao conceito de globalização, já mencionado na terceira revolução cultural de Choay (1999), referente aos *processos que tornam o mundo num lugar único* (Corjin e Van Praet in Fortuna, 1997, p. 137).

Esta diversidade é muitas vezes encarada de forma negativa, vista como uma ameaça à coesão social e territorial, como acontece muitas vezes no nosso caso de estudo, porém existem também impactos positivos, como o carácter cosmopolita, que marca os espaços urbanos com uma certa herança cultural e vida em comunidade. Esta característica é muitas vezes utilizada em campanhas de marketing urbano, apelando ao conhecimento das diferentes culturas, muitas vezes através do consumo de produtos e serviços dotados de autenticidade (Rath in Mendes, 2012).

Utiliza-se assim a multiculturalidade para atrair negócios e investimentos comerciais a um espaço urbano, e à cidade onde se insere. Um atual exemplo desta globalização cultural, que podemos ver presente no local de estudo, é o consumo alimentar multicultural do *Mercado Fusão*, que funciona como uma forma de apresentar a *cultura servida à mesa*.

Como consequência desta lógica, o espaço público surge marcado pela estetização dos consumos, da mesma forma que outras lógicas urbanas passaram a estar sujeitas à lógica do mercado. Isto colocou a cultura como estratégia de renovação da economia urbana, através da criação de infra-estruturas e equipamentos culturais (Fortuna, 2002).

Encontramo-nos assim perante um *ciclo vicioso* do espaço público: este, devido a diversos fatores, entre os quais todas as atuais lógicas de mercado e consumo, tornou-se esteticamente e economicamente mais apelativo, mas socialmente mais vazio, levando ao enfraquecimento do seu papel social e de socialização, gerando um sentimento de insegurança. Todo este processo resultou numa tendência para a privatização dos espaços, conseguindo-se assim uma maior segurança, mas causando uma maior fragmentação do espaço público (Indovina in Castro, 2002).

Atualmente, o papel do espaço público, a sua natureza e o tipo de interação social que permite, varia com a classe, cultura, grupo étnico, e tipo de bairro onde se encontra. Estes espaços, refletem a forma como a cultura, ou as culturas, se adaptaram ao ambiente, sendo o resultado de um processo evolutivo, mais que uma imposição concetual (Serdoura, 2007).

Porém, no contexto urbano existe cada vez mais, não uma tendência para viver os espaços públicos, mas a tendência por substituí-los por um espaço privado - a casa. Pois na impossibilidade de mantermos relações emotivas com todos os habitantes da metrópole, refugiamo-nos. *Se aos incessantes contactos públicos das pessoas nas grandes cidades correspondessem as mesmas reacções interiores dos contactos que têm lugar na pequena localidade [...] estaríamos completamente atomizados interiormente e cairíamos numa condição mental deplorável* (Simmel in Fortuna, 1997, p. 9). Simmel interpreta esta individualização como um mecanismo de autodefesa, que altera consideravelmente as relações sociais, e leva-nos a uma nova cultura, a cultura metropolitana.

Esta cultura urbana possui quatro traços principais, convergindo todos para o individualismo: a já mencionada reserva mental e

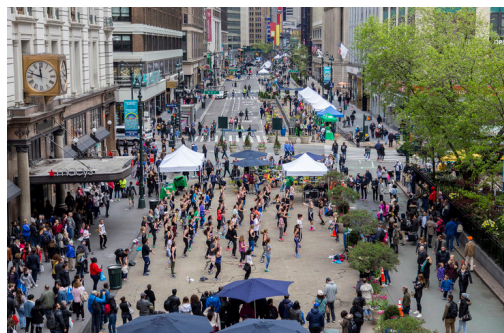


Fig. 56. Fotografia do exemplo do aumento de pessoas nos espaços públicos atuais, Herald Square, New York.



Fig. 57. Fotografia do exemplo do individualismo em espaço público.

criação de distâncias nos contatos quotidianos, como medida de proteção da individualidade; o facto do sujeito metropolitano se sentir forçado a conter as suas emoções e a proceder de maneira racional; o espírito calculista e pragmático; e por último, a banalização das diferenças e desvalorização pessoal (Savage e Warde in Fortuna, 1997).

Tudo isto, e o facto da sociedade atual estar cada vez mais ligada a equipamentos individuais, que nos permitem a *pertença simultânea* a diversos espaços e tempos, obriga-nos a pensar futuros espaços públicos social e funcionalmente múltiplos, que permitam a sociabilidade e a intimidade (Ascher, 2008). Para tal é necessário compreender que as pessoas não utilizam todas o espaço público da mesma forma, nem possuem as mesmas necessidades, e que a cultura é por isso um dos fatores a ter em conta.

4.5. DIFERENÇAS CULTURAIS E INTERAÇÃO NO ESPAÇO

A maneira como interagimos e a percepção que temos de um espaço resulta da organização desse próprio espaço, mas é também fruto da nossa cultura (Rodrigues, 2013). O arquiteto Sérgio Fazenda Rodrigues, no seu livro *Casa dos Sentidos*, explora a relação complexa entre espaço e cultura, defendendo que a posição geográfica e o espaço que ocupamos no próprio território ajudam a formar a nossa postura e forma de estar, dando como exemplo a cultura melancólica do povo português, talvez proveniente da sua posição de limite na Europa e proximidade ao mar.

É fundamental para o nosso trabalho compreender as diferenças culturais no que toca às relações que os indivíduos estabelecem com o espaço. A forma como gerimos o espaço, ditamos limites às nossas ações e até o limite da nossa individualidade, possuem uma dimensão física, sendo que essa dimensão e a sua expressão diferem de cultura para cultura (Rodrigues, 2013).

Dois indivíduos de diferentes culturas, ao serem submetidos à mesma experiência, ou colocados no mesmo espaço, não irão obter as mesmas informações ou sentir o mesmo, *porque habitam mundos sensoriais diferentes, pois existem filtros perceptivos de uma cultura para a outra* (Hall, 1986, p. 12). Ou seja, o que para um povo, ou cultura, pode ser considerado agressivo, para outro pode ser neutro. *A cultura transforma a informação recebida pelo homem* (Hall, 1986, p. 56).

Apesar da forma não se resumir aos aspetos sensoriais, estes são determinantes na sua compreensão. No meio urbano, o ser humano está sujeito a uma série de estímulos (sons, cheiros, calor, luz, entre muitos outros), que ao atuarem sobre o seu sistema perceptivo, formam a sua imagem e conhecimento da cidade (Lamas, 2000).

Edward Hall defende que para conseguirmos organizar os espaços, é preciso compreender como as diferentes populações percebem o espaço, uma vez que a forma como os espaços são vividos e organizados reflete o comportamento das pessoas e das suas culturas (Hall, 1986). É isto que pretendemos abordar em seguida, no entanto é necessário ter atenção para o fato de nunca sermos totalmente imparciais, pois quando fazemos a análise e descrição de outra cultura, usamos o nosso modo de interpretação, o nosso próprio sistema perceptivo.

Partindo do pensamento de E. Hall (1986), iremos agora refletir sobre os diferentes sistemas de estruturação espacial e as diferentes percepções e apropriações do espaço, realizadas pelos indivíduos, tendo em conta as suas culturas.



Fig. 58. Fotografia da escadaria de Trinità dei Monti, Roma, Itália. Uma longa escadaria que nos obriga a fazer algum esforço para chegar ao outro lado.

O que mais define a forma como um espaço é vivido, é o que ali podemos fazer, mais do que aquilo que vemos. *Uma sala que se atravessa em duas passadas oferece uma experiência completamente diferente do que uma sala que exige quinze ou vinte passos. A altura tem um impacto importante também, é diferente um espaço onde seja possível tocar no teto ou um espaço com quatro metros de altura* (Hall, 1986, p. 68). Quando falamos de espaços exteriores a forma como vivemos ou sentimos os mesmos depende, entre outros fatores, do modo como podemos ou não percorrê-lo e da maneira como estão organizados os edifícios de construção humana (Hall, 1986). *É pelo número de passos que custa a dar que se percebe a rua na sua extensão, é pelo esforço de subir os degraus que a escada aproxima ou afasta o outro lado (...)* (Rodrigues, 2013, p.102).

O próprio sistema de organização das cidades difere de cultura para cultura. O sistema europeu por exemplo acentua as linhas, as ruas, e dá-lhes nomes, organizando os edifícios segundo a sua disposição no espaço através da numeração ao longo da rua.

Por outro lado o sistema japonês tem maior foco nas interseções, esquecendo as linhas que as formam, as ruas. Assim, no Japão são os cruzamentos que têm nome, não as ruas, e a numeração dos edifícios não é feita pela disposição na rua, mas sim pelo tempo em que foram construídos. Portanto, o edifício mais antigo no bairro é numerado como um, e assim sucessivamente, mostrando a valorização do tempo ao espaço (Hall, 1986).

Hall (1986) relata a existência de dois sistemas de estruturação espacial. Um, o sistema radiocêntrico (Fig. 59), é utilizado por exemplo em França e Espanha. Este sistema liga todos os pontos importantes e funções, sendo um sistema sociópeto- que força o contato entre as pessoas. O outro, sistema em xadrez, pode ser encontrado na Ásia Menor e Inglaterra por exemplo (Fig. 60). Este acaba por dissolver e espalhar as atividades, tornando-se um espaço sociófugo- que separa e dispersa as pessoas.

Passando agora a questões sensitivas, comecemos pelo cheiro por exemplo, todas as cidades, ou zonas, têm um cheiro próprio que as caracterizam e definem, mesmo que não seja predominante, ou que não tenhamos noção disso. As casas, as pessoas e os objetos também têm um cheiro próprio, e, segundo Hall, o cheiro sobrepõe-se à geometria da arquitetura revelando-nos através do olfato a forma do espaço. *Talvez isso se prenda com o facto de, ao cheiro, a primeira reação ser instintiva e não pensada* (Rodrigues, 2013, p. 44).

O olfato é um sentido importante na percepção e apreensão do espaço. Temos como exemplo o pavilhão da Suíça de Peter Zumthor (Fig. 61), para a Feira Internacional em 2000. Com o objetivo de evocar o país que representa, o arquiteto optou por não utilizar imagens típicas, mas sim criar um labirinto de toros de madeira por onde passeiam músicos que tocam músicas típicas suíças. Conhecido como *Swiss Sound Box*, o edifício com a temperatura certa, o som abafado e sobretudo o cheiro da madeira,



Fig. 59. Fotografia do sistema de estruturação radiocêntrico, Paris, França.



Fig. 60. Fotografia do sistema de estruturação em xadrez, Londres, Inglaterra.



Fig. 61. Fotografia do Pavilhão *Swiss Sound Box* de Peter Zumthor.



Fig. 62. Fotografia da Praça Jemaa el-Fna, Marraquexe, Marrocos.



Fig. 63. Fotografia da ocupação de um espaço público árabe, Yemen, Siria.

mostrou evocar verdadeiramente a Suíça. Sendo um exemplo onde um país, e a sua cultura, não se fez sentir por imagens, mas sim pela compreensão dos sentidos que a originam (Rodrigues, 2013).

O cheiro, para os árabes é algo muito importante, sendo que estes estabelecem uma relação entre o cheiro e o humor de uma pessoa. Esta cultura tem o hábito de *banhar* os outros com o seu próprio hálito, enquanto os portugueses, ou os americanos, aprendem que não é agradável fazê-lo. Para nós, sentir o cheiro do hálito de uma pessoa, sobretudo com quem não temos qualquer intimidade, em locais públicos, causa-nos incômodo e desconforto.

Esta questão da proximidade e intimidade humana, vai além do olfato. Existem culturas que se sentem mais à vontade com o contato humano, como os japoneses e os árabes por exemplo, que têm uma maior tolerância a multidões em espaços públicos ou em espaços fechados como os transportes públicos, que o povo do norte da Europa ou os americanos. Por outro lado, possuem uma maior exigência com a qualidade dos espaços que habitam. Os japoneses por exemplo, demoram algum tempo na organização do seu espaço doméstico por terem em atenção a participação de todos os sentidos na percepção do mesmo. Os alemães por outro lado, segundo o autor, fixavam as cadeiras, e a mobília em geral ao chão, de modo a garantir ordem no espaço e distanciamento entre as pessoas. Para esta cultura, estar à porta de um espaço, apenas encostado à ombreira a observar o seu interior, é como se já estivesse dentro do mesmo, invadindo de certa forma a privacidade do espaço (Hall, 1986).

A iluminação também difere de cultura para cultura, sendo claro ao compararmos diferentes cidades. Esta depende claro da posição geográfica, orientação e intensidade do sol, mas também do corpo e da matéria existente no local.

Assim, a luz de Paris é doce e amarela, a de Roma é mais baça e alaranjada, enquanto a de Lisboa é mais branca e incisiva. A luz de Lisboa (...) *vive da absorção da pedra calcária, da reflexão do rio e do brilho dos azulejos. Quando chove, as pedras refletem o céu e no ar paira um brilho cristalino. Quando não chove e o céu é azul, a luz espelha-se na água do rio e, branca e envolvente, define com maior acutilância os limites de cada esquina* (Rodrigues, 2013, p. 127).

Segundo o autor japonês Junichiro Tanizaki, uma das maiores diferenças entre a cultura oriental e a cultura ocidental, é a maneira como a luz é vista na sua relação com o espaço. No ocidente utiliza-se a iluminação para embelezar e destacar um objeto, enquanto no oriente é o tipo de sombra que torna o objeto belo e único.

A casa tradicional japonesa tem um alpendre em redor, por razões climáticas, mas também diminuindo a luz natural que entra no edifício. Os painéis de tabique utilizados para configurar as divisões da casa, filtram a luz, tornando o centro da casa o espaço mais escuro, considerado o coração da mesma (Rodrigues, 2013).

A luz também difere das zonas e cidades históricas, onde encontramos uma coesão do edificado que torna a luz mais homogênea, para as novas periferias, onde a luz da sinalização de trânsito e dos anúncios de néon, conferem um sabor metálico ao espaço. A iluminação noturna revela também aspetos da cultura de uma cidade, sendo o maior exemplo a cidade de Las Vegas, que emana o seu brilho a quilómetros de distância, fazendo com que a luz supere a sua dimensão física.

Também o som influencia a forma como sentimos e vivemos o espaço. O arquiteto dinamarquês, Steen Eiler Rasmussen, fala sobre a capacidade de *ouvirmos* a arquitetura, descrevendo



Fig. 64. Fotografia de uma casa tradicional japonesa.

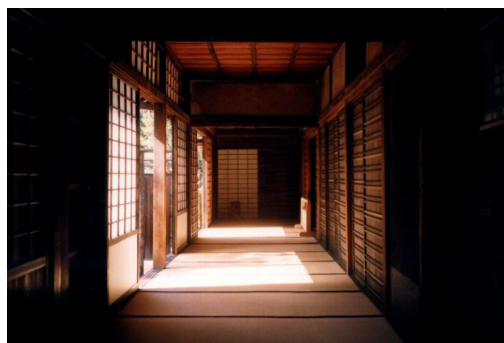


Fig. 65. Fotografia da utilização da luz natural numa casa japonesa.



Fig. 66. Fotografia da Igreja da Sé, Lisboa.

como nos parece mais acolhedora uma casa que abafe o som, enquanto o eco de uma sala amplifica o desconforto e nudez do espaço.

O mesmo acontece com as cidades e os espaços, pois enquanto os olhos focam e selecionam, os ouvidos recebem informação sem distinção. Enquanto subimos até à Igreja da Sé em Lisboa, ouvimos o ruído dos carros, dos elétricos e das pessoas, porém quando entramos na igreja, descobrimos o silêncio. Esta calma por trás das paredes espessas reforça a solenidade do local e torna-se uma recompensa pelo esforço do percurso (Rodrigues, 2013).

Como vimos, o Homem não pode escapar à sua própria cultura. É impossível termos qualquer comportamento sem passarmos pela mediação da nossa cultura, ou seja, mesmo quando emerge a consciência e o raciocínio, é complicado modificar partes da cultura, porque esta se encontra integrada na experiência individual, e em todos os nossos sentidos.

Por isso, para compreendermos um local, precisamos compreender a cultura, ou culturas das pessoas que o *habitam*. Esta compreensão deve ser feita tendo em atenção os diversos sentidos, e não apenas o visual. A arquitetura contemporânea possui um fascínio pela aparência do edificado e do espaço, colocando assim a visão acima dos restantes sentidos (Rodrigues, 2013). No entanto, quando vivemos e usufruímos de um espaço, utilizamos todos os nossos sentidos, filtrados pela cultura em que nos inserimos. Ao projetar e intervir num espaço público é necessário ter a noção de que a componente cultural possui um importante papel nas vivências do mesmo, e apesar da sua complexidade, deveria ser uma componente estruturante dos mesmos.



5- AS CULTURAS:
DO MARTIM MONIZ À ALMIRANTE REIS

Recordemos o espaço em estudo: estende-se desde a praça do Martim Moniz, através do eixo gerado pela Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis, até à Igreja dos Anjos. Os limites geográficos são os mesmos, mas centramo-nos neste ponto do trabalho na variedade de culturas que *habitam* este espaço.

Esta parte da cidade é conhecida e marcada pela sua multiculturalidade e pela existência de *consumos associados aos comércios, serviços e produtos étnicos* (Mendes, 2012, p. 31). Esclarecido o termo cultura, e tendo presente as diversas diferenças culturais existentes e a influência que estas possuem na apropriação do espaço público, neste capítulo procuramos entender o contexto cultural e social do objeto de estudo e estudar, ainda que superficialmente, as diferenças entre as diversas culturas presentes.

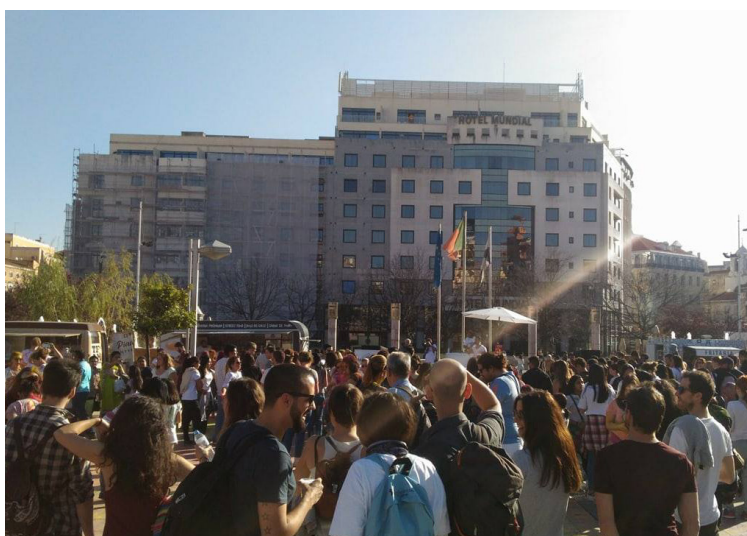


Fig. 67. Fotografia da Praça do Martim Moniz- *Bollywood Holi*.

5.1. ENQUADRAMENTO CULTURAL E SOCIAL

Lisboa, a cidade que foi durante séculos a capital do império colonial, possui uma longa história de convívio intercultural. Até ao fim da década de oitenta do século XX, a maioria dos imigrantes em Portugal, em especial na cidade de Lisboa, eram provenientes de ex-colónias portuguesas em África, sobretudo de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau. Porém, nos últimos anos a composição da população imigrante lisboeta sofreu uma transformação, com um acréscimo do número de imigrantes provenientes de diferentes partes do mundo, como por exemplo China, Brasil, Europa de Leste, etc (Fonseca *et al*, 2011).

Como referido no capítulo anterior, a Mouraria surgiu como abrigo para os muçulmanos que se estabeleceram em Lisboa após a conquista, marcando o início da área como território estigmatizado, ideia que está de certo modo contida no significado etimológico da palavra Mouraria, significando, para além de alojamento de mouros, *o vale dos vencidos* (Mendes, 2012). Nesta época, a cidade vivia sob o domínio cristão, porém existiam algumas partes do território isentas de jurisdição eclesiástica: judiarias e a Mouraria (Caldas, 2014). Posteriormente, no século XVI, a Inquisição levou à expulsão de mouros e judeus que se recusassem a aderir ao cristianismo, sinalizando o início de um período de intolerância e desconhecimento (Fonseca *et al*, 2011).

Apesar disso, devido à sua centralidade, a Mouraria tornava-se palco de intensas trocas comerciais que estabeleciam redes de relação entre muçulmanos e cristãos. No século XIX, quando esta zona da cidade, em simultâneo com outros bairros, foi considerada portadora de graves problemas de pobreza, foram procuradas soluções, com base na premissa da existência de uma relação direta entre o desenho urbano e as práticas sociais, partindo do princípio que uma solução espacial permitiria superar as questões sociais (Caldas, 2014).



Fig. 68. Fotografia da diversidade de imigrantes em Lisboa, junto à Igreja de São Domingos.



Fig. 69. Ilustração do Largo da Saúde e Rua da Mouraria no século XIX.



Fig. 70. Fotografia do espaço que viria a ser a atual Praça do Martim Moniz, século XIX.



Fig. 71. Fotografia do arco do Marquês do Alegrete e espaço onde estava o palácio homónimo, após a sua demolição, 1958.



Fig. 72. Fotografia da Avenida D. Amélia em 1908- atual Almirante Reis.

Esta vontade de progresso e mudança, surge como consequência do desenvolvimento industrial da época, que levou também ao aparecimento de novas classes sociais.

Assim, nos finais do século XIX, a Avenida D. Amélia e as Avenidas Novas eram construídas em simultâneo, no entanto não se tornaram espaços concorrentes, pois serviam classes sociais distintas, pequena burguesia no primeiro caso, e com capital económico e cultural superior no segundo. Enquanto isso, na Mouraria encontrava-se a classe operária e a população que tinha migrado de zonas rurais para a cidade (França, 1997; Caldas, 2014).

Com o passar dos anos, o aumento de melhorias, cuidados e valorização do espaço urbano, como por exemplo com o surgimento da iluminação pública e da publicidade luminosa em 1928, Lisboa deixava de ser vista como uma cidade caracterizada por um espaço *abandonado e sujo* (França, 1997, p. 86). A premissa de evolução e progresso da época, levou a transformações e sucessivas demolições na Mouraria e Martim Moniz em meados do século XX. Todavia, vários problemas sociais que estabeleciam os principais objetivos dessas remodelações, nomeadamente práticas marginais como a prostituição, continuaram a existir, mudando apenas para zonas adjacentes, como o Largo do Intendente (Caldas, 2014).

No final dos anos sessenta do século XX, os efeitos da expansão industrial e urbana, geraram em Portugal novas oportunidades de trabalho para os imigrantes e trabalhadores portugueses que migraram do campo para a cidade, que encontravam trabalho sobretudo na área da construção civil e noutros trabalhos pouco qualificados.

Entre 1991 e 2009, a população portuguesa residente em Lisboa continuava a diminuir, situação que foi de certo modo contrariada pelo aumento de imigrantes na cidade, representando um importante fator de revitalização demográfica, amenizando os efeitos de envelhecimento (Fonseca *et al*, 2011). (Ver gráficos no Anexo II)

Relativamente às origens dos imigrantes, no início da década de oitenta, os imigrantes de origem africana representavam 44% dos estrangeiros residentes em Portugal, e até ao final dessa década, a maior parte dos imigrantes na cidade eram provenientes de países lusófonos, devido à proximidade cultural e linguística entre Portugal e as ex-colónias africanas. Posteriormente, no final dos anos noventa, foram implementadas, por parte da União Europeia, políticas menos restritivas relativamente à migração, provocando o aumento da migração originária de países da Europa Central e Oriental, sendo os ucranianos o maior grupo. Entre 2001 e 2009, o número de cidadãos estrangeiros em Lisboa aumentou cerca de 130%, resultando maioritariamente do aumento de imigrantes provenientes do Brasil e Ásia (Fonseca *et al*, 2011).

No mesmo intervalo, a população do bairro da Mouraria cresceu, representando esse aumento cerca de 11%. Registava-se nos Censos de 2001 que 8,4% de residentes do bairro eram estrangeiros, sendo a maior parte, 25,3% originários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), seguidos por indianos, paquistaneses e chineses (Mendes, 2012). Este aumento de estrangeiros residentes em Lisboa foi acompanhado pela diversificação das suas origens socioculturais. No ano de 2009, os imigrantes documentados como residentes na capital, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, dividiam-se em cento e quarenta e sete nacionalidades, sendo as mais numerosas de brasileiros, cabo-verdianos e chineses (Fig. 74) (Fonseca *et al*, 2011).



Fig. 73. Fotografia de imigrantes africanos em Lisboa, junto à colina de Sant'Ana.

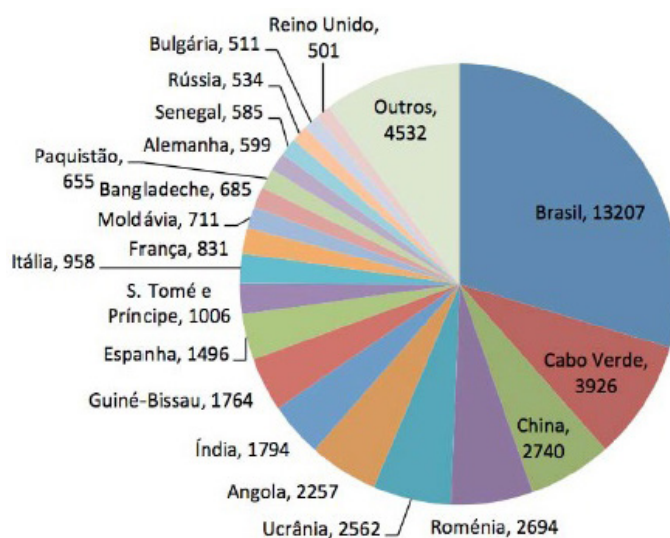


Fig. 74. Gráfico de estrangeiros residentes em Lisboa em 2009, por nacionalidade.

O espaço alvo de análise neste trabalho atraiu a população migrante ao longo dos anos. Com o projeto que tornou o espaço, antes vazio, na Praça do Martim Moniz, aos poucos, os homens de origem africana e indiana que tinham por hábito permanecer nas esquinas das ruas envolventes, transferiram-se para a parte norte da praça, tornando este um ponto de reunião (Menezes, 2009).

Esta ocupação da praça, a junção de grupos de chineses, e os sem-abrigos que se juntavam em redor da praça, desencadearam um processo de desapropriação da praça por parte dos antigos moradores da zona. Estes passaram a identificar a praça como um espaço dos *outros*, embora o considerassem o espaço mais bonito do bairro (Menezes, 2009).

Como referido anteriormente no enquadramento histórico do local (3.1.), a Câmara Municipal de Lisboa (CML), nos anos noventa, procedeu à instalação de 44 quiosques de aço na praça do Martim Moniz, com o intuito de revitalizar economicamente a zona a partir do desenvolvimento de um comércio de retalho.

Porém, a praça ficou bloqueada por tantos quiosques, tornando os espaços entre os mesmos propícios para o desenvolvimento de atividades ilegais como venda de droga e o negócio de chamadas telefónicas fraudulentas gerido por grupos de indianos e africanos.

Tudo isto, e o fato dos quiosques ainda estarem desocupados passado um ano, gerou uma ideia de perigo e insegurança associada à praça. O negócio de chamadas internacionais a baixo custo, e os seus conhecidos *gangs dos telemóveis*, reuniam-se na zona norte da praça e permaneciam atentos a qualquer movimento que colocasse em risco o negócio. Assim, a praça do Martim Moniz era descrita como *morta por falta de gente* (Jornal Região in Menezes, 2009).

Após um abaixo-assinado feito por comerciantes descontentes e alguns distúrbios que foram acontecendo na praça, a mesma passou a ser controlada por sistema de videovigilância, acabando assim com o negócio dos *gangs dos telemóveis*, e de outras práticas marginais, pelo menos de uma forma tão expressiva. Em seguida, após a retirada dos quiosques a praça ficou mais desafogada, aumentando a sua apropriação, tanto por aqueles que já a utilizavam, como por turistas e clientes dos comércios envolventes.

O Martim Moniz, a Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis, atraíram a população imigrante na área do comércio, devido à existência de diversos espaços comerciais vazios e às suas rendas acessíveis (Mapril in Caldas, 2014). Os dois centros comerciais construídos na década de 80 no Martim Moniz, apesar de não terem sido pensados para tal, acabaram por acomodar comércio grossista pertencente maioritariamente a imigrantes de ex-colónias portuguesas, já instalados na zona desde os anos 70. Esta característica intensificou-se, tornando-se a marca da zona, com a chegada de uma grande comunidade chinesa e indiana (Caldas, 2014).



Fig. 75. Fotografia do comércio de retalho na praça do Martim Moniz nos anos 90.

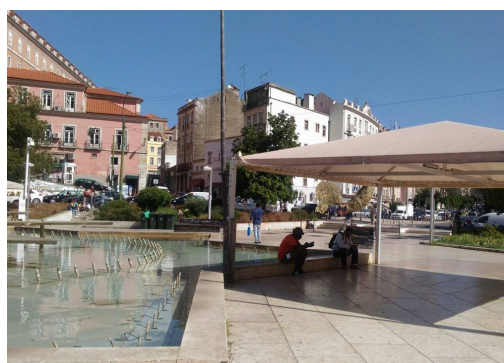


Fig. 76. Fotografia de homens de origem africana na zona norte da Praça do Martim Moniz atualmente.



Fig. 77. Fotografia da Avenida Almirante Reis atualmente.

Posteriormente o comércio desenvolvido dentro de ambos os centros comerciais passou a ser dominado por chineses (Marluci in Mendes, 2012), mantendo o caráter grossista, e tornando-se espaço de fornecimento de produtos para a venda ambulante, em mercados e feiras, exercida por ciganos (Mendes, 2012).

Esta zona acolheu, e continua a acolher - como vimos na análise do comércio no capítulo anterior - comerciantes de distintas origens, existindo de certa forma uma especialidade comercial associada a cada etnia. Os indo-portugueses, hindus e muçulmanos, dedicaram-se, durante os anos setenta, ao comércio de brinquedos, bijuterias, quinquilharias e mobiliário; os guineenses, cabo-verdianos, senegaleses e zairenses, da década de noventa, com lojas de cosmética, música, produtos alimentares e restauração; chineses especializados um pouco por todos os tipos de comércio; e nos finais da década de noventa paquistaneses com espaços de restauração, bricabraque e audiovisual, e bangladechianos fixados em pronto-a-vestir, restauração e supermercados (Mapril in Mendes, 2012).

Porém, o fato de serem comerciantes imigrantes na zona, não implica que habitem na mesma. Numa série de entrevistas realizadas pela antropóloga Marluci Menezes em 2001, num estudo acerca da zona da Mouraria, a maior parte dos indianos inquiridos com estabelecimentos na Rua do Benfornoso, Rua da Mouraria, e outras, residiam fora de Lisboa, especificamente em Odivelas, Portela e Santo António dos Cavaleiros (Mendes, 2012).

Em 2004 foram identificadas 200 lojas com empresários de origem imigrante (Bastos in Mendes, 2012), e posteriormente no *Inquérito à Diversidade*, realizado em 2006, a 457 empresários imigrantes em Lisboa, foi possível verificar a atividade dominante como gastronomia, 40%, seguida, por ordem, artesanato, cabeleireiros, bares, lojas de alimentos e atividades artísticas (Mendes, 2012).

O Martim Moniz e a restante área de estudo, chegam assim aos dias de hoje caracterizados pela sua forte componente étnica e estigma social. A remodelação do metropolitano, realizada em 1997, mostra através de um olhar artístico o Martim Moniz como *local de confluência de culturas e diversidade étnica* (Metropolitano de Lisboa). A inspiração de Gracinda Candeiras para o trabalho em azulejo na estação, foi a convergência de culturas características do local, conjugando diferentes elementos de forma a compor um *tema mourisco, um tema português e um tema africano* (Metropolitanos de Lisboa).



Fig. 78. Fotografia da estação de metro do Martim Moniz.



Fig. 79. Fotografia do trabalho em azulejo da artista Gracinda Candeiras para a estação - retratando a diversidade de culturas existentes na zona.

O PANORAMA ATUAL

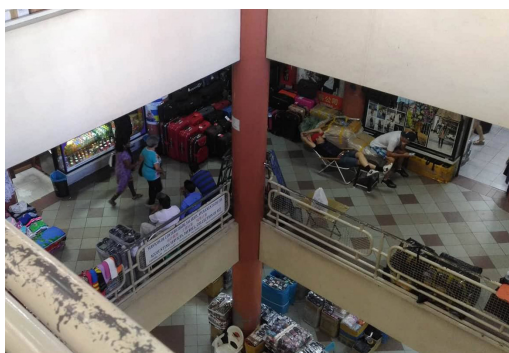


Fig. 80 e 81. Fotografias do interior do Centro Comercial da Mouraria- onde podemos ver o à vontade dos comerciantes e como ocupam o exterior das lojas.

Toda esta área surge ainda, como um local marcado pela insegurança, a presença de sem-abrigos, e do uso de drogas (Mendes, 2012). Todavia, com os projetos de melhoria implementados, a insegurança tornou-se mais um estigma do que uma realidade. Percebemos isso nas diversas visitas realizadas ao local, onde o sentimento de insegurança quase nunca surgiu. E por outro lado, em várias conversas com a população, onde não sentimos essa insegurança por parte dos mesmos, exemplificando, o funcionário da cantina do edifício CASA da Santa Casa da Misericórdia nos Anjos, que nos disse: *antes de vir trabalhar para aqui se me falassem nesta zona, ou no Intendente eu diria nem pensar, e agora percebo que isso é uma ideia completamente errada da zona, podemos andar sem medo por estas ruas.*

Por outro lado, toda esta zona, localizada junto à parte mais antiga da cidade de Lisboa, é vista cada vez mais como um espaço cosmopolita marcado pela diversidade cultural. Em alguns documentos produzidos pela Unidade de Projeto da Mouraria¹¹, esta área é denominada como uma *marca*, elevando a competitividade da cidade de Lisboa no mercado do turismo, e mais precisamente, do turismo de cidade (Mendes, 2012).

Encontramos assim um território com uma imagem dividida, onde a diversidade do local se faz sobressair não só na variedade de culturas, mas também de produtos e serviços culturais, diversidade essa que tem sido explorada pela CML e outras entidades. Esta realidade é bastante visível no Centro Comercial da Mouraria, onde encontramos um ambiente comercial significativamente diferente daquele a que estamos habituados nas grandes cidades.

¹¹ Criado em 1985, inicialmente denominado Gabinete Local da Mouraria, intervem e controla esta área ao nível da reabilitação, revitalização sociocultural, recuperação do património económico, urbano e arquitetónico (Mendes, 2012).

São exemplos dessa nova visão sobre a diversidade cultural da zona, alguns festivais como o festival *TODOS - Caminhada De Culturas*, descrito pelo blog do festival em 2009 como *um momento de uma festa internacional com enfoque nos países das pessoas que vivem nesta zona da cidade. TODOS é um espaço de reconhecimento e celebração de uma Lisboa outra e nova que devemos incluir definitivamente na nossa identidade urbana* (Festival Todos - Caminhada De Culturas, 2009). Este festival, inicialmente intitulado *Festival ImigrArte*, realiza-se desde 2007 com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, tendo como objetivo a utilização do espaço público como palco e espaço de reconhecimento das manifestações culturais de diversas origens. O mesmo foi realizado até 2011 no bairro da Mouraria e no Martim Moniz, tendo sido transferido nas edições seguintes para outras zonas da cidade, como por exemplo a Colina de Sant'Ana (Fonseca *et al*, 2011).

Desta forma, esta parte da cidade, ao mesmo tempo que é conhecida pelos seus pontos negativos, como a insegurança referida, é também utilizada como marketing da multiculturalidade da cidade de Lisboa, visível no aumento de turistas presentes e ainda pelo surgimento de diversos estabelecimentos hoteleiros na zona. Tornando evidente algumas contradições: *o bairro típico e históricos versus bairro cosmopolita; bairro exótico versus bairro difamado; bairro dos imigrantes e dos estrangeiros versus bairro dos autóctones* (Mendes, 2012, p. 15).



Fig. 82. Fotografia do Festival *TODOS - Caminhada de Culturas*, no Martim Moniz.



Fig. 83. Fotografia das comemorações do ano novo Chinês na Avenida Almirante Reis.



Fig. 84. Fotografia de turistas à espera do elétrico 28.

5.2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS CULTURAS



Fig. 85. Fotografia das culturas na Avenida Almirante Reis.

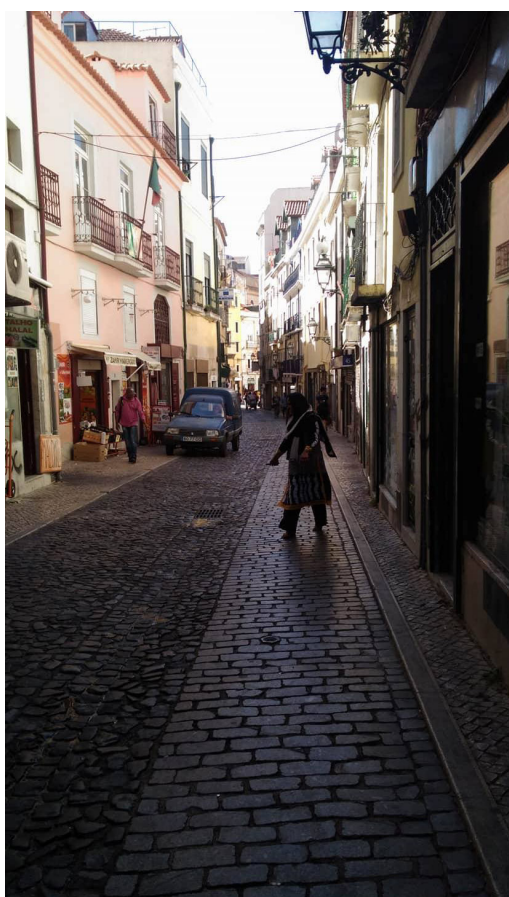


Fig. 86. Fotografia das culturas na Rua do Benfornoso.

Partindo da realidade multicultural do local de estudo, interessa-nos agora compreender de que forma, e até que ponto, coexistem ou divergem estas diferentes culturas, e principalmente o modo como se apropriam do espaço público. Esta análise é baseada fundamentalmente na observação *in loco*, apoiada também por investigações semelhantes realizadas anteriormente nesta área. Foram feitas várias visitas ao local, e realizada uma recolha fotográfica, e o registo num caderno de notas dos pormenores observados. Foi tido como base a ideia de que a compreensão das dinâmicas de utilização e apropriação do espaço público passa por *desconstruir* esse espaço de vários pontos de vista. Magnani (in Menezes, 2009), defende que para o fazer é necessário observar os utilizadores, as suas práticas e representações, as regularidades de tempo, usos e formas de apropriação, e as referências socioculturais.

Na área em estudo, as culturas predominantes, para além da portuguesa, são a indiana, chinesa, brasileira, cigana e africana¹². Referimo-nos aqui às culturas presentes no dia-a-dia dos espaços públicos, e não à população residente, uma vez que não são só os residentes que usufruem do espaço público envolvente à sua zona de habitação. No entanto reconhecemos que este é também o espaço de residência para diversas culturas, como referido numa reportagem no jornal Expresso acerca da Rua do Benfornoso, constituída por *pouco menos de 500 metros de extensão, mas neles vivem 1500 pessoas de mais de 40 nacionalidades diferentes, segundo os registos oficiais. Haverá várias outras, porque este continua a ser um ponto de abrigo de muitos imigrantes ilegais que chegam à capital* (Marques, 2016).

Para além das origens enumeradas, existem outras culturas nesta área, desde paquistaneses e bangladeshianos por exemplo (Fonseca *et al*, 2011).

¹² É necessário ter em conta, que em cada cultura existe ainda uma multiplicidade de sub-culturas.

DIFERENÇAS E RELAÇÃO ENTRE CULTURAS

Apesar desta área ser reconhecida pela sua multiculturalidade, e da praça do Martim Moniz ser considerada a praça mais multicultural da cidade (Marques, 2016), não significa que estas culturas se compreendam inteiramente e interajam umas com as outras, e ainda menos que se distribuam por este espaço da mesma forma. Assim, começamos por analisar a forma e os locais onde as diferentes culturas se encontram, do Martim Moniz à Almirante Reis.

. INDIANOS, AFRICANOS, CIGANOS E PORTUGUESES

Chegando assim ao espaço que conhecemos atualmente (2017), onde a cultura indiana é aquela mais visível no espaço público - encontramos indianos desde a Praça da Figueira, até à Igreja dos Anjos, um pouco por toda a parte. No entanto esta cultura é representada no espaço público, quase exclusivamente, por homens. Este é um reflexo da própria cultura, marcada pelos seus costumes e valores que colocam o homem como superior à mulher, onde *as mulheres são criadas recatadamente para se casarem e ficam trancadas em casa na maior parte do tempo para se preservarem* (Antunes, 2012). Em todas as visitas efetuadas à área de estudo, foram poucas aquelas em que vimos mulheres indianas paradas a conversar na rua ou na praça, e quando o mesmo se verifica, estas estão sempre acompanhadas por homens. Para além destas situações, podemos apenas encontrar mulheres indianas dentro das respetivas lojas ou restaurantes, mas também maioritariamente acompanhadas por homens.

A realidade das mulheres indianas que vivem em Lisboa, não é muito diferente da relatada pela repórter Luiza Antunes, referida anteriormente. No dia 18 de março de 2017 realizou-se, na Praça do Martim Moniz, a quarta edição do *Bollywood Holi*. Esta festa alusiva ao festival *Holi*, realizado na Índia para



Fig. 87. Fotografia de dançarinas indianas no festival *Bollywood Holi* na praça do Martim Moniz, 2017.

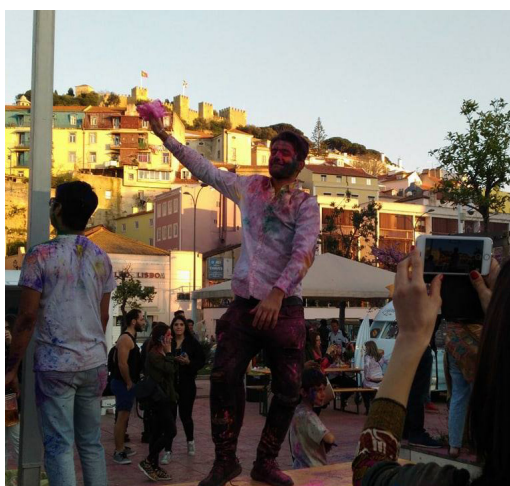


Fig. 88. Fotografia de um indiano a dançar - *Bollywood Holi* na praça do Martim Moniz.

celebrar a chegada da primavera, tem neste caso o objetivo de promover a paz e a integração de diferentes culturas, através da apresentação de danças típicas indianas, muita música, comida e a explosão de cores causada pelos pós de cores vendidos para serem atirados ao ar, ou aos outros (Miranda, 2017).

Foi possível comparecer a esta festa e conversar com uma dançarina portuguesa, pertencente a uma companhia de danças indianas onde convive com as bailarinas dessa cultura, que relatou a felicidade e ansiedade das mulheres indianas, não apenas das bailarinas, pela realização desta festa, uma vez que é um dos poucos dias em que podem sair à rua, dançar e divertirem-se.

Enquanto as mulheres são recatadas, e não as ouvimos rir ou conversar alto, os homens estão à vontade. Não são a cultura que fala mais alto, esses são os africanos, no entanto conseguimos ouvi-los bem, e o fato de estarem sempre em grupos ou em pares, torna-os mais notados.

Em seguida, outra cultura marcante no espaço público em estudo, é a africana. Não faremos aqui a distinção de país de origem¹³, uma vez que os africanos acabam por se unir no espaço, independentemente do seu país. Estes, também representados maioritariamente por homens, fazem sentir a sua presença, pelo volume alto que utilizam para conversar entre si, as gargalhadas estridentes e às vezes a música a acompanhar. Tal como o caso anterior, também os africanos se reúnem quase sempre em grupos ou pares, no entanto por vezes é possível encontrar um ou outro sozinho a comer ou descansar. No caso das mulheres africanas estas são vistas mais de passagem e não tanto em permanência na zona.

¹³ Não será especificada esta distinção, por ser difícil de realizar com precisão através da observação.

Os ciganos, apesar de percorrerem e muitas vezes venderem nesta zona, acabam por não se destacar tanto no espaço público, uma vez que são um grupo em constante passagem, e não permanecem muito para além do interior dos estabelecimentos comerciais. Da mesma forma, os chineses, apesar da sua forte presença a nível comercial, não usufruem ou permanecem no espaço público. Podemos encontrá-los, tanto homens como mulheres, e quase sempre são os donos, no interior das lojas onde trabalham ou à porta das mesmas. Porém não os encontramos reunidos, ou mesmo sozinhos, numa praça ou esplanada por exemplo.

Por último, os portugueses, com diversos estabelecimentos e sempre em circulação na área. Relativamente a restaurantes, cafés e esplanadas, frequentam maioritariamente aqueles que não pertencem à comunidade estrangeira. São poucos os portugueses que encontramos sentados na esplanada de um restaurante de *Kebab's*, no entanto na cadeia *Padaria Portuguesa* ou nos típicos cafés portugueses ao longo da Avenida Almirante Reis, encontramos sempre a esplanada cheia de portugueses. Porém no que diz respeito à utilização do espaço público exterior, tornam-se predominantemente um grupo de passagem. Vemos poucos portugueses sentados ao longo da Praça do Martim Moniz, a não ser na esplanada do quiosque gerido por portugueses, e mesmo praticamente nenhum, no Largo do Benfornoso. No Largo do Intendente, por outro lado, encontramos portugueses, mas sobretudo turistas.



Fig. 89. Fotografia das esplanadas da praça do Martim Moniz.



Fig. 90. Fotografia das esplanadas do Largo do Intendente.



Fig. 91. Fotografia da diversidade cultural na Rua do Benfornoso.

. COMO AS CULTURAS SE RELACIONAM ENTRE SI

Abordaremos agora da forma como estas culturas se relacionam, ou não, entre si. Como referido anteriormente, numa das visitas feitas ao local, foi possível conversar com um dos trabalhadores do edifício CASA, que nos falou um pouco sobre a forma como estas culturas convivem.

Relatou-nos que acabam sempre por existir grupos e que nem todas as culturas se dão do mesmo modo, sendo que as pessoas provenientes da Europa de Leste e os asiáticos são aqueles que mais se isolam. Contou-nos ainda acerca de um senhor asiático, que seria provavelmente japonês ou chinês, que pratica *tai-chi* junto à Igreja dos Anjos todos os dias de manhã, e é observado por muitos, no entanto nunca fala com ninguém. Por sua vez, diz-nos que os brasileiros se relacionam bastante melhor com os portugueses e as restantes culturas, à excepção dos africanos, com os quais costumam discutir com mais frequência.

Segundo o relato deste funcionário são os africanos aqueles que se dão melhor com todas as pessoas em geral. O que nos foi possível observar no local confirma esta ideia de convivência entre os africanos e as restantes culturas, e também de isolamento por parte dos asiáticos.

A vida urbana numa grande cidade é movida por estranhos entre estranhos, e há diferentes formas de coexistir. Mendes (2012), nas entrevistas que realizou no bairro da Mouraria, constatou que o *existir ao lado*, caracterizado por contatos breves ou episódicos, é a forma mais comum no bairro. As diversas culturas se relacionam também, maioritariamente, desta forma, coexistindo e convivendo umas junto às outras, sem se conhecerem realmente, existindo uma certa desconfiança e receio de mistura entre algumas (Mendes, 2012).

Outro ponto de vista, que não iremos aprofundar neste trabalho devido à sua grande complexidade, é a religião. Manuela Mendes (2012), refere como a população portuguesa reclama do barulho que os homens fazem ao reunirem-se do lado de fora da mesquita, após as orações e rituais, principalmente na época do Ramadão. Porém, um elemento da associação Renovar a Mouraria¹⁴ salientou que não existe barulho em demasia, sendo as críticas devido a uma certa xenofobia existente por parte dos portugueses e católicos. Contrariamente, e apesar de existirem na zona Igrejas Evangélicas Chinesas e os chineses frequentarem-nas, os seus cultos religiosos estão, sobretudo, ligados ao culto dos antepassados, realizando-se muitas vezes em casa com altares e práticas religiosas familiares.

Relativamente às relações comerciais e profissionais, os comerciantes portugueses acham injusto os benefícios fiscais oferecidos aos comerciantes imigrantes, refletidos numa fiscalização mais permissiva aos estabelecimentos dos mesmos (Mendes, 2012). No entanto, entre as diversas culturas imigrantes, não parecem existir conflitos.

Quando entramos no Centro Comercial da Mouraria não sentimos que existam conflitos, não querendo com isto dizer que os comerciantes sejam todos amigos, mas que pelo menos convivem em harmonia. O fato das lojas se estenderem para fora dos seus limites e dos comerciantes sentarem-se, e muitas vezes até descansarem no espaço de circulação do centro comercial, leva-os a estarem mais próximos uns dos outros.

As diferenças, e muitas vezes dificuldades de convívio e compreensão, estendem-se ao olfato, através dos diferentes temperos utilizados nas diferentes cozinhas; à audição, com os diferentes estilos musicais, mas principalmente pelas diferentes

¹⁴ Uma organização sem fins lucrativos, criada em 2008 com o objetivo de revitalizar a Mouraria a nível social, cultural, económico e turístico.

línguas faladas. Através do artigo de Mendes (2012), ficamos a conhecer o testemunho de uma das técnicas representante da Unidade de Projecto da Mouraria, que nos diz ser mais fácil comunicar e interagir com os indianos, paquistaneses e bangladeshianos pois falam minimamente inglês, enquanto a comunicação com os chineses, por não saberem falar inglês, torna-se mais difícil. Nas visitas realizadas foi possível sentir essa exata dificuldade, pois ao tentar conversar com comerciantes indianos, estes mostravam-se bastante mais recetivos e esforçavam-se para falar um pouco de português e um pouco de inglês, enquanto os chineses, apesar de se manterem simpáticos e sorridentes, na maior parte dos casos, não conseguiam comunicar muito bem.

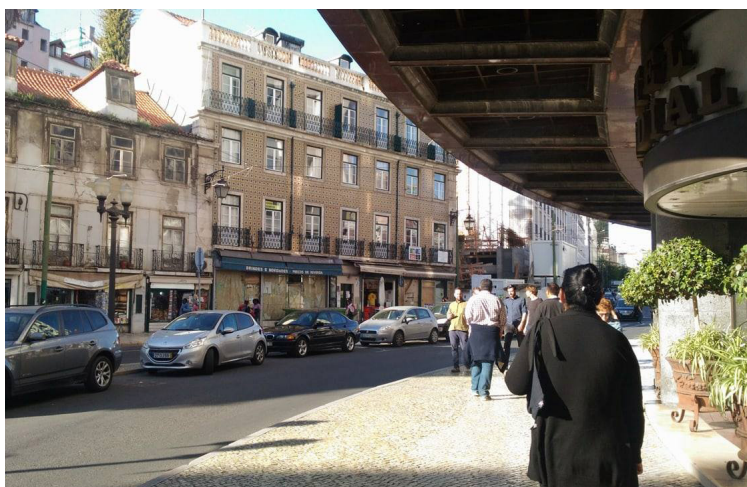


Fig. 92. Fotografia da diversidade cultural na Rua Dom Duarte- ligação ao Martim Moniz.

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Num inquérito realizado, no Martim Moniz e Mouraria, a cem portugueses e a cem imigrantes, o resultado indicou a existência de altos níveis de interação no espaço público, e um baixo número de visitas ao domicílio, tanto por parte dos portugueses como dos imigrantes (Fonseca in Mendes, 2012).

Como nos foi possível analisar ao longo deste trabalho, todos os nossos comportamentos, e a própria maneira de ver, sentir e viver um espaço, são mediados pela nossa cultura. Procuramos agora explorar a forma como as diferentes culturas se dispõem e vivem o espaço público em estudo.

O fato de encontrarmos um uso mais intensivo do espaço público por parte dos homens, já aqui mencionado anteriormente, foi também observado por Mendes (2012) e por Menezes (2009), que relatam a presença mais exposta dos homens. No entanto estes não o fazem todos da mesma forma.

Os chineses, sejam homens ou mulheres, como descrito previamente, não utilizam o espaço público para estar ou permanecer por alguns momentos, usam-no simplesmente para se deslocarem. Podemos encontrá-los sobretudo dentro das suas lojas, onde habitualmente estão acompanhados por um, ou mais, membros da sua família, tornando esse o seu espaço de convívio. Mais do que utilizarem a loja como um substituto ao espaço público, utilizam-na como uma extensão da própria casa. Talvez já todos tivemos a oportunidade de entrar numa loja de chineses e ver as crianças a brincar atrás do balcão, e às vezes mesmo no meio da loja, ou os donos, tanto homem quanto mulher, a ver um filme no computador ou a comer. Não conseguimos assim, compreender quais as necessidades ou a forma como estes indivíduos encaram o espaço, para nós público.

Legenda:

- Africanos
- Brasileiros
- Indianos
- Ciganos

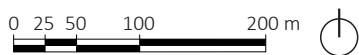


Fig. 93. Planta da disposição das diferentes culturas no espaço.



Por sua vez, os ciganos, apesar de em menor número na área em análise, estão mais presentes no espaço público que os chineses. Vemos esta cultura maioritariamente em circulação, mas quando nos deparamos com os mesmos em permanência num espaço, tornam a sua presença bastante notável. Desde o volume alto em que conversam, ou muitas vezes gritam, ao fato de estarem normalmente em grupos de homens, ou em famílias, numerosas e com crianças. Dentro do espaço estudado neste trabalho, os locais onde os encontramos em permanência foram: em torno da Igreja dos Anjos, mais precisamente junto aos postes baixos de betão utilizados como bancos, pela falta dos mesmos na envolvente; e na Praça do Martim Moniz, por vezes mesmo no interior da praça, mas na maior parte das vezes junto às entradas do centro comercial. Os ciganos, talvez por terem o hábito de estarem envoltos pela família e muitas vezes pelo convívio entre as diversas famílias e o comércio em feiras, parecem preferir os locais mais movimentados como pontos de paragem.

Quanto aos brasileiros, apesar dos dados dos Censos de 2011 e das próprias juntas de freguesia de Arroios e Santa Maria Maior reconhecerem a existência de inúmeras pessoas dessa cultura a habitarem na área, a estadia dos mesmos no espaço público não é tão visível. A comunidade brasileira em geral apresenta um padrão de trabalho mais diversificado que as restantes culturas aqui retratadas. Desde profissionais com elevadas qualificações, a trabalhadores semi-qualificados e de baixas qualificações, espalhados por diferentes setores de atividade (Fonseca *et al*, 2011). Talvez este, e o fato de não terem a sua presença tão marcada no comércio local, como as restantes culturas, leva-os a dispersarem-se mais pelo resto da cidade. Contudo, quando os encontramos neste espaço público, estão frequentemente em torno do quiosque brasileiro na Praça do Martim Moniz.



Fig. 94. Fotografia da Rua do Benfornoso.

Contrariamente, os indianos são uma presença certa nesta área. Presentes ao longo de toda a área, esta é a cultura em maior número no espaço público. Tal como relatado anteriormente, o Largo do Intendente já não é um espaço preenchido pelas culturas imigrantes, mas sim por turistas ou portugueses. No entanto, a cultura que ainda continua a marcar a sua presença neste espaço é a indiana. Refugiam-se desta nova população que preenche a praça, dentro da instalação de Joana Vasconcelos, onde muitas vezes conversam e até partilham uma refeição. Para além disso estão muitas vezes de pé, quase sempre em grupos ou pares, a observarem as várias obras que têm sido feitas na praça e ao seu redor, com um olhar de curiosidade em relação ao futuro deste espaço tão transformado nos últimos tempos.

Nesse caso costumam posicionar-se junto ao início da Rua do Benfornoso, a rua que nos transporta, por momentos, para fora de Lisboa como refere a reportagem do Jornal Expresso: *Está-se em Lisboa, mas quase se poderia estar numa qualquer cidade do Médio e do Próximo Oriente. Se o Martim Moniz é a Chinatown de Lisboa, o Benfornoso transformou-se em Banglatown. É um mundo à parte, com todos os mundos dentro dele* (Marques, 2016). Esta rua é aquela onde podemos encontrar o maior número de indianos, e onde os mesmos parecem estar mais à vontade, sendo que alguns até olham para os portugueses com um certo ar de espanto ou desconfiança por pararem por ali. Aqui o convívio e a vida indiana transpõe os limites das lojas e dos restaurantes que preenchem a rua, e podemos vê-los a atravessar a estrada e juntarem-se à porta do restaurante ou loja de um amigo para conversarem, saudarem em alto volume os conhecidos que passam ao longo da rua, e principalmente reunirem-se no único local que lhes concede espaço para tal: o Largo do Benfornoso.

Neste espaço colorido sentimos o à vontade desta cultura, como se o espaço lhes fosse destinado, e de certa forma o é, uma vez que são eles que o preenchem e que de certo modo dele se apropriam. Riem, conversam alto, - aqui praticamente não ouvimos portugueses- repousam nos bancos e reúnem-se também em pé, em grupos junto à estrada, mas sempre observando o movimento da rua e as pessoas que nela passam, sendo esta a principal característica desta cultura. Quando os encontramos no Martim Moniz o cenário repete-se, junto aos quiosques ao longo da praça, à fonte, e mesmo nos diversos bancos à sombra, e mais uma vez, próximo à Igreja de São Domingos, no início da colina de Sant'Ana, mas em todos os casos sem as mulheres.

Por último, observamos os africanos, que juntamente com os indianos compõem a imagem predominante desta zona. Encontramos esta cultura, com base na observação feita no local, em menor quantidade que a cultura indiana, todavia a sua presença é marcante, principalmente pelo volume alto com que comunicam. Apesar de serem um dos grupos de imigrantes com maior tempo de permanência no país, apresentam ainda um alto número de indivíduos com baixo nível salarial e poucas qualificações. Trabalham maioritariamente nos setores da construção civil, empresas de limpeza e serviços pessoais (Fonseca *et al*, 2011), e isto reflete-se na forma como se dispõem e vivem o espaço público.

No espaço envolvente à Igreja dos Anjos, junto às saídas de ar do metro, encontrámos sempre um grupo de homens a conversar, não sempre os mesmos, mas o espaço sempre a ser utilizado. A maior parte dos homens que se reúnem neste espaço são de origem africana, mas alguns dos outros são indianos e muito poucos brasileiros. Alguns dos africanos neste grupo aparentam ser trabalhadores na construção civil, pelas roupas sujas de tinta e as botas grossas, e parecem utilizar este espaço para se reunirem, descansar e conviver após o trabalho ou nas pausas



Fig. 95. Fotografia da Rua e Largo do Benfornoso.



Fig. 96 e 97. Fotografias da Igreja dos Anjos- pessoas sentadas nas escadas da igreja e nos pilares baixos.

do almoço. Há no entanto um grupo de homens que podem talvez ser desempregados, uma vez que permanecem no espaço por muito tempo, mesmo a meio do dia e da semana, sem mostrarem qualquer preocupação com horários.

Para além deste cenário, os africanos estão também presentes na Rua do Benfornoso, em minoria significativa relativamente aos indianos. No entanto, não parece existir qualquer tipo de conflito entre os dois grupos, alguns misturam-se e convivem, enquanto outros mostram-se apenas indiferentes. Junto ao início da colina de Sant'Ana encontramos dezenas de africanos, sempre à sombra, e uma vez que não existem muitos locais para sentar, por vezes sentam-se mesmo no chão por baixo das árvores, enquanto observam o movimento. Finalmente, na Praça do Martim Moniz, ocupam todos os tipos de lugares, ao sol ou à sombra, mas maioritariamente sentados. Uma das poucas situações em que os encontramos a conviver de pé, é junto aos quiosques, ao conversarem com conhecidos, ou amigos.

Assim, como referido anteriormente, as principais características desta cultura são: a preferência por um lugar de repouso, sentados; e o elevado volume de voz que utilizam para conversar, sendo que várias vezes quase gritam, transmitindo alguma dúvida se estarão contentes ou irritados. Esta intensidade espelha-se também no uso do espaço, através da necessidade de ocupar bastante espaço, quando estão em grupos, ou na forma como se posicionam em locais com boa visibilidade e observam atentamente os restantes quando estão sozinhos.

5.3. DIAGNÓSTICO CULTURAL E SOCIAL

Lisboa, uma cidade caracterizada por ter uma população nativa envelhecida que convive com uma comunidade diversificada de imigrantes, com raízes culturais e experiências sociais diversificadas. Esta população, com origens de países e continentes diversos, possuem diferentes crenças, falam línguas distintas e sentem de forma diversa (Fonseca *et al*, 2011).

Consequentemente, isto manifesta-se de várias formas na paisagem urbana, através de bairros onde se concentram imigrantes e minorias étnicas; da presença de vários estabelecimentos de comércio étnico; da diversidade de formas de vestuário; dos cheiros e sabores das cozinhas tradicionais de várias regiões; da sonoridade das línguas e músicas que ouvimos no espaço público; e das formas de expressão artística e cultural (Malheiros in Fonseca *et al*, 2011).

Mas, estes espaços urbanos, estão também associados à pobreza, marginalidade, boémia e insegurança. Relativamente à nossa zona de estudo a ideia de pobreza e insegurança, que levou a população portuguesa a preferir outros espaços públicos da cidade, está a mudar com as diversas obras, eventos e iniciativas que aí têm vindo a ser implementadas.

Com o trabalho de campo realizado, foi possível compreender um pouco as diversas formas e locais onde as culturas se posicionam neste espaço. Presentes em diversos pontos, sendo os principais a Igreja dos Anjos, Rua do Benfornoso, Martim Moniz e início da colina de Sant'Ana.

Os principais grupos que utilizam o espaço público em análise são os indianos e africanos, sendo possível encontrar pontos em comum entre eles. As principais características comuns a ambos são a intensidade e volume com que comunicam e a maneira como gostam de observar os restantes utilizadores do espaço, quer os que estão de passagem, que os que aí permanecem.



Fig. 98. Fotografia da pintura na parede do Largo do Benfornoso, "Comida é cultura" nas diversas línguas faladas na zona.

No entanto, não é por preferirem observar a movimentação, que preferem a Rua da Palma e a Avenida Almirante Reis para parar, - o eixo com mais movimento- talvez porque o próprio eixo carece de espaços de paragem. Neste eixo, podemos encontrar estes grupos por vezes parados junto às saídas do metro, por serem os únicos momentos em que o passeio tem algum espaço onde podem permanecer sem bloquear a passagem. As restantes culturas, como a brasileira, chinesa e portuguesa, apesar de não serem tão notáveis em permanência no espaço, possuem também as suas próprias formas de utilizar o espaço, como relatado anteriormente.

Os espaços públicos de eleição das culturas imigrantes em geral, estão associados a espaços de grande movimento comercial ou de restauração, como a Rua do Benfornoso e o Martim Moniz, ou ainda a equipamentos religiosos, como a Igreja dos Anjos e a Igreja de São Domingos, não pela religião que representam, mas, provavelmente por gerarem um espaço livre, vazio, ao seu redor.

Agora que conhecemos um pouco melhor a componente humana, tendo anteriormente estudado a componente física do espaço, pretendemos cruzar as duas, compreender e explorar de que maneira uma pode influenciar a outra.



6- A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NO PROJETO URBANO

Como pudemos concluir através da bibliografia analisada e da análise do espaço em estudo, o espaço público não resulta apenas de um projeto, ou de lógicas económicas a eles subjacentes, pois existe um processo de construção social do espaço, onde entram os valores das culturas presentes e as suas formas de apropriação (Menezes, 2009).

A existência de populações com várias culturas no mesmo espaço público e a proximidade física entre as mesmas, não implica necessariamente a existência de uma proximidade social. Pesquisas realizadas acerca da coexistência de diferentes grupos sociais e culturais no mesmo espaço, mostram a dificuldade na gestão das relações entre os mesmos, devido ao conflito de práticas e valores. Grande parte destas divergências devem-se apenas à falta de compreensão dos diferentes comportamentos existentes, pois práticas naturais para uns, podem ser reprovadas por outros (Castro, 2002).

Se, por um lado, a diversidade cultural afasta e cria conflitos entre os indivíduos, pode também ser uma ferramenta na resolução destes e na melhoria do espaço público. No entanto, George Yúdice diz que é necessário algum cuidado na utilização da componente cultural para a resolução de conflitos sociais, uma vez que a realidade cultural atual, exige uma gestão da diversidade existente a um nível globalmente complexo, implicando um bom conhecimento das culturas em causa e muito trabalho com os vários intervenientes no local.

Apesar de todas as dificuldades envolvidas, na interação de culturas diferentes, defende-se neste trabalho, seguindo a esteira de Levi-Strauss, a necessidade das cidades se tornarem mais inclusivas e serem reconhecidas pela sua riqueza multicultural. Bairros multiculturais que se encontravam em declínio social e económico têm sido alvos de regeneração, através da sua promoção como símbolos culturais, espaços criativos e representantes do cosmopolitismo (Caldas, 2014).

Este processo verificou-se, e verifica-se ainda, na zona em estudo, onde toda a área, mas em especial no bairro da Mouraria que é utilizado como ícone da multiculturalidade existente na cidade de Lisboa. Porém, este processo não é simples, e pode muitas vezes criar ilhas sociais e culturais que não permitem, ou não convidam, a trocas entre culturas, e que assim não atingem os objetivos inclusivos.

Como referido, a riqueza multicultural das cidades tem vindo a ser encarada de forma positiva e como uma mais-valia para as mesmas, utilizando a política cultural como instrumento na reestruturação e melhoria das cidades, e como elemento essencial no planeamento urbano, para tornar estas mais atrativas à economia global (Evans in Caldas, 2014).

Posto isto, com o intuito de perceber qual o papel e importância da cultura nas estratégias urbanas atuais, analisaremos o uso da mesma como ferramenta, a nível internacional, nacional, chegando por fim ao espaço público em estudo: Do Martim Moniz à Almirante Reis.

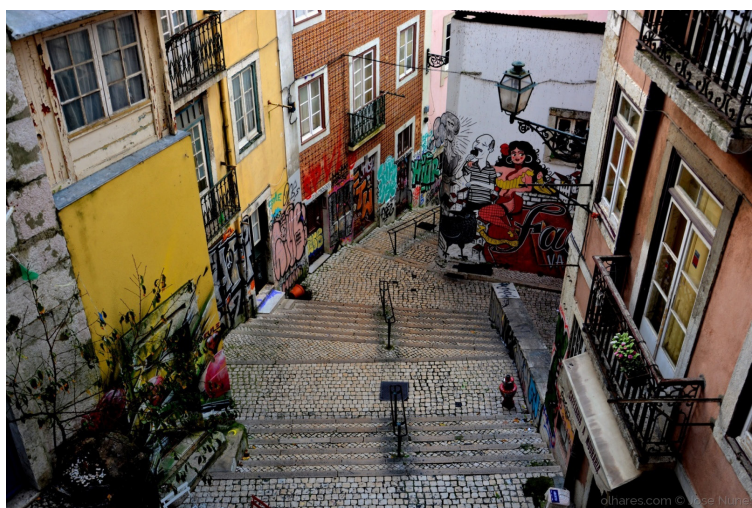


Fig. 99. Fotografia das escadinhas de São Cristóvão- com pintura alusiva à cultura do fado na Mouraria.

6.1. INICIATIVAS INTERNACIONAIS

Existem iniciativas internacionais desenvolvidas tendo em conta a multiculturalidade atual das cidades e a sua importância no projeto urbano, e ainda relatórios produzidos por organizações como a UNESCO ou a União Europeia com a intenção de defender o investimento na cultura através da transmissão de valores de inclusão e tolerância, coesão social, promoção económica, criatividade e inovação. Dentro do amplo conceito de cultura, a diversidade cultural ocupa um local central, desde a sua proteção, à sua promoção (Caldas, 2014).

Sobre o tipo de iniciativas a desenvolver, seguimos a posição da UNESCO que defende ser essencial que estas possuam uma lógica *bottom-up*, ou seja, que tenham como ponto de partida as instituições mais próximas dos cidadãos, envolvendo e informando a população das intenções e ideias, para evitar a realização de projetos que não cumpram as reais necessidades das mesmas (UNESCO in Caldas, 2014).

A UE realça a importância que as diversas manifestações culturais têm ganho, e as vantagens que a cultura poderá trazer para um desenvolvimento sustentável das cidades. Sob essa visão, é assim criada a *Rede Europeia de Cidades Interculturais*, da qual Lisboa faz parte, juntamente com várias outras cidades da Europa, com o objetivo de apoiar as cidades membro no desenvolvimento de estratégias interculturais, no que toca à gestão da diversidade e integração dos imigrantes e minorias (CML, 2011). Neste âmbito têm sido reunidas diversas experiências urbanas, utilizadas para formar um *manual de boas práticas*. Portugal está mencionado no mesmo, com o *Programa Local de Integração dos Imigrantes* implementado em Lisboa. Este programa instaurou, entre outras medidas, a criação do *Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos*, que foi responsável por vários projetos com foco na componente cultura, desenvolvidos na zona de estudo, como por exemplo o festival *TODOS - Caminhada de Culturas* (Caldas, 2014).



Fig. 100. Logotipo da 9ª edição do festival TODOS - Caminhada de culturas.

O movimento *Capital Europeia da Cultura*, também criado pela UE, tem o intuito de promover a cultura de uma cidade anualmente designada, divulgando assim a pluralidade cultural europeia. Inicialmente denominado *Cidade Europeia da Cultura*, este projeto foi iniciado em 1983 e desde então o seu conceito de cultura torna-se cada vez mais amplo, à medida que as capitais nomeadas despertam novas oportunidades que a designação apresenta (Corijn e Van Praet in Fortuna, 1997).

Esta iniciativa não tem o intuito de encontrar uma cultura europeia homogénea, mas pelo contrário valorizar a diversidade cultural, tanto dentro de cada cidade como a nível europeu. Assim, foram já escolhidas cidades históricas, como Atenas e Florença, pela sua contribuição de longa data à cultura, sendo destinos turísticos de massa; centros culturais, como Paris, Madrid, Berlim e Amsterdão, por serem cidades que ao longo do tempo se estabeleceram como importantes centros de produção e consumo de cultura; foi realizado ainda um projeto de enobrecimento urbano na cidade de Glasgow, que utilizou a cultura como ferramenta para melhorar e reconstruir a imagem da cidade; dentro deste programa foi ainda planeado um acontecimento efémero: um festival cultural local em Dublin.

Em Portugal já foram eleitas Lisboa em 1994, - onde foram realizados 800 acontecimentos culturais ao longo do ano, desde música, cinema, teatro, dança, exposições, etc.- Porto em 2001, - onde investiu-se na recuperação e construção do espaço público da cidade, entre os quais o edifício da Casa da Música do arquiteto Rem Koolhaas é o mais conhecido- e Guimarães em 2012 - onde foram construídos novos edifícios, requalificados símbolos da cidade e realizadas obras que deram um novo fôlego à cidade (Eurocid, 2017).



Fig. 101. Fotografia de Florença, Itália - Capital Europeia da Cultura em 1986.

No entanto, ao contrário da iniciativa anteriormente referida, que tem a diversidade de origens culturais como foco, e procura apoiar e facilitar a sua integração, este movimento não tem tanto em conta os imigrantes e a diversidade de culturas existentes dentro de cada cidade.



Fig. 102. Fotografia de Amsterdão, Holanda - Capital Europeia da cultura em 1987.



Fig. 103. Fotografia de Glasgow, Reino Unido. Capital Europeia da Cultura em 1990.

6.2. INICIATIVAS NACIONAIS

Estes programas e iniciativas a nível europeu levaram à criação, em Portugal, do programa *Capitais Nacionais da Cultura*, iniciado com a cidade de Coimbra em 2004 e Faro em 2005. Porém, a ministra da cultura terminou este programa em 2006, alegando que as cidades não tinham sido renovadas através da cultura e que não houve retorno financeiro do investimento feito (Agência Lusa, 2006).

Com o intuito de refletir acerca das diversas questões colocadas a nível internacional nos programas mencionados anteriormente, e de colocar essas questões no contexto da cidade de Lisboa, surge o estudo *Estratégias para a Cultura em Lisboa* (Caldas, 2014).

O estudo foi requerido pela Câmara Municipal de Lisboa, ao centro de estudos Dinâmia/ISCTE primeiramente em 2009. Foi posteriormente atualizado em 2017, sendo a equipa coordenada pelo professor Pedro Costa, do ISCTE. Este estudo é o resultado de um trabalho de auscultação pública, diagnóstico e análise, tendo a cultura como eixo fundamental para o planeamento da cidade (Costa in Caldas, 2014).

Trata-se de um documento extenso, que através do levantamento dos principais agentes, eventos e espaços culturais do concelho; do levantamento de estudos sobre a cultura em Lisboa; da análise de informação estatística; e a partir da auscultação dos agentes, entrevistas e workshops, chega a uma análise SWOT como síntese do documento (Costa, 2017). Não iremos aqui analisar extensamente ou detalhar todo o documento, procuramos apenas salientar os pontos relevantes para este trabalho.

O estudo defende que a CML não deve funcionar como entidade determinadora de tudo, mas sim como mediadora e facilitadora de atividades. Para tal é necessário que a câmara invista em capacitar os agentes locais, de forma a contribuir para o trabalho do território numa lógica *bottom-up*.



Fig. 104. Fotografia de Coimbra, Portugal - Capital Nacional da Cultura em 2004.

É também salientada a importância da melhoria de uma relação mais estreita entre a CML e as universidades.

Concluindo com a análise SWOT, dividida em diversos parâmetros, o estudo aponta como pontos fortes, entre outros, as experiências bem-sucedidas de colaboração entre estruturas e equipamentos na governança cultural da cidade; o património vasto que atrai visitantes nacionais e internacionais; a maior vivência de espaço público que se tem verificado na cidade; e a existência de novos públicos da cultura na cidade; porém enuncia como pontos fracos a falta de melhoria na integração dos estrangeiros residentes em Lisboa; a ausência de uma rede de centros culturais de proximidade; o desconhecimento do público e das suas características e necessidades; e a concentração de oferta cultural no centro da cidade.

São apresentadas como oportunidades o facto da cultura constituir uma aposta na melhoria e regeneração do espaço público; a potencial articulação da cultura com outros setores de atuação da câmara; e a existência de inúmeros espaços abandonados, devolutos ou vazios, com potencial para o desenvolvimento de atividades culturais, entre muitos outros; no entanto, como ameaças, é necessário ter atenção a possíveis tensões na apropriação do espaço público; ao risco da instrumentalização da cultura em nome de outros objetivos; ao excesso de artificialização da identidade da cidade; e da não apropriação das ofertas culturais à população residente (Costa, 2017).

Este documento, no âmbito da reflexão sobre as questões de planeamento da cidade de Lisboa, tornou-se um dos principais instrumentos para a elaboração da *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024*.

Esta tem como base seis questões para a cidade, abrangendo questões de governança, económicas, ambientais, sociais e culturais, das quais iremos apenas salientar aquelas dentro da temática em estudo: *Como tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva para todos?*; *Como afirmar a identidade de Lisboa, num mundo globalizado?*; e *Como transformar Lisboa numa cidade inovadora, criativa e capaz de competir num contexto global, gerando riqueza e emprego?* (CML, 2009).

A carta estabelece como estratégia de resposta às questões lançadas, a cumulatividade e continuidade de políticas públicas sobre a cidade, a necessidade de reassumir a sua centralidade, uma divisão administrativa da cidade em bairros e a geração de novas oportunidades e novos percursos.

São apresentadas como oportunidades de resposta à primeira questão aqui salientada, a qualificação do espaço público para combater a *guetização social e o enclave étnico*, e a valorização da multiculturalidade e transculturalidade nas dinâmicas urbanas de Lisboa. As respostas à segunda questão, apesar de mencionarem a identidade da cidade, ignoram as diferentes culturas que preenchem a mesma atualmente, apostando principalmente na história e património da cidade como promoção e afirmação da mesma internacionalmente. Como resposta à intenção de tornar a cidade de Lisboa numa cidade dinâmica, inovadora e criativa, são mencionadas a dinamização de atividades culturais e a sua articulação com processos de regeneração urbana; a multiculturalidade e transculturalidade como meios de afirmar a cidade no globo; e a diversidade étnica como forte potencial económico, através do comércio étnico e restauração (CML, 2009).

Trata-se assim de um documento estratégico bastante completo, que olha para a cidade sob vários aspetos e procura dar respostas

a todos eles, incluindo o espaço público e as questões culturais, mesmo que não em primeiro plano.

Por último, o Plano Diretor Municipal de Lisboa de 2012 tem como base sete objetivos: *atrair mais habitantes; captar mais empresas e empregos; impulsionar a reabilitação urbana; qualificar o espaço público; devolver a frente ribeirinha às pessoas; promover a mobilidade sustentável; e incentivar a eficiência ambiental* (CML, 2003).

O PDM pretende estabelecer diretrizes para a cidade, assumindo-se como um documento estratégico que regula as condições de processo a gestão da cidade, de fluxos de pessoas e mercadorias e como estas se relacionam com o território. Este documento tem como modelo uma cidade que se preocupa principalmente com as pessoas que nela habitam, trabalham e estudam, na segurança e conforto das mesmas, no reforço dos laços comunitários e no desenvolvimento criativo e geração de riqueza.

É apontado que para construirmos uma melhor cidade, é preciso valorizar, entre outros aspetos, a interculturalidade e dinâmica crescente da economia cultural, mas é ao mesmo tempo necessário reduzir diversas debilidades, entre elas a inadequação, insegurança, e desconforto do espaço público para a deslocação dos peões. São identificadas quatro áreas estruturantes da cidade, sendo uma delas a Baixa pombalina e os eixos da Avenida da Liberdade e Almirante Reis caracterizadas como peças chave na revitalização da parte consolidada da cidade.

6.3. DO MARTIM MONIZ À ALMIRANTE REIS

Como vimos, existem várias preocupações com a componente cultural, tanto a nível internacional, como nacional, por isso iremos analisar onde e como se enquadra o território em estudo nessas políticas e iniciativas.

O estudo referido anteriormente, *Estratégias para a Cultura em Lisboa 2017*, analisa dois casos de estudo, procurando compreender como as dinâmicas culturais se estendem na cidade para lá da visão setorial ou de fronteiras largas (como as das Juntas de Freguesia ou das Unidades de Intervenção territorial¹⁵) e observar o habitante da cidade, individualmente considerado ou agregado a seus pares (Costa, 2017, p. 204). Um dos territórios escolhidos corresponde ao nosso objeto empírico neste trabalho: o eixo da Avenida Almirante Reis. O relatório refere que devido à centralidade e potencialidade deste eixo, as respostas da Câmara Municipal de Lisboa para este espaço foram também singulares (como a mudança do gabinete do Presidente da Câmara para o Largo do Intendente), contribuindo para o aumento de espaços de produção e criação cultural nesta zona (Ver Fig.87).

Uma parte considerável destes espaços são sustentados de forma autogestionada, através das atividades e serviços que oferecem, ou por exemplo através de serviços complementares como a restauração. São exemplos a *Sem Tempo Cra* (antigo Clube Recreativo dos Anjos), *Recreativa dos Anjos* e a sua biblioteca, *Pessoa e Companhia*, *Casa da Covilhã*, *Casa dos Amigos do Minho*, *Sport Clube Intendente*, entre outros. Os estabelecimentos mais antigos tiveram de se adaptar às dinâmicas atuais. Por exemplo o *Sport Clube do Intendente*, a *Casa da Covilhã* e a *Casa dos Amigos do Minho* acolhem frequentemente atividades culturais de coletivos que não têm sede nesta área, mas que procuram realizar ali as suas atividades (Costa, 2017).

¹⁵ As UIT são zonas de gestão da cidade - cinco: Norte, Oriental, Centro, Ocidental e Centro Histórico - compostas por equipas multidisciplinares que trabalham próximas da população, através das juntas de freguesia, associações e moradores, para identificar problemas existentes, providenciar a resolução dos mesmos, e intervir no espaço público.



Fig. 105. Fotografia da fachada exterior e entrada do Sport Clube do Intendente, no Largo do Intendente.



Fig. 106. Fotografia do interior da Casa dos Amigos do Minho.

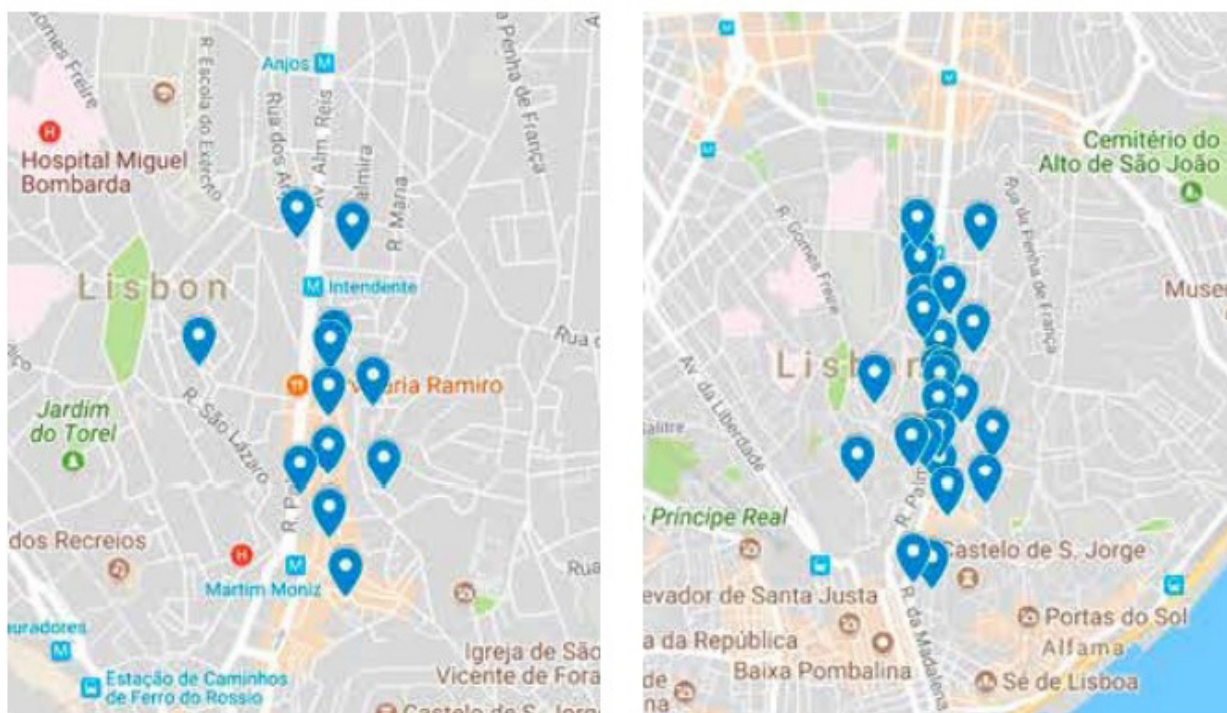


Fig. 107. Planta dos espaços culturais existentes no Eixo da Avenida Almirante Reis em 2000-2007 e 2008-2016.

Porém alguns destes espaços correm o risco de encerrar por não conseguirem resistir aos contínuos aumentos de renda, consequência da gentrificação desta área referida anteriormente.

Por sua vez no PDM de 2012, o *eixo histórico* do Martim Moniz, Rua da Palma, Avenida Almirante Reis e o vale adjacente de Arroios é descrito como um território de características bastante diversificadas. Nesse documento as ações previstas para este território têm como intuito inverter o declínio do comércio tradicional, criando atividades alternativas que promovam a revitalização económica e social dos bairros da área, sendo as intervenções já realizadas no Martim Moniz e no Largo do Intendente os primeiros passos desta estratégia. Porém, não são mencionadas as diversas culturas presentes neste território, nem o seu papel na dinâmica do mesmo.

Com este enquadramento, e com a intenção de equilibrar a ideia de tradição e imagem histórica de Lisboa, com a multiculturalidade característica da área, foi realizada a renovação da Praça do Martim Moniz em 1997. Esta intervenção procurou refletir a abertura da cidade ao mundo, providenciando experiências diversas através da valorização das culturas que circulam no espaço. Este é um exemplo dos processos de reabilitação que a Câmara Municipal de Lisboa tem no âmbito do Plano de Intervenção da Mouraria, sendo uma das estruturas centrais o *Programa de Ação QREN Mouraria – As cidades dentro da cidade* (CML, 2017b).

Este programa abrange a intervenção em espaços públicos, o investimento em equipamento social para idosos e jovens, a criação de um percurso turístico-cultural na Mouraria, a reabilitação de dezenas de fogos em edifícios de habitação municipais, a reabilitação de uma Igreja, entre outras ações sociais e culturais. Estas estão também ao abrigo de programas como o BIP-ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária)¹⁶ ou PIPARU¹⁷, às quais se encontram também associados parceiros como a *Associação Casa da Achada – Centro Mário Dionísio*, a *Associação Renovar a Mouraria*, a Associação de Turismo de Lisboa, entre outros (Caldas, 2014).

Assim, com toda esta estrutura e com a criação do *Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos*, são desenvolvidos diversos projetos e eventos que promovem a interculturalidade da zona, e da cidade de Lisboa em geral. O exemplo mais ilustrativo é o

16 Este programa, criado pela CML, funciona como instrumento de política pública municipal com o propósito de dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria nas áreas abrangidas, apoiando projetos que contribuam para o reforço da coesão socio-territorial.

17 Criado em 2009, resultou da necessidade de dar prioridade às intervenções de reabilitação urbana. Para tal, foi feita um inventário e um orçamento das intervenções a considerar na reabilitação do edificado habitacional, equipamentos e espaço e público.

festival *TODOS – Caminhada de Culturas*, iniciado em 2009, já referido no capítulo anterior.

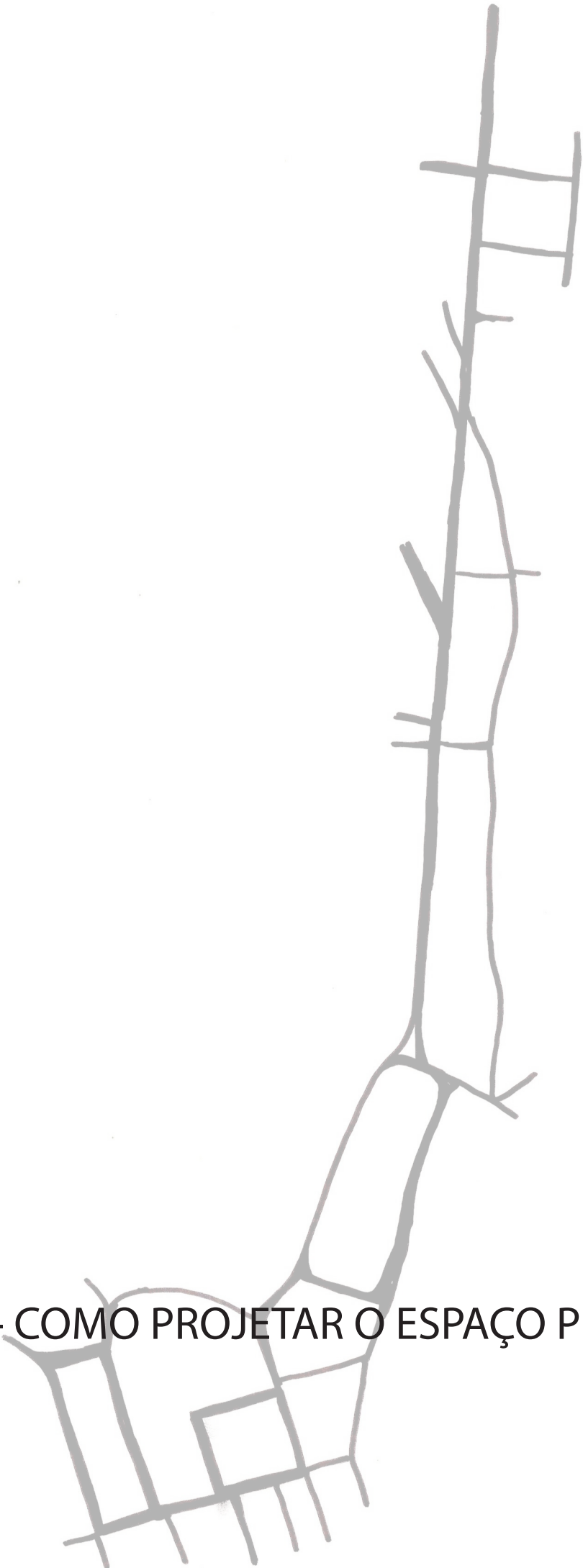
Como vemos, este território aparece mencionado em vários documentos estratégicos, onde a sua diversidade cultural e a importância da mesma em futuras intervenções é evidenciada. No entanto, é preciso compreender que todos estes funcionam apenas como diretrizes e guias, não existindo uma solução tipo a ser aplicada.



Fig. 108. Fotografia do espaço exterior da Associação Renovar a Mouraria.



Fig. 109. Logotipo Associação Renovar a Mouraria.



7- COMO PROJETAR O ESPAÇO PÚBLICO?

Mayol (in Castro, 2002) refere que é possível analisar dois aspetos da organização das vivências quotidianas no espaço público: o primeiro através dos *comportamentos visíveis* nestes espaços, como a posição do corpo, o ritmo da caminhada e a escolha dos locais preferenciais; o segundo relativo aos *benefícios simbólicos*, relacionados com a tradição cultural de cada indivíduo, expressos através da maneira como os mesmos descrevem os espaços e as suas apropriações, com discursos repletos de sentidos culturais.

Tendo em conta esta ideia, e a pesquisa realizada até então, acreditamos que antes de atuar num espaço, é necessário conhecer a sua realidade espacial e humana. Após a compreensão do conceito de espaço público, e da maneira como os indivíduos de várias culturas se apropriam do mesmo, procuraremos neste ponto do trabalho refletir sobre como projetar um espaço público tendo em conta essa diversidade cultural.

Partimos da análise de ideias e questões de alguns autores acerca deste tema, na tentativa de responder à questão colocada. Em seguida, exploramos alguns exemplos pontuais de espaços bem e mal conseguidos, tendo em conta as características socio-culturais da população e a sua relação com o espaço, de modo a compreender esta dinâmica. Por fim, procuramos aplicar esta reflexão ao território em estudo: do Martim Moniz à Almirante Reis.

7.1. SEGREGAÇÃO OU APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Não existem espaços públicos perfeitos, no entanto alguns resultam melhor que outros. Por isso, é necessário compreender as razões do sucesso, ou não, destes espaços, e como melhorá-los. Como referido, não existe uma fórmula rígida e não há nenhuma tabela que possamos utilizar para projetar um espaço público onde as pessoas interajam umas com as outras, aproximando as culturas, ou onde escolham parar e permanecer. Apresentaremos nesta fase do trabalho o pensamento de um conjunto de autores sobre esta questão e alguns exemplos sobre qual será a melhor forma de fazer e/ou pensar estes espaços.

Vários autores discutem esta temática, e alguns defendem que os problemas do espaço público começam quando dividimos a cidade por zonas, criando funcionalidades específicas para cada uma delas, impedindo que o imprevisto, natural à vivência dos espaços, aconteça (Sennett, Nunes e Jacobs por exemplo). Sennett reforça esta ideia dizendo que a função da cidade passa por *curar as divisões que a sociedade cria, por raça, classes e etnia* (Sennett, 2006, p. 1), e sendo o espaço público um dos elementos organizadores da cidade, é sua função contribuir para a superação destas *barreiras*, aproximando também pessoas de diferentes culturas.

O modo atual de construir/ fazer cidade segregando funções, homogeneizando a população, pré-definindo zonas por função – falha em fornecer à comunidade o tempo e espaço necessário para crescer (Sennett, 2006, p. 2).

Ou seja, a mistura de funções é necessária para conceder *tempo à cidade*, pois o crescimento urbano requer um diálogo entre o passado e o presente. É uma questão de transformar e não de apagar. Esta é uma questão que afeta a cidade não apenas nos aspetos urbanos e arquitetónicos, como também sociais, pois as relações também precisam de tempo para se desenvolverem.



Fig. 110. Fotografia aérea de Aracaju, Brasil, exemplo de fragmentação urbana.

Sennett (2006), seguindo o pensamento de Jane Jacobs, diz que quando a cidade se encontra desequilibrada ou socialmente fragmentada é necessário definir certas estratégias para o desenvolvimento urbano. É necessário encorajar intervenções de recuperação do edificado e a colocação de usos distintos na mesma rua. Criar uma *cidade aberta*, que, se necessário, se vai a pouco e pouco transformando, permitindo às pessoas que se adaptem gradualmente às mudanças, e permitindo à cidade adaptar-se às necessidades da população que a habita.

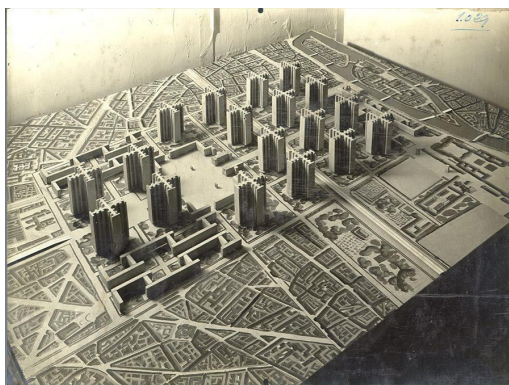


Fig. 111. Fotografia da maquete do Plan Voisin de Le Corbusier.

Segundo Jane Jacobs (2000), apesar de possuímos mais recursos tecnológicos para o planeamento urbano, as cidades atuais levam cada vez mais à segregação, fomentando o individualismo. Esses recursos, ao facilitarem o desenho por um lado, levaram, por outro, ao excesso de determinação dos espaços públicos e da cidade em geral, sendo, segundo a autora, um dos principais problemas que enfrentamos atualmente. Trata-se de um excesso a nível formal, com consequências a nível social, levando a uma perda de vitalidade da imaginação urbana. Este fenómeno deve-se a um desejo de ordem e controlo, e à ambição de definições precisas das funções do espaço.

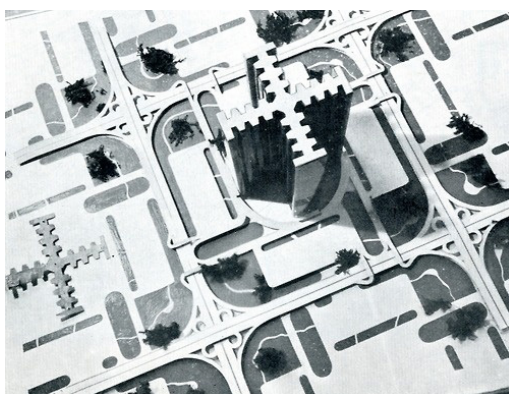


Fig. 112. Fotografia da maquete do excesso de determinação do Plan Voisin de Le Corbusier.

Sennett (2006) defende que falta ao urbanismo, e consequentemente ao espaço público criado, um sentido de tempo, não tanto do passado ou do presente, mas sim do tempo futuro, sendo necessário entender a cidade como um processo de transformação constante, e este excesso de determinação não o permite. O caso do *Plan Voisin* de Le Corbusier, é um exemplo de um projeto onde se propõe a destruição dos elementos da cidade que produzem mudança ao longo do tempo, uma vez que elimina todo o tipo de *vida não regulada* através da determinação total dos espaços. Não devemos determinar todos os usos de um espaço, porque assim eliminamos a capacidade local de inovação e crescimento, congelando a cidade, ou o espaço, no tempo (Sennett, 2006).

Para evitar isso, é necessário criar *espaços responsivos*. Entende-se por *responsividade* a capacidade de um espaço suportar uma relação interativa com os seus utilizadores, permitindo acomodar diferentes usos, acompanhando a evolução das necessidades dos mesmos (Pinto e Callado in Ramos, 2016). Espaços assim facilitam a sua apropriação por diferentes tipos de utilizadores, e consequentemente de culturas. Para melhor compreendermos este tipo de espaço e a possibilidade de apropriação que lhe está inerente apresentamos como exemplo o caso relatado pelo sociólogo João Pedro Nunes (2012):

Num bairro residencial, um grupo de reformados começa a reunir-se diariamente num jardim para jogar às cartas. Estes utilizavam os bancos de jardim, que se encontravam na principal avenida do bairro, e um pedaço de cartão como mesa. Em seguida, passaram a jogar em cima de uma caixa de eletricidade e de um banco de arrumos pertencente ao quiosque próximo do local. Porém, este era um espaço reduzido na avenida privilegiada do bairro, utilizada não só por moradores mas também por visitantes. Entretanto os jogadores entraram em contacto com o proprietário de um café com esplanada, conseguindo assim duas mesas e oito cadeiras, o que lhes permitiu estabelecerem-se naquele espaço, movimentando as suas mesas conforme necessário (sol, vento, etc). Concluindo, estes senhores criaram um novo espaço público dentro daquela avenida, e começaram a reunir pessoas em seu redor. As pessoas que passavam ao fim do dia paravam para olhar o jogo, fazer comentários, e por vezes tornavam-se também participantes no mesmo. É este tipo de espaço público, que permite diferentes apropriações e abordagens por parte dos utilizadores, que defendemos. O arquiteto pensa, projeta e constrói, porém muitas vezes o que foi planeado não corresponde à utilização dada pelas pessoas, ou às suas necessidades.

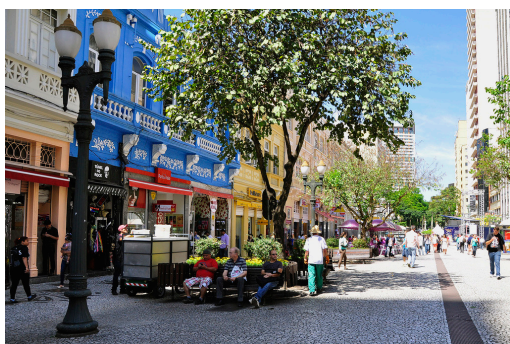


Fig. 113. Fotografia de um espaço urbano que mistura funções: passear, estar, comércio.

Não só um espaço público, mas também uma área urbana deve ser planeada tendo em conta não só as características da população que a habita, como também permitindo que futuramente essa população se aproprie do espaço de outra forma, ou que caso o tipo de população se altere, a mesma se consiga adaptar.

A cidade deve ser vivida, e projetada, como um *espaço narrativo*, onde as coisas vão acontecendo e sucedendo-se umas às outras de forma contínua. Para isso é necessário conceber fronteiras fracas em vez de muros sólidos, para que, tal como aconteceu no caso dos reformados que jogavam às cartas, os espaços se adaptem à população e se transformem ao longo do tempo.

Por outro lado, seguindo o pensamento de Sennett e Brandão, o espaço público deve apagar as marcas de zonamento fixo da cidade, como por exemplo entre zonas residenciais, de escritórios ou industriais. Defende-se pelo contrário que nele deve ter prioridade: a mistura de funções e pessoas, a heterogeneidade e a presença de diferentes grupos sociais, facilitando o funcionamento urbano (Brandão e Remesar, 2000).

Elizagarate (in Brandão e Remesar, 2000) procura resumir em tabela o estudo realizado acerca de estratégias que deveriam ser adotadas ao intervir num espaço público, consoante o problema do mesmo. A tabela (Quadro 7), e a análise realizada, explora diferentes problemáticas em torno destes espaços, no entanto iremos apenas referir as *Estratégias de Apropriação*, por serem aquelas que se enquadram na pesquisa deste trabalho.

Segundo Victoria de Elizagarate, quando são procuradas estratégias em torno da problemática de apropriação do espaço, devem-se estimular condições que facilitem a presença de diferentes utilizadores e a interação entre eles, ou, do ponto de vista da gestão do espaço, que seja facilitada a intervenção dos utilizadores nas decisões sobre o espaço e os seus usos.

1. Estratégias de conhecimento	1a. Identificação e nomeação	Promover opções de toponímia reconhecidas por um maior consenso social, através do envolvimento de atores locais
	1b. Narrativa	Divulgação de discursos sobre os lugares e os elementos de tradição, de natureza literária, monográfica ou outra
2. Estratégias de legibilidade	2.a. Sentido de paisagem e <i>espírito do lugar</i>	Sublinhar potencialidades do lugar decorrentes de valores paisagísticos permanentes no lugar
	2.b. Referência urbana, forma, escala e centralidade	Sublinhar um caráter urbano acentuando nos mapas mentais as referências estruturantes do espaço
	2.c. Imagem e visibilidade	Reforçar o caráter icônico de <i>landmarks</i> de melhor qualidade visual, ou melhorar relações com o seu entorno
3. Estratégias de apropriação	3.a. Vivências, usos e utilidades	Estimular as condições que facilitem a presença de diferentes utilizadores no espaço e a sua interação
	3.b. Gestão, participação	Facilitar a intervenção dos utilizadores em decisões sobre a gestão do espaço e seu uso permanente ou temporário
4. Estratégias de celebração	4.a. Evocação, comemoração	Processos envolventes da comunidade, celebrando acontecimentos, ciclos naturais ou outros relevantes
	4.b. História	Estudos e testemunhos da história local, explicação da evolução da forma dos lugares em diferentes períodos
5. Estratégias de projeção e renovação	5.a. Inovação	Estímulo a processos de renovação da identidade com proposta de valores de inovação positivos
	5.b. Criatividade, valor artístico, estética	Ações de processos de valorização da qualidade plástica com a recriação artística da imagem do espaço
6. Estratégias de significação	6.a. Simbolismo	Monumentalização do espaço associada a elementos de significação com referentes simbólicos
	6.b. Marca, tema	Programação e construção de uma imagem de identidade visando públicos e conteúdos preestabelecidos com autenticidade

Mas como fazê-lo quando atuamos num território cada vez mais pautado pela diversidade cultural? Featherstone (in Fortuna, 1997) responde dizendo que devemos utilizar aquilo a que chama *terceiras culturas*, um espaço cultural de encontro tanto discursivo como interativo, que constitui um meio de descodificação dos modos de expressão e representação da sociedade. O convívio multicultural e étnico não deixará de implicar desafios múltiplos, talvez até irresolúveis, mas é necessário investir para além da forma do espaço público, é preciso estabelecer novas competências e fornecer ferramentas e conhecimentos acerca desta temática aos urbanistas e à própria população.

Quadro. 7. Estratégias de espaço público para a identidade urbana.

Soluções e intervenções radicais e em grande escala como as de Haussmann ou Cerdá¹⁸ são pouco prováveis e talvez até pouco plausíveis nos nossos dias, devido à densidade construtiva atual das cidades e à quantidade de solo privado existente (Brandão, 2002).

Atualmente as intervenções urbanas são feitas de forma unária e não sistémica, ou seja, um espaço de cada vez. No entanto é necessário compreender que uma boa solução para um espaço, pode não vir a funcionar noutra, que tenha por exemplo as mesmas dimensões mas que esteja em contexto diverso. Tenhamos como exemplo o texto de La Cecla (2011), onde o autor descreve o trabalho de campo e a pesquisa para a realização de um projeto em Sagrera, Barcelona. O projeto destinava-se a uma área em torno de um nó de tráfego numa área compreendida entre dois bairros operários e caracterizada por uma alta densidade social.

Para compreender e solucionar os impactos sociais que o projeto teria, La Cecla utiliza o método a que chama de *observação participada*, onde caminha pela área - acompanhado por um geógrafo e arquiteto, um realizador de cinema, antropólogo e arqueólogo, e uma artista de vídeo e fotografia - observando os hábitos das pessoas, os locais onde permanecem, o seu contexto, as sociabilidades, e o bom e mau dos espaços.

O autor chama assim atenção para a necessidade de conhecer o contexto e a realidade cultural e social do local a intervir, devido às diferentes formas de apropriação dos espaços, sendo para tal necessário olhar e analisar os comportamentos diários da população (La Cecla, 2011).

18 A reforma urbana de Paris de Haussmann, e o plano de Barcelona de Cerdá, são projetos que implicaram uma reestruturação e expansão profunda da cidade.

Como dito, não existe uma fórmula perfeita para o desenho ou re-desenho de um espaço público. Porém, defendemos que é necessário ter a componente humana, social e cultural como base de qualquer intervenção, para serem concebidos espaços flexíveis que permitam diversas apropriações, que concedam liberdade aos seus utilizadores e que se adaptem às transformações da cidade e da sua população. A dimensão cultural torna-se um elemento chave nestas intervenções, e uma ferramenta para a solução de problemas, porém esta não deve ser defendida visando apenas o ponto de vista económico como vimos em algumas estratégias anteriores (Ver capítulo 6). As preocupações e a viabilidade económica são cruciais para qualquer projeto, porém, ao utilizar a componente cultural com esse intuito corremos o risco de atrair apenas mais turistas, e tornar um espaço, um bairro, ou até uma cidade, num marco cultural atrativo para o mundo, mas com uma realidade e ofertas culturais desapropriadas para a população residente.



Fig. 114. Render do projeto de Sagrera, de Bohigas.

7.2. ESPAÇOS QUE UNEM, ESPAÇOS QUE SEPARAM



Fig. 115. Fotografia da Praça do Martim Moniz, exemplo de como os muros permitem sentar.



Fig. 116. Fotografia da Praça pública existente no interior do edifício Lever House, Nova Iorque.



Fig. 117. Fotografia do edifício Lever House, Nova Iorque.

O desenho da cidade e do seu espaço público tem consequências na vida das pessoas, na maneira como estas interagem umas com as outras, criando espaços de proximidade ou de afastamento. Como vimos, Richard Sennett argumenta que o urbanismo tem utilizado cada vez mais a lógica de afastar e separar partes desiguais da cidade, construindo *paredes* que as separam, em vez de fronteiras permeáveis. A cidade e a população fica assim repartida em zonas, cujas fronteiras não possuem vida e não são pensadas como território de intervenção (Sá, 2013).

Não apenas as lógicas urbanas, mas também os edifícios e elementos do espaço público podem aproximar ou separar pessoas, e consequentemente culturas. Vejamos o exemplo do muro, que pode simultaneamente dividir dois espaços e fornecer um espaço extra para sentar, tal como acontece na Praça do Martim Moniz, onde todos os muros possuem uma altura agradável para servirem de bancos de repouso e admiração da praça e daqueles que a percorrem. Desenhar e pensar um muro não é apenas limitar o acesso, o toque, ou o olhar, é tecer um limite físico, psicológico ou social. Desenhar o limite é uma das primeiras formas de organizar um espaço, pois é o contato e os percursos entre as coisas, mais do que as coisas em si, que formam o espaço (Rodrigues, 2013).

Outros aspetos a ter em conta relativamente à segregação ou aproximação que um espaço pode criar, são a forma do próprio espaço e do edificado, ou os materiais utilizados. Sennett investiga de que maneira certos materiais, e formas arquitetónicas influenciam a criação de *fronteiras sociais*. O arranha-céus *Lever House*, de Gordon Bunshaft em Nova Iorque, possui o seu revestimento exterior envidraçado, diluindo a barreira entre o interior e o exterior. Porém, segundo Sennett, esta *não-barreira* de vidro vai ter uma consequência oposta, criando um isolamento social (Sennett in Sá, 2013).

O vidro é também utilizado no interior de vários edifícios de escritórios, assentes na lógica de que a disposição *open space*, aliada à utilização do vidro, aumenta a eficiência no trabalho, pois a possibilidade de vigilância e controlo permanente que a transparência permite, diminui a interação entre os funcionários. Assim, a sociabilidade decresce e o silêncio torna-se um meio de proteção. Sennett defende que a total transparência concedida pelo vidro não é confortável, uma vez que cria um ambiente de desconfiança, onde cada um sente que está constantemente sob vigilância. O autor argumenta que as pessoas necessitam de barreiras à observação alheia total para se manterem sociáveis.

Outro exemplo de edificado que separa, não pela sua materialidade, mas pela sua composição formal, é o *Brunswick Center*, do arquiteto Patrick Hodgkinsons em Londres. Este complexo habitacional possui uma grande área comercial no piso térreo, formando uma praça comercial no espaço interior do quarteirão. No entanto, Sennett argumenta que o edifício parece ter sido ali colocado, e não pensado para o local e o seu contexto, uma vez que num dos lados adjacentes ao mesmo situa-se uma das mais belas praças de Londres. Apesar de existirem passagens que permitam o acesso de quem vem da praça, este complexo parece de certa forma estar de costas voltadas a tudo o que o rodeia, virando-se apenas para o espaço criado no interior.

Encontramos para além deste urbanismo que corta o espaço, um outro cujo objetivo é exatamente o oposto, o de quebrar barreiras e criar sociabilidade.

A urbanização *Colinas do Cruzeiro*, em Odivelas, encontra-se entre dois espaços com características distintas, uma urbanização recente e a zona mais antiga da freguesia, fornecendo no entanto uma fronteira permeável entre as mesmas.

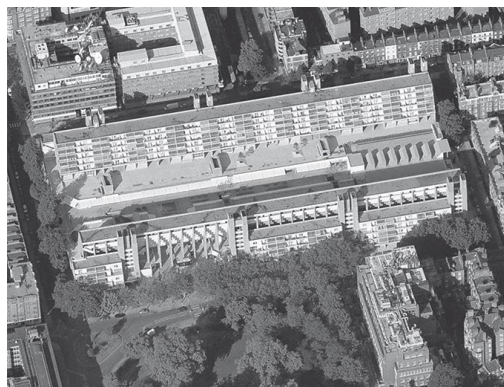


Fig. 118. Fotografia da relação do complexo Brunswick Center, em Londres, com o envolvente.



Fig. 119. Fotografia do espaço interior de Brunswick Center, Londres.

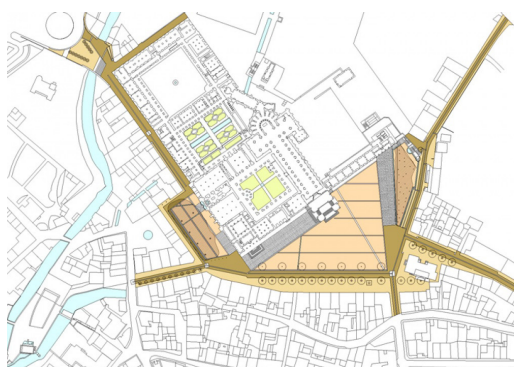


Fig. 120. Planta do projeto de requalificação da envolvente do Mosteiro de Alcobaça, de Gonçalo Byrne.

Os novos equipamentos foram posicionados na zona de fronteira, facilitando o acesso a ambos os grupos, e a ligação entre as duas partes é feita através de uma via ladeada por palmeiras, com um passeio amplo e uma ciclovia, existindo na zona de fronteira pequenos espaços com bancos de jardim. Este projeto tem o cuidado de pensar e projetar a *fronteira*, diluindo o limite e tentando permitir interações entre populações com características diversas (Sá, 2013).

Outro exemplo que permite a ligação ao invés da separação, é a Praça do Mosteiro de Alcobaça, um espaço público que procura ligar o mosteiro à cidade, através do tratamento da pavimentação envolvente ao mesmo, envidenciando e facilitando as ligações.



Fig. 121. Fotografia do Mosteiro de Alcobaça antes da requalificação.



Fig. 122. Fotografia do Mosteiro de Alcobaça após projeto de requalificação.

7.3. DO MARTIM MONIZ À ALMIRANTE REIS

Anteriormente analisámos diferentes ideias e formas de conceber um espaço público. Propomos neste trabalho encontrar soluções que diminuam as divisões sociais no espaço, aproximando os seus utilizadores, e que sirvam de ponto de encontro e comunicação entre pessoas de diferentes culturas e estratos sociais. Para isso, como vimos, para além da análise da dimensão física do espaço é necessário analisar e conhecer a sua dimensão humana e cultural. O trabalho de campo, assim como as leituras realizadas, serviram para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo, e para conhecer melhor esta dimensão e a sua importância. Pretende-se agora ver de que forma estas preocupações se refletem num contexto prático, sintetizando, através da análise SWOT do território em estudo (Quadro 8), os aspetos até aqui referidos acerca do espaço físico, cultural e social. Esta surge na sequência de todo o trabalho realizado - teórico e empírico - com o intuito de fornecer uma imagem geral do território, que nos permita estruturar uma estratégia e



Quadro. 8. Diagnóstico SWOT.



Fig. 123. Fotografia aérea do enquadramento e proximidade do caso de estudo à Baixa Pombalina, Castelo de São Jorge e Mouraria.



Fig. 124. Fotografia do edifício devoluto na Rua João das Chagas, que liga o Martim Moniz à Praça da Figueira.

pequenas intervenções para o mesmo.

Esta área possui como um dos seus maiores pontos fortes a diversidade cultural e étnica que acolhe, sendo este um dos seus principais pontos atrativos. As diferentes culturas que aqui se fixaram, associaram-se desde início, maioritariamente, à atividade comercial, concedendo a esta zona a diversidade de comércio étnico pela qual é conhecida. A localização próxima a alguns dos principais pontos turísticos da cidade - a Baixa Pombalina, o Castelo de São Jorge, assim como Mouraria, bairro histórico da cidade, marcado por uma vivência boémia onde o fado fez a sua história- e o bom acesso intermodal deste espaço, torna-o convidativo tanto a turistas quanto a residentes nas suas deslocações diárias. Trata-se assim de um espaço de grande potencial, principalmente a nível cultural e comercial.

Porém, existe ainda um estigma social em torno desta parte da cidade e às culturas que a ocupam, associando-a a um espaço perigoso. A existência de vários edifícios devolutos e abandonados, e a falta de limpeza e cuidado com o espaço público, impedem que esta parte da cidade seja vista como uma continuação da Baixa, dificultando a integração física, e consequentemente social, deste espaço com o envolvente.

Como vimos, ao longo da evolução histórica, existiu uma constante busca pela resolução urbanística e social desta parte da cidade, levando à criação de um espaço aberto, a Praça do Martim Moniz, que não só resolvesse as ligações viárias mas que permitisse a interação das pessoas. Por isso, uma das principais oportunidades deste local é a utilização do seu espaço público, como meio para combater o preconceito existente em relação à zona, aproximar as culturas entre si, e com a restante sociedade envolvente. Os edifícios referidos anteriormente, em estado devoluto ou abandonados podem desta forma vir a ser utilizados para abrigar e promover atividades sociais e culturais.

Como mencionado no capítulo anterior, e como tivemos oportunidade de confirmar durante as visitas realizadas ao local, as intervenções já realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa (como na Praça do Martim Moniz e no Largo do Intendente) levaram a um aumento de espaços de produção cultural na zona. Porém este aumento teve consequências a nível económico, colocando em risco algumas das associações e estabelecimentos mais antigos. A melhoria e investimento nesta zona, trás consigo uma ameaça de expulsão dos comerciantes, associações e até mesmo da população mais antiga, devido à especulação imobiliária.

As intervenções nesta área, ao darem ênfase à multiculturalidade da mesma, podem transmitir aos autóctones a sensação de estarem num local pertencente *aos outros*. Para além disso, é necessário algum cuidado, pois o exagero nas diferenças culturais pode levar a um excesso de artificialidade daquilo que se quer transmitir, fazendo com que essa imagem e a sua oferta cultural seja desapropriada para a comunidade que realmente utiliza o espaço diariamente. A exaltação da diversidade cultural enquanto ferramenta, esconde muitas vezes relações de poder assimétricas, e a promoção de objetos e expressões culturais está sujeita a processos de turistificação e globalização que podem comprometer o que se tenciona promover (Yúdice in Caldas, 2014).

Conhecidos os pontos positivos e negativos deste espaço, as suas oportunidades e ameaças, relembramos agora os diagnósticos realizados acerca da componente cultural e social (Ver ponto 5.3.) e acerca do espaço público (Ver ponto 3.4.).

Os locais identificados como principais pontos de agregação das culturas imigrantes foram: o início da Colina de Sant'Ana, o Martim Moniz, a Rua do Benfornoso e a zona envolvente à Igreja dos Anjos. Estes correspondem, no diagnóstico realizado

ao espaço público, a espaços de *sociabilidade quente, de bairro e não lineares* (Ver pontos 3.4. e 5.3.). Verificamos assim que os espaços comuns escolhidos para parar e conviver, são espaços com dimensões e áreas de influência não muito grandes, permitindo um maior reconhecimento dos seus utilizadores, mas ao mesmo tempo a constante passagem, e por vezes permanência, de novas pessoas.

O único espaço identificado anteriormente como possuindo uma *sociabilidade quente*, que não funciona como local de encontro entre as culturas analisadas é o Largo do Intendente. Isto surge como consequência das várias intervenções de melhoria de que o espaço tem sido alvo, sendo um exemplo de gentrificação nesta área, levando-o a atrair cada vez mais turistas e pessoas de classes sociais mais altas, afastando aos poucos os imigrantes que antes o ocupavam. Ou seja, trata-se um exemplo de uma intervenção onde foi dada uma grande importância à componente cultural, no entanto, teve como foco principal o benefício económico e turístico, tornando a oferta cultural desajustada à população local. Por enquanto consideramos ainda este espaço como portador de uma *sociabilidade quente*, mas com o passar do tempo e a constante alteração da natureza de estabelecimentos a que temos assistido, prevemos que brevemente se tornará apenas num ponto de referência turística, atrativo para muitos, mas segregador das classes mais baixas, e com uma *sociabilidade fria*.

Os espaços de permanência para as diferentes culturas, na área de estudo, são marcados por uma forte presença de comércio e restauração, ou pela existência de um equipamento religioso, mas todos com um elevado fluxo pedonal.

O que nos leva a concluir, devido ao trabalho de campo realizado, que as culturas que ocupam este espaço, sendo as principais a indiana e a africana, precisam de um espaço que lhes conceda dimensões e mobiliário para estar e conviver, mas que ao mesmo tempo lhes dê a possibilidade de estarem próximos à agitação e movimentação urbana. Assim, quando pretendem estar mais entre si, a Rua do Benfornoso torna-se, de uma forma geral, a melhor opção, e quando tencionam estar em locais mais agitados, o início da Colina de Sant'Ana, o Martim Moniz e a zona envolvente à Igreja dos Anjos são os escolhidos, por proporcionarem espaços de permanência de dimensões médias, a possibilidade de sentar, mas junto a eixos de grande fluxo. Estes são os pontos em que as diferentes culturas se assemelham, contudo existem contrastes na forma como utilizam o espaço, pois a cultura africana mostra uma maior necessidade de espaços de repouso, sejam bancos ou muros, do que os indianos e as restantes culturas.

Agora que compreendemos melhor a relação entre a componente cultural e o espaço público, e conhecemos as realidades do espaço em estudo, será possível saber qual a maneira mais correta de intervir neste território?

Apesar de todo este espaço ser um dos fortes recursos para o planeamento estratégico da cidade, e ter sido alvo de várias intervenções de melhoria nos últimos anos, existem ainda algumas insuficiências a superar, como a integração e interação das diversas culturas, entre si e com os residentes mais antigos. Tal como o Plano Diretor Municipal refere, ao intervir nesta parte da cidade é fundamental procurar meios de inverter o declínio do comércio tradicional, fruto da especulação imobiliária referida anteriormente.

Caso contrário, enfrentamos uma das ameaças referida pelas *Estratégias para a Cultura em Lisboa*: a instrumentalização da cultura para outros objetivos, neste caso puramente económicos. Hoje consideramos impensável conceber a Praça do Martim Moniz sem o comércio étnico e os seus centros comerciais, mas em tempos era também impensável conceber a Avenida Almirante Reis e a Rua da Palma sem o comércio retalhista, armazéns de revenda e pensões. Se estes estabelecimentos não forem de algum modo protegidos, nada garante que ali irão permanecer.

Outro aspeto importante na preservação do comércio tradicional incluindo o português, é que ao serem mencionadas e tidas em conta as diversas culturas existentes no local, é preciso incluir também a população portuguesa. É preciso algum cuidado na utilização da cultura como ferramenta principal dos projetos nesta área, para não tornar este espaço um postal apenas da multiculturalidade estrangeira existente em Lisboa, e esquecer a população local também presente.

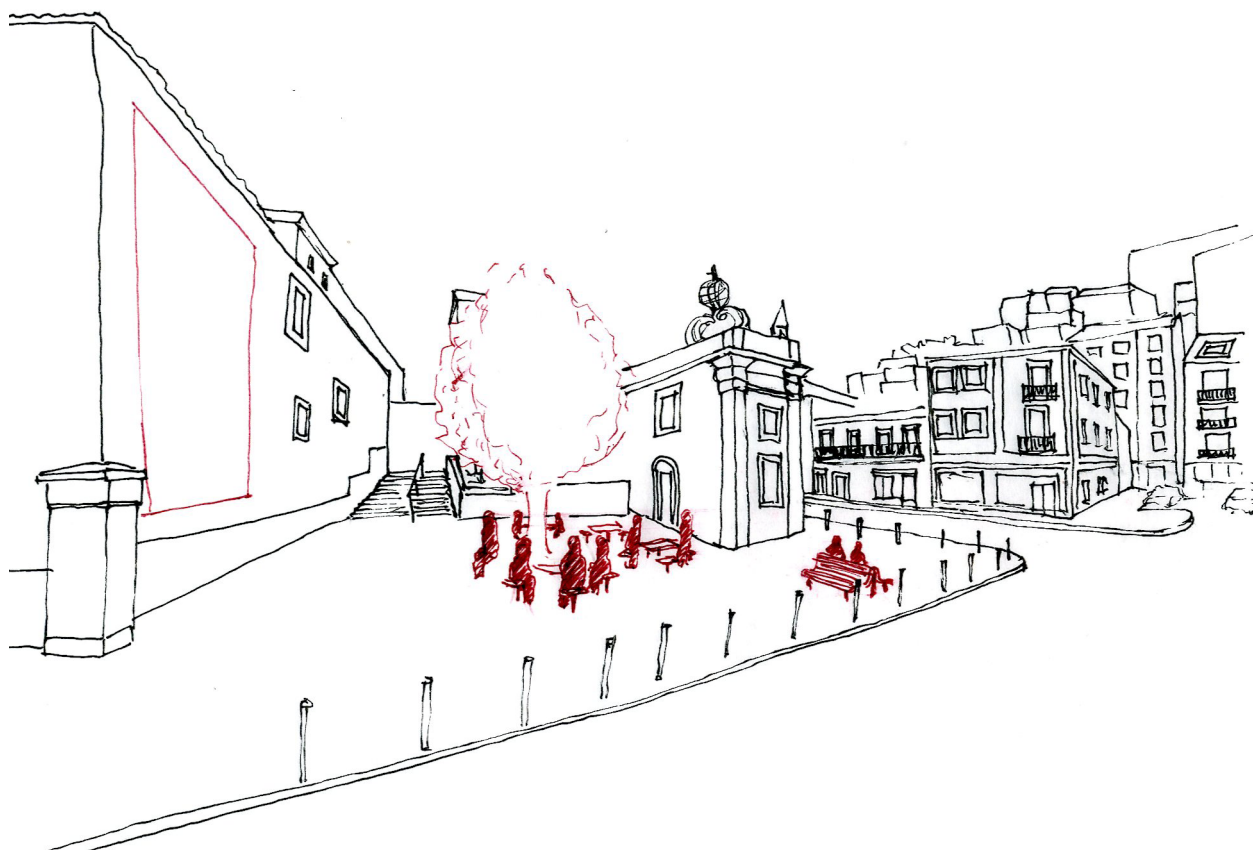
A diversidade cultural existente na zona, principalmente étnica, e a proximidade com a baixa pombalina e Mouraria, permitiriam tornar este espaço num núcleo cosmopolita, o que contribuiria para os objetivos da *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024* de tornar Lisboa mais apelativa e competitiva. Porém, isto traria, como já referido, principalmente benefícios económicos, como acontece no Largo do Intendente, de onde conseqüentemente quase desapareceram as lojas mais antigas e a população imigrante. Uma estratégia deste tipo aplicada à restante área, iria dividir ainda mais o tecido social e cultural, cometendo o erro referido por Jane Jacobs (2000), de fragmentar a cidade.

Defendemos assim que se devem misturar as funções, os tipos de comércio, e as culturas estrangeiras com os residentes autóctones, contribuindo para que este seja um espaço misto da cidade, um encontro entre *o de fora e o local*, entre o antigo e o moderno. Torna-se assim necessário o estabelecimento de um plano que não só proteja a diversidade comercial existente na zona, mas que também facilite a implementação de novas atividades através do aproveitamento dos edifícios degradados e abandonados da zona para colmatar as carências.

Por último, acreditamos que pensar o espaço público tendo em conta as necessidades culturais da população, é a chave para reduzir ou terminar com o preconceito existente em relação a esta área. Para isso é ainda essencial uma maior manutenção e limpeza do espaço público, e até mesmo a pintura de algumas fachadas, para melhorar a imagem desta zona e assim convidar mais à permanência. Acreditamos que este espaço não carece de uma reestruturação profunda, mas apenas de pequenas intervenções em pontos estratégicos, numa lógica de acupuntura urbana, criando uma continuidade de espaços convidativos e que tenham em vista as necessidades da população expressando a diversidade cultural da zona.

Foram elaboradas assim pequenas propostas, tendo como base as necessidades sentidas por parte das diversas culturas, durante as visitas ao local, desde a falta de espaços para sentar à arborização por exemplo. O espaço envolvente ao Chafariz do Intendente poderia ser reestruturado de modo a tornar-se um pequeno largo, com bancos, alguma arborização, e uma intervenção artística, que à semelhança do que acontece no Largo do Benfornoso, retratasse a multiculturalidade presente e fosse elaborado pelas associações da área. Permitindo assim a existência de mais um ponto de paragem neste eixo tão movimentado, onde a própria escolha do mobiliário urbano deveria ser feita tendo em conta, e retratando as culturas presentes.

Fig. 125. e 126. Esboços de possíveis propostas para o Chafariz do Intendente.

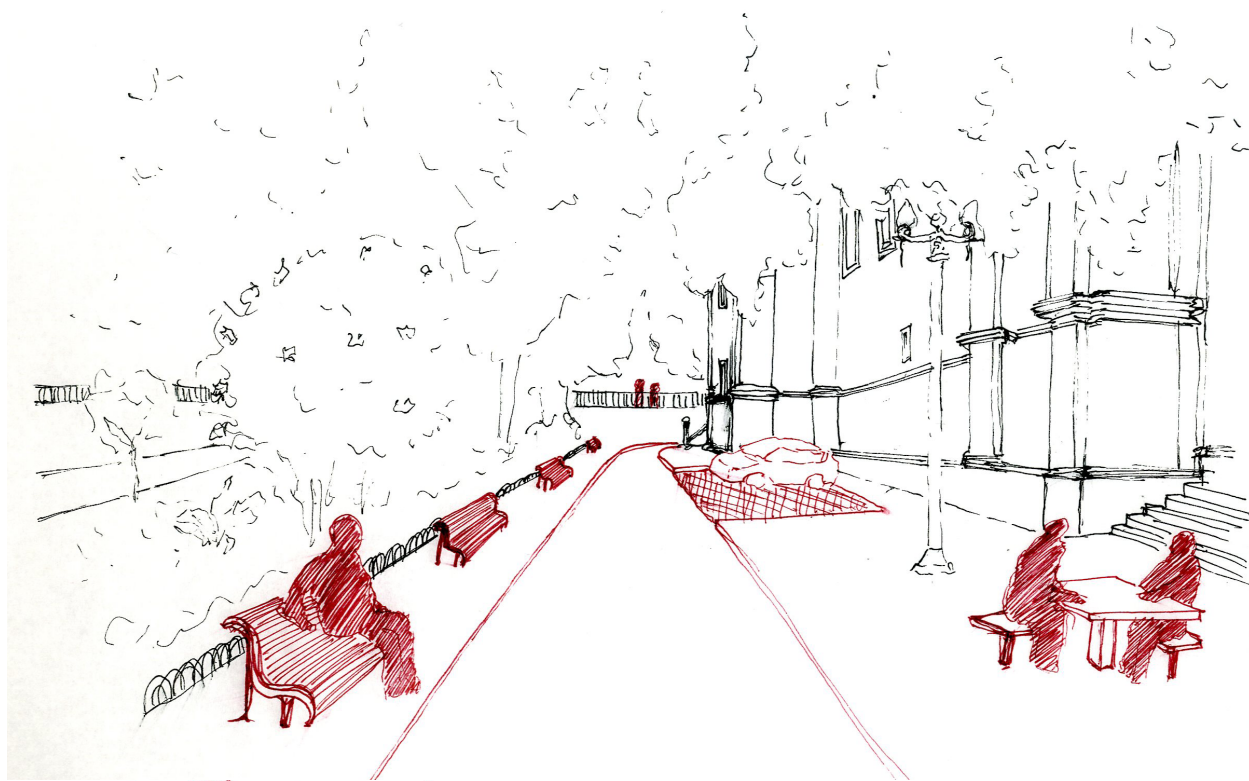


Ao longo da Avenida Almirante Reis e Rua da Palma, nos momentos em que estas são ligeiramente mais largas, ou até mesmo retirando um ou dois lugares de estacionamento, poderiam ser implementados bancos e pequenos espaços de estar com arborização, de modo a promover o convívio e o usufruto da rua, e não apenas a passagem. Cada um destes recantos de paragem e permanência poderia ser alusivo a uma determinada cultura, ilustrando a multiculturalidade já existente neste eixo.

O espaço envolvente à Igreja dos Anjos possui uma arborização de grandes dimensões e convidativa à permanência, no entanto é necessário a colocação de bancos e mesas, que concedam à população que já usufrui do espaço, condições para o fazer, criando nesta rua um pequeno jardim para estar e conviver. Para tal é também preciso alterar a pavimentação, que neste momento encontra-se bastante degradada, e resume-se maioritariamente a alcatrão. Compreendemos que é necessário o acesso automóvel até à Igreja, porém este poderia ser reduzido apenas ao circuito necessário, tornando a restante pavimentação confortável ao peão, criando uma imagem mais semelhante a um jardim, e menos a uma continuação da estrada.

O espaço, as ruas, calçadas e fachadas envolventes à Praça do Martim Moniz deveriam ser também alvo de pequenas intervenções, de modo a tornar este espaço envolvente, uma continuação da praça. Isto poderia ser feito através da implementação de alguns bancos, de trabalhos e intervenções artísticas na calçada e nas fachadas, e até mesmo da implementação de alguns canteiros. Procurando acabar com a aparência desvalorizada que este espaço possui e incutindo na população uma maior vontade de cuidar e manter este espaço, à semelhança do que acontece no interior da praça, diminuindo talvez a quantidade de lixo abandonado nos recantos.

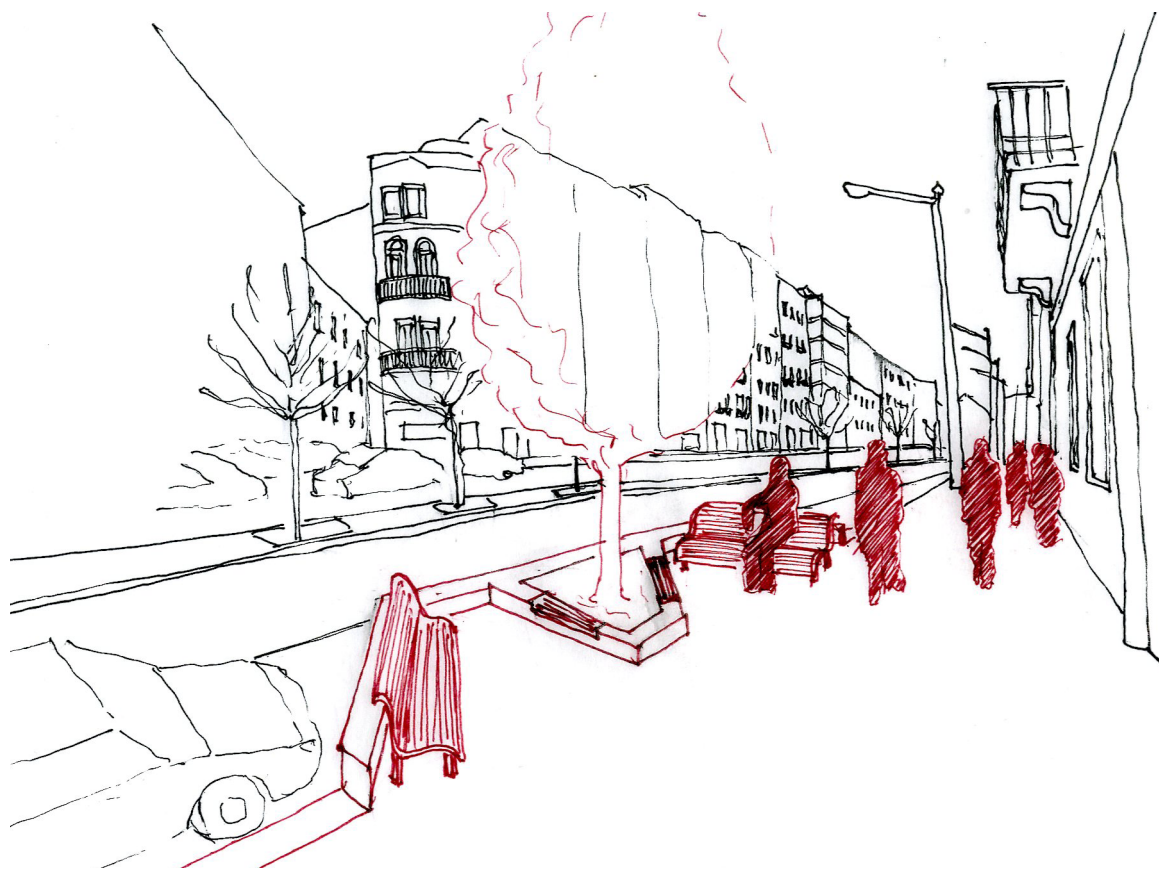
Fig. 127. e 128. Esboços de possíveis propostas para a Igreja dos Anjos.



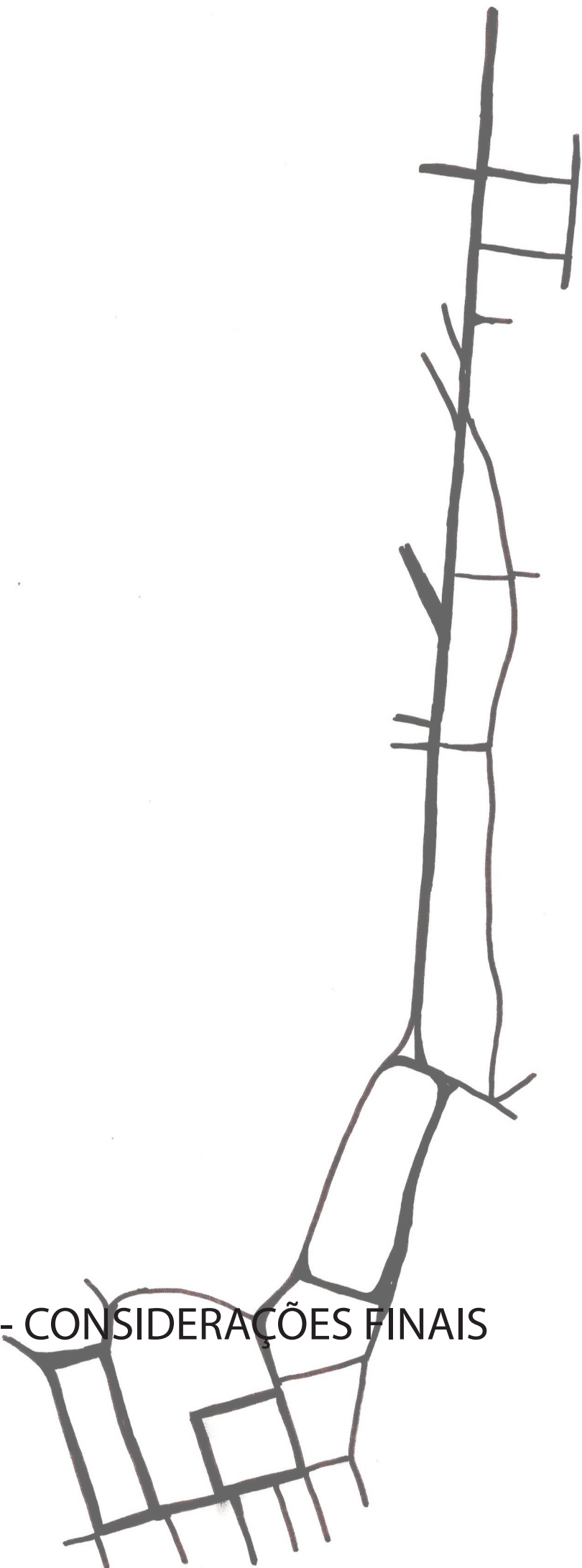
Por fim, através de um levantamento de equipamentos e serviços em falta, e do conhecimento das necessidades e desejos da população, poder-se-ia realizar um trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia, com o intuito de colmatar as carências existentes através da utilização do edificado abandonado e devoluto, promovendo a participação de toda a população no seu território, e consequente integração cultural e social.

Fig. 129. Esboço de possível proposta para a Avenida Almirante Reis e Rua da Palma.

Fig. 130. Esboço de possível proposta para o espaço junto à Capela da Nossa Senhora da Saúde- Martim Moniz.



8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS



Esta dissertação centrou-se na relação entre a componente cultural e o espaço, com foco naquele que é o espaço de encontro por excelência: o espaço público. Para tal, foi escolhido um objeto empírico que nos permitisse estudar a interação de indivíduos de diferentes culturas com o espaço público: o Vale de Arroios - do Martim Moniz à Almirante Reis, tendo como limite a Igreja dos Anjos.

Através da investigação teórica realizada foi possível analisar e clarificar os conceitos que estão na base desta dissertação – cultura e espaço público –, compreendendo melhor a complexa relação entre os mesmos. Foi muito importante para a elaboração das propostas apresentadas, analisar um conjunto de projetos urbanos onde uma das principais preocupações é a criação de espaços que tenham em conta a diversidade cultural dos seus habitantes. Por outro lado, na componente empírica a técnica privilegiada foi a observação in loco, tanto do espaço físico como da diversidade cultural daqueles que o ocupam, centrando-nos nos diferentes modos de apropriação do espaço. Este constante trabalho de observação permitiu-nos constatar e defender a importância de conhecer as diversas culturas presentes num determinado espaço para a realização de projetos de espaço público.

Neste trabalho a cultura aparece como uma dimensão importante no desenvolvimento das cidades contemporâneas, não apenas no que diz respeito à construção de equipamentos como teatros ou museus, mas tendo em conta a diversidade cultural da população, que se reflete na maneira como é vivido o dia-a-dia nos espaços públicos. Ao reclamar a importância da variável cultural na forma de projetar o espaço público, pretende-se não só a promoção da cidade e a dinamização socioeconómica da mesma, mas também contribuir para a resolução de alguns problemas sociais e urbanos. Assim, partimos para este trabalho com a seguinte hipótese: a componente cultural deve ser uma variável importante a ter em conta no projeto de um espaço público.

Na fase final, foram apresentadas algumas propostas para a transformação do espaço público aqui analisado. Estas focaram-se nos locais de permanência, identificados, ao longo da observação, locais escolhidos pelas diferentes culturas, mas com poucas condições para tal. Assim, propõe-se que no espaço envolvente à Igreja dos Anjos seja implementada uma melhoria na pavimentação e aumento de áreas verdes e equipamentos de permanência (como bancos e mesas) para que este sirva como um pequeno jardim nesta avenida; em torno do Chafariz do Intendente, edifício de interesse público desvalorizado atualmente, propomos a criação de um pequeno largo; ao longo da Avenida Almirante Reis e Rua da Palma sugere-se o desenvolvimento de pequenos espaços de descanso e permanência; e por último, nas calçadas e espaços envolventes à Praça do Martim Moniz, sejam realizadas pequenas melhorias de modo a transformar este espaço na continuação da praça. Todas estas intervenções devem ser concretizadas mais detalhadamente tendo como base as diferentes necessidades e formas de apropriação das várias culturas, ou seja, sendo apropriadas à diversidade cultural dos que utilizam esses espaços.

Mesmo que a integração entre as diferentes culturas não seja concretizada ou possível de garantir, acreditamos que esta deverá ser estabelecida como um dos objetivos, de modo a não fragmentar o tecido social e cultural. Para isso, é necessário dar oportunidade às pessoas de terem um papel no desenho e formalização do seu espaço público, como aconteceu no exemplo relatado dos reformados que jogavam às cartas. Concluímos ainda que é necessário incentivar a mistura de usos e funções, evitando a fragmentação da cidade e do seu tecido. Ou seja, os espaços públicos devem oferecer a possibilidade de escolha, desde as formas de uso, ao acesso a diferentes atividades, diferentes tipos de edifícios e funções, não sendo

espaços restritos às necessidades de apenas algumas classes sociais.

Defendemos que o modo de intervir num espaço público, deve dar prioridade ao conhecimento da realidade física do local e das diversas formas de utilização do espaço por parte das pessoas. Para isso o papel das entidades responsáveis e reguladoras, como a Câmara Municipal de Lisboa, deve ser mais ativo ao longo do processo, defendendo os interesses das culturas existentes e incentivando um urbanismo *bottom-up*, com o auxílio das Juntas de Freguesia, das diversas associações existentes na zona, do comércio local, e outras entidades mais próximas da população. Acreditamos ainda ser necessário enquadrar a intervenção pretendida nas políticas expressas nos documentos produzidos por instituições como a Unesco, UE e a própria CML, por constituírem sínteses e diretrizes para processos complexos. Estes devem ser alvo de reflexões e adaptações ao contexto específico onde se pretende intervir, levando a que os processos a serem implementados tenham as atividades e as características culturais como forma estruturante do espaço, adequando-as ao local e à população em questão.

Um conjunto de documentos e iniciativas analisados neste trabalho, como a Rede Europeia de Cidades Interculturais e as Estratégias para a Cultura em Lisboa, incentivam a utilização da componente cultural como parte estruturante em qualquer intervenção urbana. No entanto as preocupações expressas nos mesmos remetem, em grande parte, para a utilização destas intervenções com o objetivo principal de aumento do turismo, levando por vezes à gentrificação, e não tanto à integração cultural e social das populações que aí habitam. Reconhecemos que o tipo de intervenção proposto neste trabalho não tem como centro a dimensão económica, sendo talvez esse o motivo pelo qual é mais difícil a sua realização.

Porém, acreditamos que uma proposta que vá de encontro às necessidades da população, e promova a integração social e cultural numa zona, para além de criar menor desigualdade social irá consequentemente atrair mais pessoas e negócios para a mesma, de forma equilibrada.

Concluimos assim que foram cumpridos os objetivos centrais do trabalho, que consistiam em analisar o papel da componente cultural no pensamento e na elaboração de um espaço público, e compreender a melhor forma de o fazer num território marcado pela diversidade cultural. Consideramos ainda que foi comprovada a hipótese de trabalho, pela análise teórica, pela observação no local, e através dos documentos nacionais e internacionais estudados, mostrando que a componente cultural deveria ser uma variável importante no projeto de um espaço público, e até uma ferramenta na melhoria dos mesmos, contribuindo para que estes sejam pontos de encontro e comunicação entre diferentes culturas.

As propostas aqui apresentadas representam apenas possíveis guias para futuras intervenções que deverão posteriormente ser mais aprofundadas, pois reconhecemos que para a concretização das mesmas seria ainda necessário aprofundar o estudo de cada uma das culturas, e promover a participação das diversas populações no processo de projeto.

Assim, numa visão futura, lançamos como possível desenvolvimento: compreender a possibilidade e as consequências da implementação destas intervenções no território analisado, através de inquéritos, contactos e reuniões com a população, seguindo uma lógica de projeto participado¹⁹, de

19 Entendemos por projetos participados aqueles que são elaborados tendo em conta as opiniões dos cidadãos implicados. Através de reuniões de apresentação, debate ou votação.

modo a aprofundar as necessidades e ambições das populações para estes espaços. Através do conhecimento das suas opiniões, poder-se-ia melhorar e adequar as propostas apresentadas, assim como apresentar e desenvolver novas ideias para futuras propostas.

Deixamos assim como questões por responder: qual seria o impacto de uma intervenção destas nas vivências do espaço público? Iria esta resultar numa maior apropriação do mesmo? Será então possível criar espaços mais propícios à aproximação e convívio entre diferentes culturas?

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc (1992). *Não-Lugares – introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, Editora Letra Livre.

ASCHER, François (1998). *Metapolis – Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta Editora.

ASCHER, François (2008). *Novos Princípios do Urbanismo*, Lisboa, Livros Horizonte.

BRANDÃO, Pedro e **REMESAR**, Antoni (coord.) (2000). *Espaço Público e a Interdisciplinaridade*, Lisboa, Centro Português de Design.

BRANDÃO, Pedro (2002). *O Chão da Cidade – Guia de avaliação de espaço público*, Lisboa, Centro Português de Design.

BRITO, Vasco e **CAMARINHAS**, Catarina (2007). *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa.

BORJA, Jordi e **MUXÍ**, Zaida (2000). *El Espacio Público, Ciudad y Ciudadanía*, Barcelona, Electa.

CALDAS, Matilde (2014). *Usos da cultura em projectos de regeneração urbana. O caso da Praça do Martim Moniz – Lisboa*, Lisboa, Tese Final de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Humanas.

CARVALHO, Jorge (2003). *Formas Urbanas*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra.

CASTRO, Alexandra (2002). Espaços Públicos, Coexistência social e civilidade- Contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos. *Revista Cidades – Comunidades e Territórios*, Nº5, p.p. 53-67.

CHOAY, Françoise (1999). *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70.

CUCHE, Denys (1999). *A Noção de Cultura nas ciências sociais*, Lisboa, Fim de Século – edições.

. *Dicionário da Língua Portuguesa* (2009). Porto, Porto Editora.

FEATHERSTONE, Mike e **LASH**, Scott (1999). *Spaces of Culture – City, nation, world*. Nottingham Trent University, Londres.

FONSECA, Maria Lucinda; **AMARO**, Margarida; **PEREIRA**, Sónia e **ESTEVES**, Alina (2011). *Imigração, diversidade e política cultura em Lisboa*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

FORTUNA, Carlos (Coord.) (1997). *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora.

FORTUNA, Carlos (2002). Culturas Urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista - Crítica de Ciências Sociais*, N.º63, p.p. 123-148.

FRANÇA, José Augusto (1997). *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte.

HALL, Edward T. (1986). *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio D'Água.

JACOBS, Jane (2000). *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo, Martins Fontes.

KELLY, Eric e **BECKER**, Barbara (2000). *Community planning: an introduction to the comprehensive plan*, Washington, Island Press.

LA CECLA, Franco (2011). *Contra a Arquitectura*, Lisboa, Caleidoscópico.

LAMAS, José (2000). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1998). *Raça e História*, Lisboa, Editorial Presença.

LYNCH, Kevin (1960). *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70.

MENDES, Maria Manuela (2012). Bairro da Mouraria, território de diversidade: entre a tradição e o cosmopolitismo. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, p.p. 15-41.

MENEZES, Marlucci (2009). A Praça do Martim Moniz: Etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n.º 32, p.p. 301-328.

MONTEIRO, Pedro (2003). Espaço Público no centro comercial: o Amoreiras como porta de entrada. *Trajectos -Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, N.º3, p.p. 9-18.

MOREIRA, Maria da Graça (2013). *Cultura*, Powerpoint da cadeira Cultura e Desenvolvimento Sustentável, Faculdade de Arquitetura de Lisboa.

NUNES, João Pedro; **GRAÇA**, Miguel Silva e **DIAS**, Manuel Graça (2012). Cidades, centros comerciais e praças públicas mesa-redonda. *Imprópria*, N.º1, p.p. 21-38.

OLIVEIRA, Henrique Silveira (2017). *Relatório Final – Junta de Freguesia de Arroios*, Lisboa, Instituto Superior Técnico.

PSSS - Public Space's Service System (2016). *O Valor de Serviço do Espaço Público como Sistema Urbano, Metodologia de Avaliação Integrada* – Apresentação pública do projeto de investigação organizado por CIUL - Centro de Informação Urbana de Lisboa [Assistido pela autora em 12 de Dezembro de 2016]

RAMOS, Tânia Beisl (2016). *ENTRE BRASIL E PORTUGAL – Desafios, discursos e práticas da arquitetura moderna e contemporânea*, Lisboa, Caleidoscópio.

RODRIGUES, Sérgio Fazenda (2013). *A Casa dos Sentidos. Crónicas de Arquitectura*, Lisboa, Uzina Books.

SÁ, Teresa (2013). *Antropologia do espaço ou espaço da arquitectura*, in *Para uma ética do Território*, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, p.p. 185-193.

SÁ, Teresa (2014a). *Aula 4 - A ideia de cultura e a sua relação com o património*, Powerpoint da cadeira Urbanismo, Cultura e Património, Faculdade de Arquitectura de Lisboa.

SÁ, Teresa (2014b). “Não-Lugar”, “Espaço Racional” e Vida Urbana. *VIII Congresso Português de Sociologia*.

SERDOURA, Francisco (2007). As Dimensões do Espaço Urbano Público. *Artitextos*, nº5, p.p. 149-156.

STEINER, George (2005). *A Ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

Agência LUSA (2006). *Ministra da Cultura anuncia fim das capitais nacionais da cultura*, disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/cultura/ministra-da-cultura-anuncia-fim-das-capitais-nacionais-da-cultura_n158737> Consultado em 14/08/2017.

ANTUNES, Luiza (2012). *Como é a vida das mulheres na Índia*, disponível em: <<http://www.360meridianos.com/2012/01/a-vida-das-mulheres-na-india.html>> Consultado a 9/09/2017.

BRANDÃO, Pedro (2008). *A identidade dos lugares a sua representação coletiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público: Série Políticas de Cidade 3*, disponível em: <http://www.dgterritorio.pt/filedownload.aspx?schema=ec7b8803-b0f2-4404-b003-8fb407da00ca&channel=DD45AEBE-810E-4DAD-9FB4-80313412AED7&content_id=16F74A56-46F1-452E-A936-389EB5C0DDF2&field=filerc&lang=pt&ver=1&filetype=pdf&dtestate=2013-05-23151357> Consultado a 5/12/2016.

CML, Câmara Municipal de Lisboa (2009a). *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 – um compromisso para o futuro da cidade*, disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara_Municipal/Carta_Estrategica/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Comissariado.pdf> Consultado em 17/08/2017.

CML, Câmara Municipal de Lisboa (2009b). *Plano Diretor Municipal de Lisboa*, disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/AF_REGULAMENTO_PDM_Lx.pdf> Consultado em 20/08/2017.

CML, Câmara Municipal de Lisboa (2011). Rede das Cidades Interculturais, disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/relacoes-internacionais/rede-das-cidades-interculturais>> Consultado em 16/08/2017.

CML, Câmara Municipal de Lisboa (2017a). *Chafariz do Intendente ou do Desterro*, disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/chafariz-do-intendente-ou-do-desterro>> Consultado a 25/06/2017.

CML, AIMOURARIA (2017b). *Requalificação do Espaço Público*, disponível em: <<http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/requalificacao-do-espaco-publico.html>> Consultado em 20/08/2017.

COSTA, Pedro (2017). *Estratégias para a cultura da cidade de Lisboa 2017*, disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Cultura_Lazer/ESTRA_CULTURA_LISBOA_2017_01.pdf> Consultado em 13/08/2017.

DIAS, Fabiano (2005). O desafio do espaço público nas cidades do século XXI. *Arquitextos*, disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.061/453>> Consultado em: 10/10/2016.

EUROCID - Portal de informação europeia em língua portuguesa (2017). Capitais Europeias da Cultura, disponível em: <http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7600> Consultado a 11/08/2017.

FORTUNA, Carlos; **PROVIDÊNCIA**, João Paulo; **DUXBURY**, Nancy. *CCARQ | Cidades, culturas e arquitectura*, disponível em: <<http://ces.uc.pt/pt/ces/nucleos/ccarq>> Consultado em 14/08/2017

FOX, Nuno; **PAES**, Carlos (2012). *Histórias da Avenida Almirante Reis - Na artéria mais multicultural de Lisboa*, disponível em: <<https://pt.slideshare.net/Agostinho.Gouveia/avenida-almirante-reis-lisboa>> Consultado a 19/06/2017.

IOL (2009). *Reportagem - Avenida Almirante Reis*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8_iuuq77_2g> Consultado a 28/05/2017.

JFA, Junta de freguesia de Arroios (2016). *História*, disponível em: <<http://www.jfarroios.pt/historia/>> Consultado a 5/06/2017.

MARQUES, Nelson (2016). *A freguesia mais multicultural de Portugal: o caldeirão de Arroios, onde cabem pessoas de 79 nacionalidades*, disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-12-21-A-freguesia-mais-multicultural-de-Portugal-o-caldeirao-de-Arroios-onde-cabem-pessoas-de-79-nacionalidades>> Consultado a 5/09/2017.

METROPOLITANO DE LISBOA. Martim Moniz, disponível em: <<http://www.metrolisboa.pt/informacao/planear-a-viagem/diagrama-e-mapa-de-rede/martim-moniz/>> Consultado a 29/05/2017

MIRANDA, Marta Gonçalves (2017). *Bollywood Holi: vem aí uma explosão de cores no Martim Moniz*, disponível em: <<https://nit.pt/out-of-town/back-in-town/bollywood-holi-esta-quase-encher-martim-moniz-cores>> Consultado a 13/09/2017.

NCS - Audiovisuais e OutJazz (2014). *Mercado de Fusão*, disponível em: <<http://ncs.pt/mercadodefusao.php>> Consultado a 5/06/2017.

PIRES, Patrícia (2008). *Retrato de Portugal numa Avenida*, disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/rua/retrato-de-portugal-numa-avenida>> Consultado a 28/05/2017.

ROMEIRA, Almerinda (2017). *Marcelo Rebelo de Sousa: A cultura é a chave do progresso das sociedades*, disponível em: <<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/marcelo-rebelo-de-sousa-a-cultura-e-a-chave-do-progresso-das-sociedades-201504>> Consultado a 27/08/2017.

SENNETT, Richard (2006). The Open City. *Urban Age*, disponível em: <<https://lsecities.net/media/objects/articles/the-open-city/en-gb/>> Consultado a: 10/11/2015.

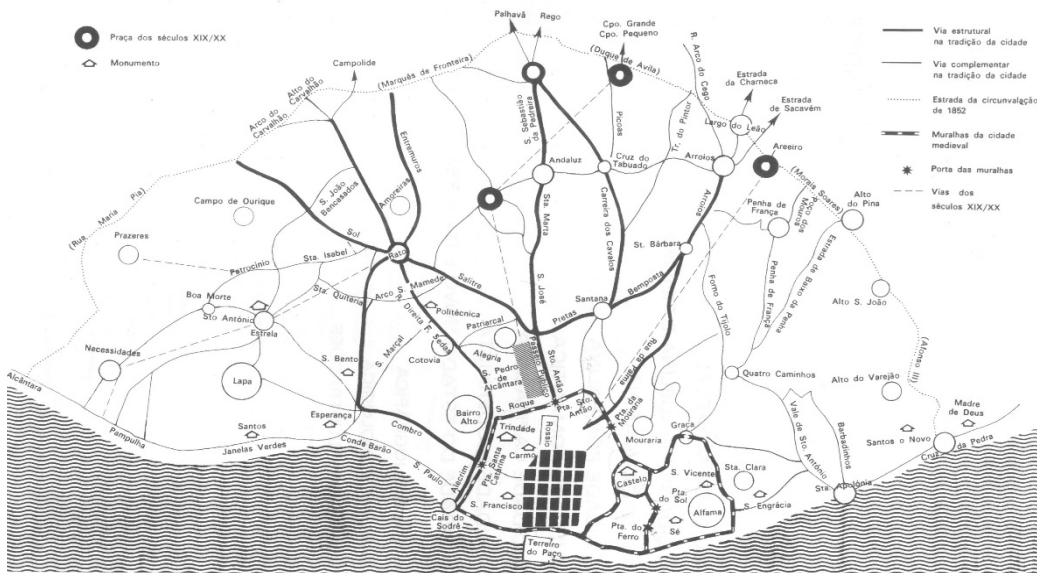
SENNETT, Richard (2011). *Who do you think you are?* (três parte), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VmqKIFFBvn>>

SCML, Santa Casa Misericórdia de Lisboa (2015). *Cem anos do CASA numa exposição fotográfica*, disponível em: <http://www.scml.pt/pt-PT/destaques/cem_anos_do_casa_numa_exposicao_fotografica/> Consultado a 10/06/2017.

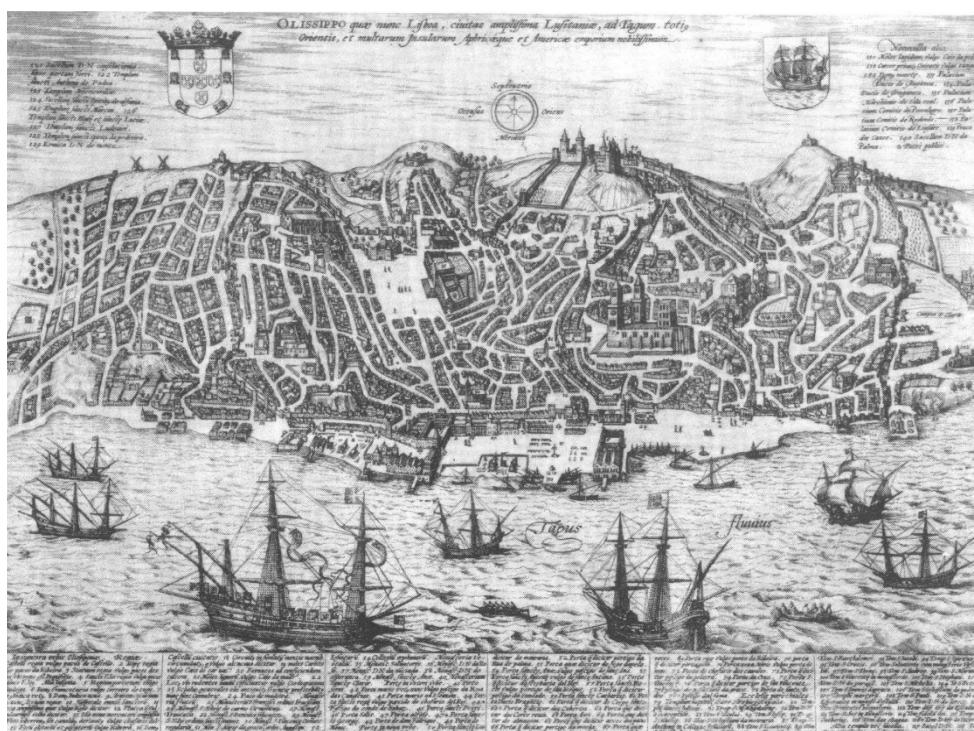
TODOS—CAMINHADA DE CULTURAS (2009). Programa 2009, disponível em: <<http://todoscaminhadadeculturas.blogspot.pt/p/2009.html>>

ANEXOS

ANEXO I _ CARTOGRAFIA HISTÓRICA



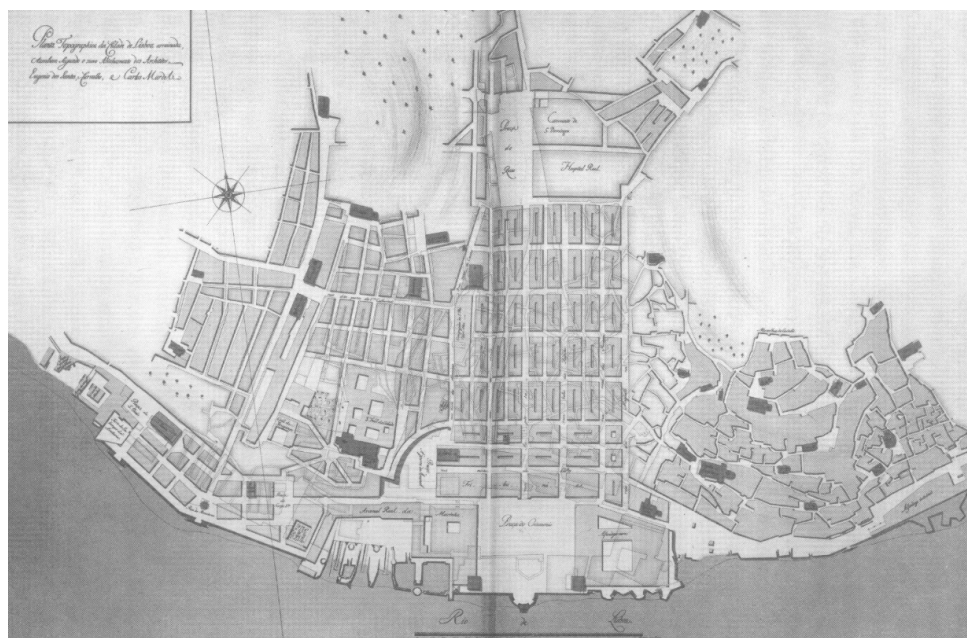
Esquema orgânico de Lisboa. Fonte: França, J. A. (1997)



Gravura Lisboa em 1596. Fonte: França, J. A. (1997)



Planta de Lisboa antes do terramoto, em 1650. Planta de João Nunes Tinoco. Fonte: <<http://lxii2.cm-lisboa.pt/lxi/>>



Plano da Baixa de 1755. Fonte: França, J. A. (1997)

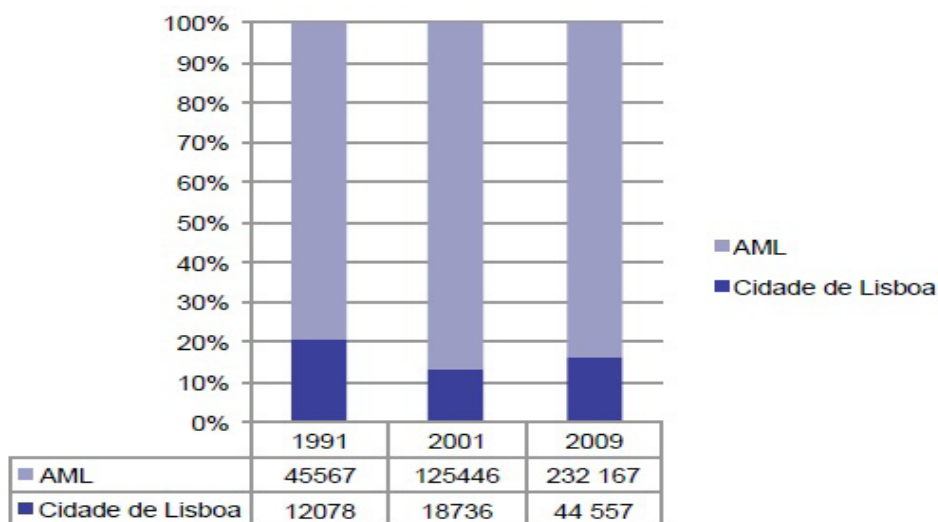


Planta de Lisboa, 1871

Planta de Lisboa de 1871. Fonte: França, J. A. (1997)

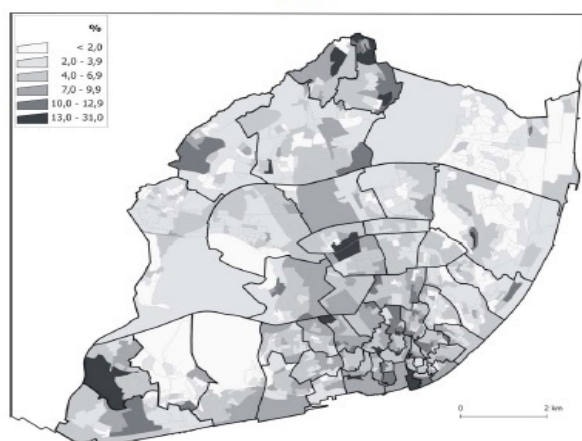
ANEXO II _DADOS ESTATÍSTICOS ANALISADOS

Fig. 1 – Evolução do nº de residentes estrangeiros na cidade de Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa (%)



Evolução do número de residentes estrangeiros na cidade de Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa (%). Fonte: FONSECA, 2011, p. 9.

Fig. 4 – Percentagem de população estrangeira e com dupla nacionalidade residente no concelho de Lisboa, 2001



Percentagem de população estrangeira e com dupla nacionalidade residente no concelho de Lisboa, 2011. Fonte: FONSECA, 2011, p. 13

Tabela 1 – Evolução da população da cidade de Lisboa, segundo os principais grupos de nacionalidades (1991-2009)

Principais grupos de nacionalidades	1991-2001	2001-2009
	%	%
Total	-16,5	-14,1
Cidadãos estrangeiros	73,4	130,9
EU – 15	16,8	15,2
Outros Europeus	61,7	2734,4
PALOP	67,5	23,13
Brasil	107,4	382,0
Ásia	340,8	314,0

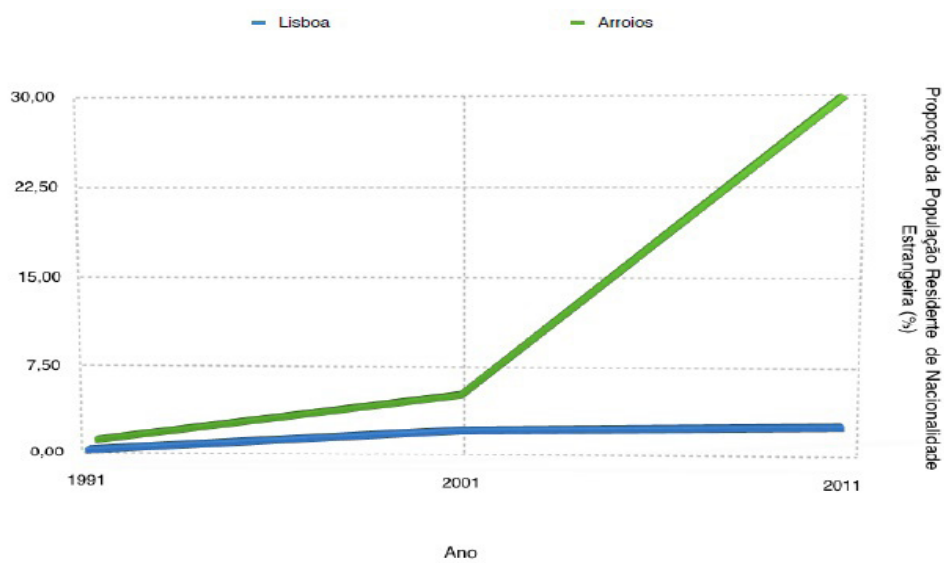
Evolução da população da cidade de Lisboa, segundo os principais grupos de nacionalidades (1991-2009).
Fonte: FONSECA, 2011, p. 11.

População Residente (Nº) em Arroios por Sexo e por Ano			
	Total	Homens	Mulheres
2001	33210	14761	18449
2011	32262	14963	17299

População residente em Arroios por sexo e ano. Fonte: OLIVEIRA, 2017, p. 34

População Residente de Nacionalidade estrangeira (Nº) por Local de Residência e por Ano			
	1991	2001	2011
Lisboa	10046	10198	21033
Arroios	871	1956	9513

População residente de nacionalidade estrangeira no Município de Lisboa e na Freguesia de Arroios em cada década. Fonte: OLIVEIRA, 2017, p. 41



Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira face à população total, no Município de Lisboa e na Freguesia de Arroios, por ano. Fonte: OLIVEIRA, 2017, p. 41

ANEXO III _ DIÁRIO DE TERRENO

28/03/2016 - 2ª feira
tempo nublado

Partida → Praça da Figueira ± 11h

↓

Martim Moniz

↓

Av. Almirante Reis

↓

Até Metro Anjos

Muito movimento na Avenida, mas poucas pessoas paradas. Local de passagem de muitas pessoas mas não de permanência

permanência só à porta de cafés / lojas / bares / restaurantes

↓

pontos fulcrais pl a vida nesta rua?

8/04/2016 - Sexta-feira
Céu limpo, tempo agradável

Partida - Praça da Figueira - 15h30±

↓

Martim Moniz

↓

Av. Almirante Reis

↓

Até metro Anjos

se sente-se uma quebra muito grande, uma alteração das vivências e ritmo!

Crianças brincam na Praça do Martim Moniz, mas depois ao longo da avenida não existem locais q permitam esta vivência e utilização do espaço.

↓
 só cafés / restaurantes

9/05/2016 - Segunda-feira
 tempo agradável
 ameno

Partida - Metro Anjos - 17h+

↓
 Av. Almirante Reis

As pessoas reúnem-se junto aos restaurantes e cafés.

Um café de esquina é aquele que reúne mais pessoas, ocupando todo o passeio

↓
 Martim Moniz → grandes grupos universitários (sem aha) académica

Praça da Figueira

Escura, com muito movimento, mas apenas de pessoas a entrar e sair dos transportes

21/09/2016 - Quarta-feira
Céu nublado
temperatura agradável

Partida → Praça da Figueira 19h
↓ pouca iluminação

Martim Moniz
↓ bastante movimento noturno. Pessoas de várias idades e etnias

Av. Almirante Reis
Um pouco escuro!
Muito movimento de passageiros

Não nos sentimos plenamente seguros a caminhar à noite nesta zona, porque??

16/11/2016 → Quarta-feira
FRIO! ❗

Partida - Metro Anjos 10±

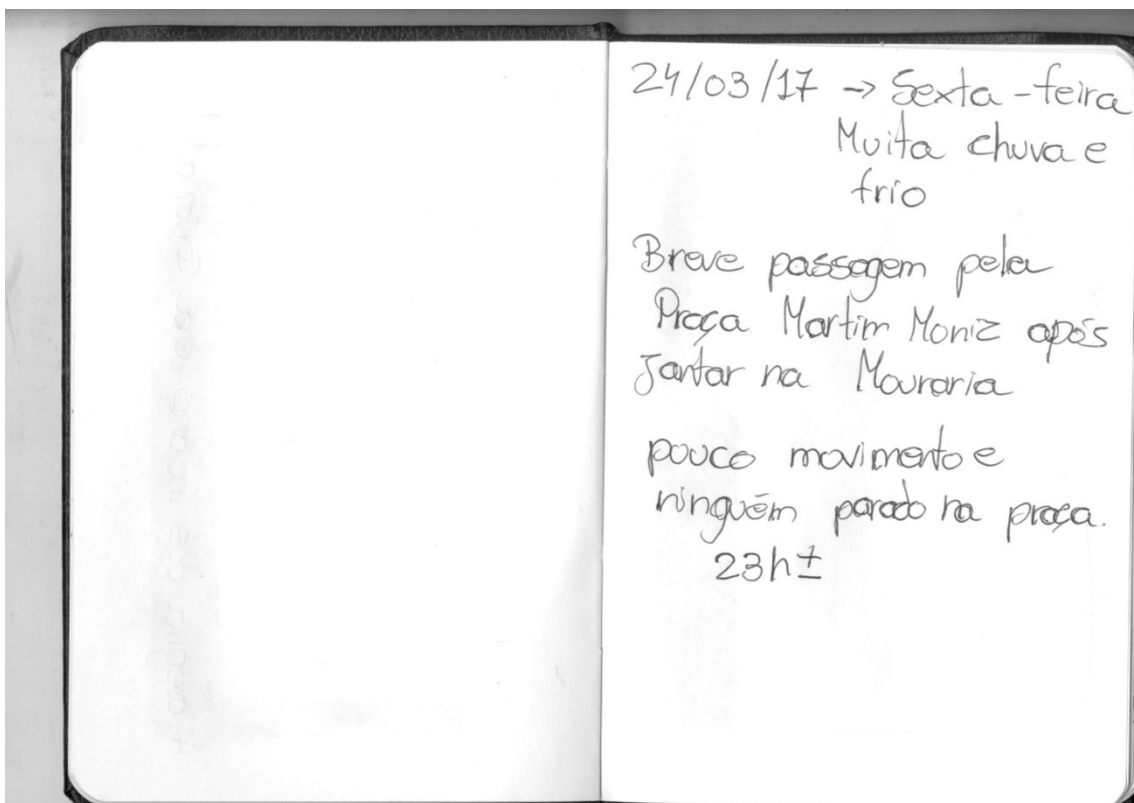
↓

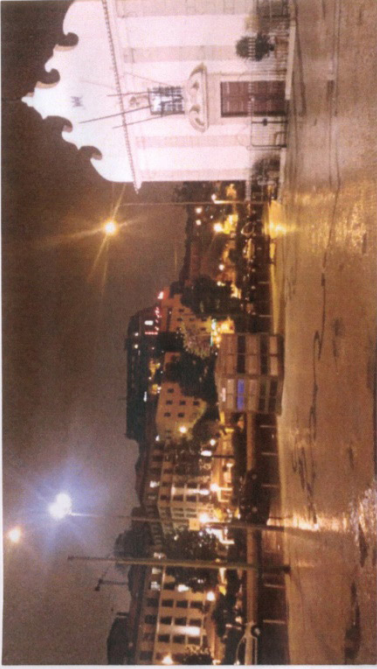
Av. Almirante Reis
Poucas pessoas paradas
muito movimento noturno (carrera trabalho)
Muitas pessoas à porta do CNAI (Anjos)

↓

Martim Moniz - As pessoas q estão a utilizar o espaço neste momento são maioritariamente turistas







Existem poucos estabelecimentos abertos à noite nesta zona, tornando-a um pouco deserta.

13/09/2017 → Quinta-feira
Céu um pouco nublado mas temperatura agradável

Partida Alameda → 9h±
A medida q descemos a rua parece q descemos a nível económico

Angos - vários emigrantes juntos ao CNAI

Av. Almirante Reis
R. de Palma

↓

M. Moniz - cada vez mais turistas!

10/05/2017 → Quarta-feira
nublado e chuvia
c/ a Professora Teresa Sá

Praça da Figueira - 10h20
bastante movimento
pl transportes, pessoas permanecem apenas nos cafes

↓

Martim Moniz - 10h25

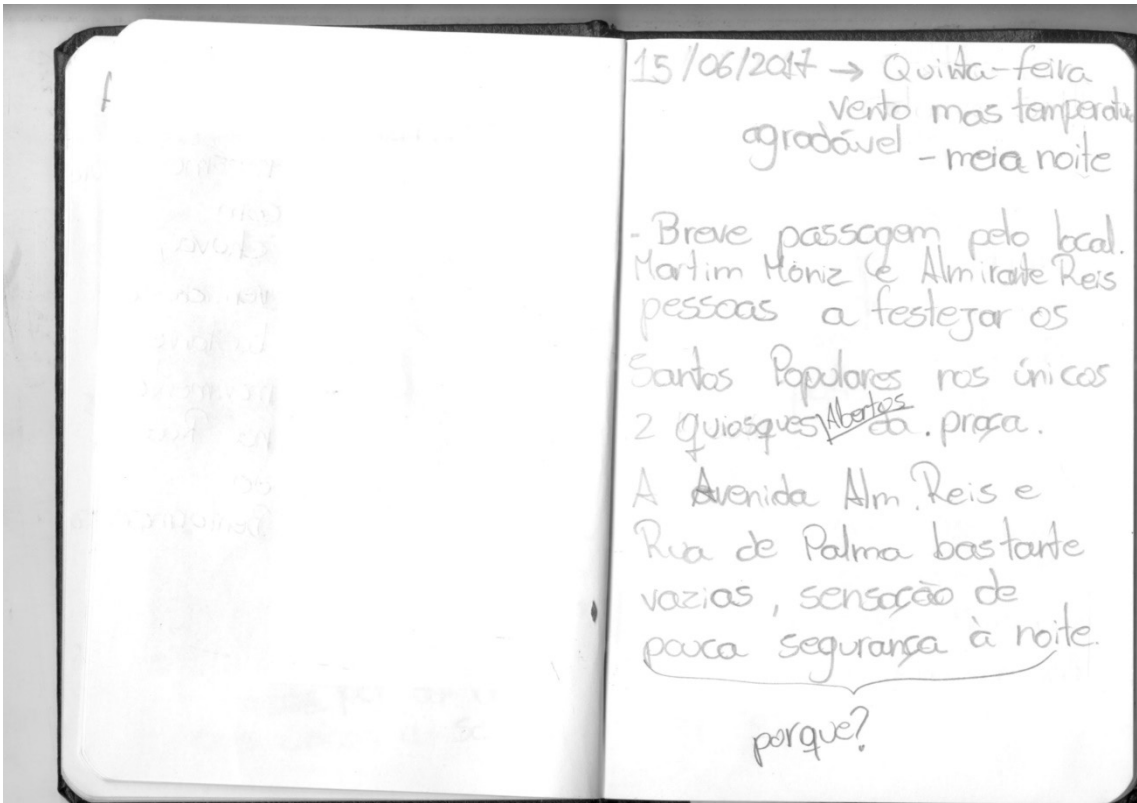
- Espaço da praça em si pouco movimentado
- Pessoas passam majoritariamente pela rua e não pela praça
- Elevado número de turistas (principalmente paragem 28E)

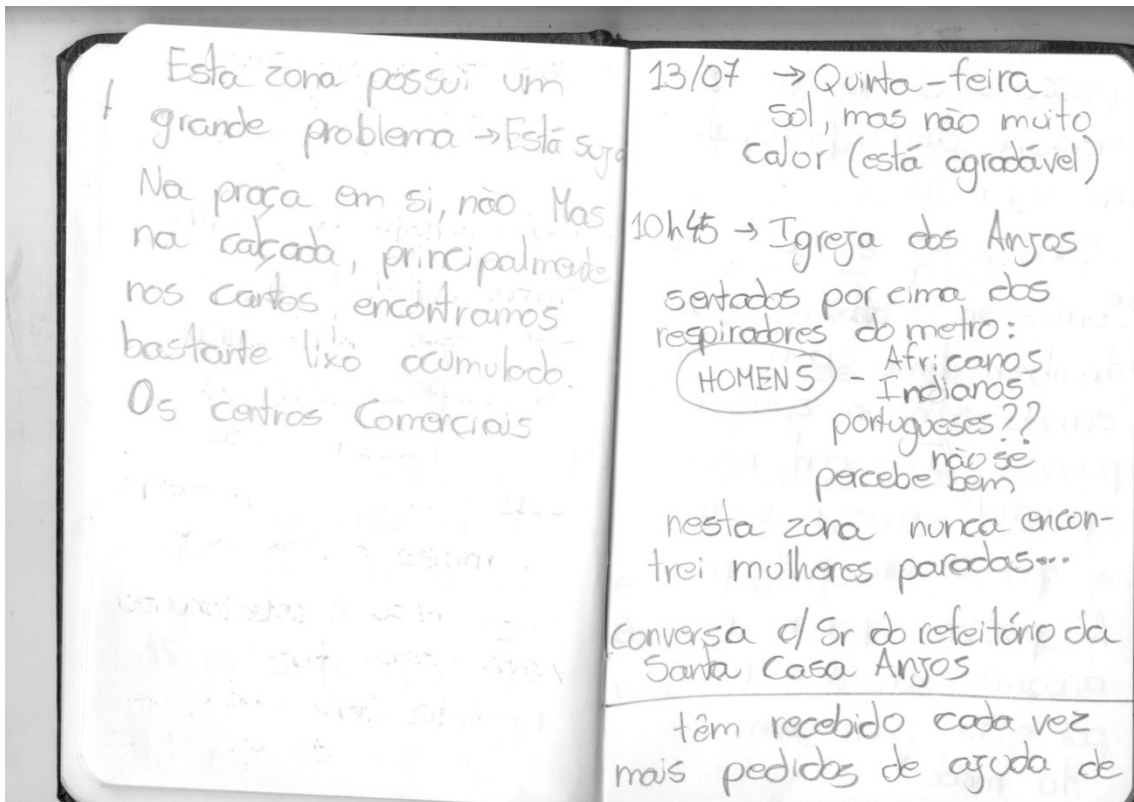
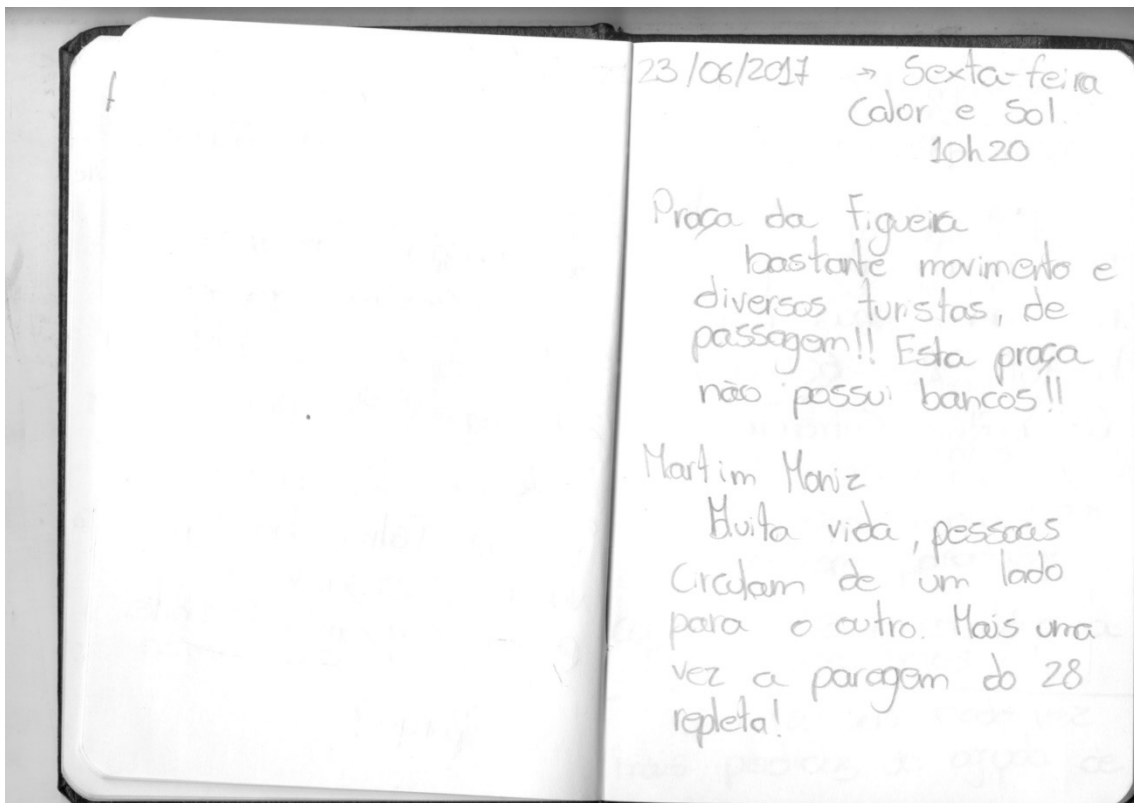
f . As pessoas q permanecem na praça são indianos e encontram-se junto à zona dos quiosques de restauração . A própria imagem dos quiosques e espaço é a multiculturalidade . Grande parte dos quiosques ainda fechados . A praça possui vários locais para sentar! Com vista e ambientes diversos . Ao contrário da maior parte de Lisboa utilizadores fixos e regulares

Av. Almirante Reis
v5
R. do Benfamoso

- duas realidades distintas
Av. Almirante Reis c/ negócios grandes, lojas chinesas, electrodomésticos, muitos cafés - PASSAGEM
R. do Benfamoso
Mercearias c/ fruta exposta no exterior, ambiente mais familiar!







pessoas de diferentes nacionalidades, principalmente no último mês.

Sobre a questão da segurança:
 "antes de trabalhar aqui também tinha uma ideia errada sobre a zona e pensava "Intendente nem pensar!" mas a verdade é que é um estigma. As pessoas podem e andam cada vez mais por esta zona sem ter medo."

11h19 - Largo do Intendente
 A imagem do largo "vende" mas não convida à permanência de todas as culturas e classes sociais. Com estabelecimentos modernos, originais e caros, convida à permanência de uma classe social mais favorecida e por consequência, à passagem de alguns moradores de rua em busca de esmolas.

Ainda assim alguns indianos observam e comentam as obras, e um africano repousa sozinho no banco à sombra.

11h39 - Largo do Berformoso
 Único local de convívio nesta rua.
 Indianos - mais uma vez só homens!
 e um africano parece estar à espera de alguém.

C.C da Mouraria
 As lojas ultrapassam os limites. Artigos produzidos nos escadotes. Comerciantes

sentados e deitados no
 espaço de circulação.

Praca M. Moriz

À sombra da tenda,
 sentados junto à fonte
 estão sempre indianos ou
 africanos.

No entanto os africanos
 sentam-se muitas vezes
 nos bancos ao sol. Os
 portugueses não permane-
 cem muito no centro da
 praça, sentando-se mais

nos muros dos canteiros
 que envolvem a praça.

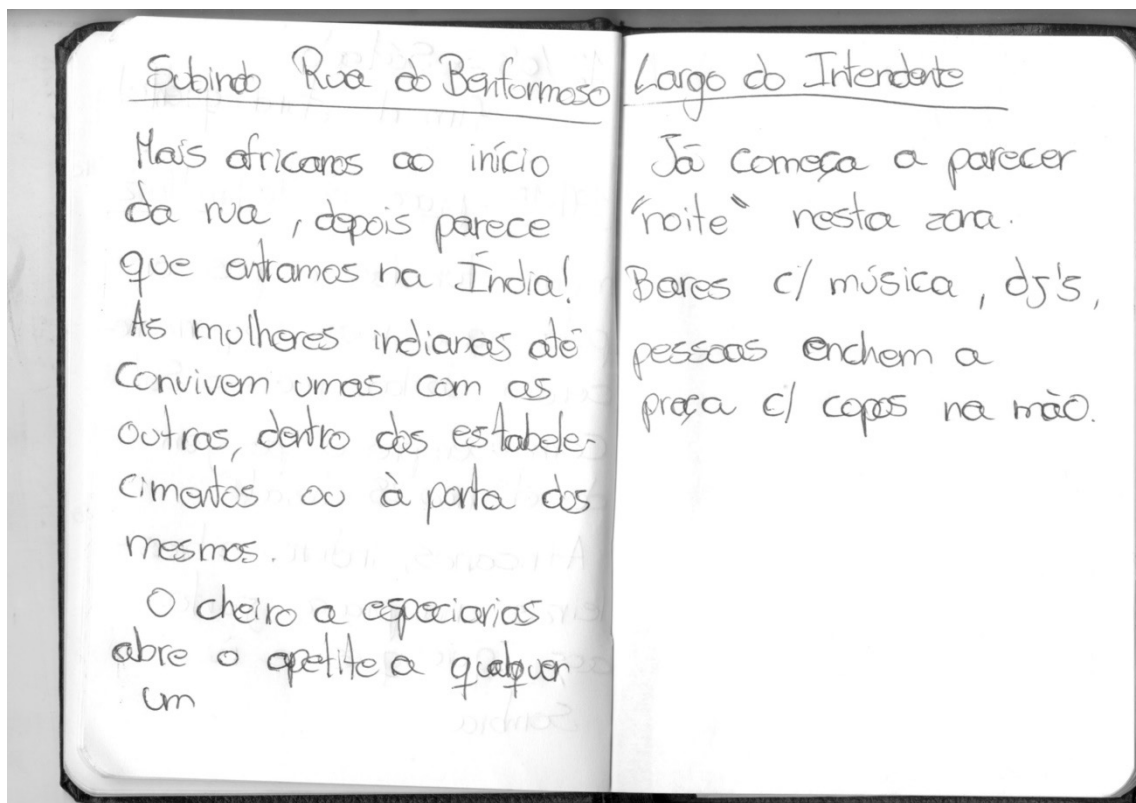
12/08 → Sábado
 fim de tarde quente!

17h15 - praça do Martim Moriz

muitos turistas a passear
 pela praça, mas só permane-
 ceram do lado mais a Sul.

Como sempre a paragem
 do eléctrico 28 cheia!

Africanos, indianos e brasi-
 leiros na praça, junto
 aos quiosques e à
 sombra



ANEXO III _ DESENHOS

